

**BESPAR**  
**SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.**

**RELATÓRIO E CONTAS**  
**2007**



**BESPAR**  
**SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.**

# **ÍNDICE**

---

- 1 – Órgãos Sociais**
  - 2 – Relatório do Conselho de Administração**
  - 3 – Demonstrações Financeiras Individuais**
  - 4 – Demonstrações Financeiras Consolidadas**
  - 5 – Certificação Legal das Contas Individuais**
  - 6 – Certificação Legal das Contas Consolidadas**
  - 7 – Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**
  - 8 – Relatório dos Auditores sobre as Contas Individuais**
  - 9 – Relatório dos Auditores sobre as Contas Consolidadas**
  - 10 – Extracto da Acta da Assembleia Geral  
Anual que aprovou as contas, realizada  
em 30 de Maio de 2008**
-



# **BESPAR**

**SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.**

---

## **ÓRGÃOS SOCIAIS**

### **ASSEMBLEIA GERAL**

#### **PRESIDENTE**

Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira

#### **VICE-PRESIDENTE**

Maria Madalena França e Silva Quintanilha Mantas Moura

#### **SECRETÁRIO**

Francisco Marques da Cruz Vieira da Cruz

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

#### **PRESIDENTE**

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado

#### **VICE-PRESIDENTE**

António Luís Roquette Ricciardi

#### **VOGAIS**

Mário Mosqueira do Amaral

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva

Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva

Patrick Gérard Daniel Coudène

Bernard Henri Georges de Wit

Jean-Frédéric de Leusse

### **CONSELHO FISCAL**

#### **PRESIDENTE**

Joaquim de Jesus Taveira dos Santos

#### **VOGAIS EFECTIVOS**

José Correia Levy Abrantes

José Manuel Macedo Pereira – ROC

#### **VOGAL SUPLENTE**

UHY & Associados, SROC, Lda, representada por

António Tavares da Costa Oliveira



## RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### EXERCÍCIO DE 2007

Senhores Accionistas,

O Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e as Contas da “BESPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”, relativos ao exercício de 2007, nestes documentos incluindo o Relatório e as Contas Consolidadas referentes ao mesmo período.

#### I. A ACTIVIDADE DA “BESPAR – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.” (BESPAR) DURANTE O EXERCÍCIO DE 2007

No exercício em apreço, a actividade da BESPAR consistiu, essencialmente na gestão da participação financeira no BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A. (BES).

Em 31 de Dezembro de 2007, a BESPAR detinha 200 000 000 de acções representativas de 40,00% do capital social do BES, e de igual percentagem de direitos de voto.

De acordo com o disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 20º do Código de Valores Mobiliários, são também contados como pertencentes à BESPAR, 0,186% dos direitos de voto correspondentes a 932 221 acções do BES detidas pelos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização.

Pelo que antecede, e em aplicação dos supracitados normativos, são atribuíveis à BESPAR, directa e indirectamente, votos correspondentes a cerca de 40,186% do capital social do BES.

A estrutura accionista da BESPAR é a seguinte:

ACCIONISTAS	Nº ACÇÕES	% C. SOCIAL
ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) – SGPS, S.A.	92 076 027	67,40%
CREDIT AGRICOLE, S.A.	31 254 723	22,88%
PREDICA - PREVOYANCE DIALOGUE DU CREDIT AGRICOLE, S.A.	13 281 657	9,72%
TOTAL	136 612 407	100,00%

As demonstrações financeiras da BESPAR, relativas a 31 de Dezembro de 2007, foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005. As NCA traduzem-se na aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) adoptadas pela União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal.

A evolução da estrutura financeira da BESPAR, em termos individuais, reflecte a actividade corrente desenvolvida no exercício. Da análise ao balanço, registou-se uma diminuição do activo líquido em cerca de 2%, o qual atingiu o montante de 1 449,5 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2007. Ao nível do passivo, que ascende a 101,1 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2007, constata-se uma redução de 1,4 milhões de euros (1,4%), face a 31 de Dezembro de 2006. Detalhando a análise, sobressaem os seguintes factos:

- i Relativamente ao activo, destaca-se a rubrica de Outros activos, no montante de 89,6 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2007, sendo essencialmente constituídos por um empréstimo concedido a uma participada, que foi reduzido em 25%, decorrente do reembolso parcial ocorrido no exercício;
- ii Ao nível do passivo, a variação ocorrida é explicada pelo efeito do aumento da rubrica de Recursos de outras instituições de crédito em 0,2 milhões de euros, e pela diminuição dos Passivos por impostos correntes, em 1,7 milhões de euros.

Relativamente aos resultados apurados no exercício importa referir que a Margem financeira evoluiu favoravelmente, tendo melhorado em 3,8 milhões de euros face a 2006, embora ainda negativa em 4,5 milhões de euros. Para a evolução favorável da Margem financeira, teve especial relevância a redução da rubrica de Juros e encargos similares que ascendeu a 5,3 milhões de euros em 2007, contra 8,6 milhões de euros em 2006. Esta variação positiva foi influenciada pela redução do passivo remunerado, ocorrida no final do 1º semestre de 2006, e cujos efeitos se reflectiram em 2007. Por seu lado, registou-se um crescimento dos Juros e rendimentos similares, que de 0,2 milhões de euros em 2006 passou para 0,7 milhões de euros em 2007, devido essencialmente, à existência de maiores excedentes pontuais de tesouraria em 2007.

O Produto da actividade em 2007 situou-se em 75,3 milhões de euros, enquanto em 2006 atingiu 542,5 milhões de euros. De notar que o Produto da actividade apurado em 2006 incorpora o ganho obtido com a alienação das participações financeiras no sector segurador, no montante de 481,3 milhões de euros, e o ganho resultante da alienação de direitos de subscrição de acções do BES, no

valor de 14,8 milhões de euros, o que perfaz um total de 496,1 milhões de euros. Excluindo estes factos, o Produto da actividade do exercício de 2006, ter-se-ia elevado a 46,4 milhões de euros, o que comparativamente com o exercício de 2007 representa um crescimento de 28,9 milhões de euros neste exercício. Para a evolução positiva do Produto da actividade, em base comparável, contribuiu sobretudo o aumento dos dividendos decorrentes da participação que a BESPAR detém no BES, em 24,7 milhões de euros face ao exercício de 2006, tendo sido registado o valor de 80 milhões de euros, em 2007, contra 55,3 milhões de euros, em 2006.

Os factos acima apontados conduziram a um resultado do exercício de 2007, em base individual, de 74,8 milhões de euros, enquanto que em 2006 tal resultado havia sido de 540,5 milhões de euros, pelas razões extraordinárias acima explicitadas.

Em 31 de Dezembro de 2007, o valor de cotação em bolsa das 200 000 000 acções do BES detidas pela BESPAR ascende a 3 000 milhões de euros (15 euros por acção), sendo o respectivo valor do Balanço de 1 407,7 milhões de euros, o que representa uma ganho potencial de 1 592,3 milhões de euros (Dezembro 2006: 1 316,3 milhões de euros).

Importa, também, referir que em Assembleia Geral, efectuada no dia 25 de Maio de 2007, foi aprovado a redução do Conselho de Administração de 11 para 8 membros, dele deixando de fazer parte os administradores que se ocupavam do acompanhamento das participações que a sociedade mantinha no sector segurador e que foram alienadas em 2006.

Como é do conhecimento dos Senhores Accionistas, a BESPAR está obrigada a consolidar as suas contas com as do BES, obrigação que decorre do disposto no nº 1 e nº 2, alínea d), do artigo 2º do Decreto-Lei nº 36/92, de 28 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, em resultado de deter mais de 40% do capital social daquela instituição de crédito.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, de 19 de Julho, e de acordo com o modelo de reporte determinado pelo Banco de Portugal (Aviso n.º 1/2005), na sequência da transposição para a ordem jurídica portuguesa da Directiva n.º 2003/51/CE, de 18 de Junho, do Parlamento Europeu e do Conselho.

O resultado consolidado do exercício de 2007 atribuível aos accionistas da empresa-mãe foi positivo no valor de 242,9 milhões de euros, o que evidencia uma redução de 60,6% face ao registado no ano anterior (2006: 615,8 milhões de euros).

Para este resultado contribuíram positivamente o BES, com um montante de 248,1 milhões de euros (2006: 185,7 milhões de euros) e, negativamente, a BESPAR, em base individual, com um montante de 5,2 milhões de euros (2006: 10,9 milhões de euros).

A evolução do resultado consolidado da BESPAR em 2007 reflecte, por um lado, o bom desempenho do Grupo Banco Espírito Santo, cuja contribuição para o resultado consolidado da BESPAR do exercício de 2007 aumentou 33,6% face a 2006 e, por outro, as situações decorrentes da alienação das participações financeiras no sector segurador que tiveram os seguintes impactos nos resultados de 2006:

- a) Ainda que relativo apenas ao período findo em 27 de Junho de 2006, a Tranquilidade – Vida, com um montante de 18,1 milhões de euros e a Espírito Santo Seguros, com um montante de 0,9 milhões de euros;
- b) O ganho obtido na venda de acções BES (incluindo direitos de subscrição), no montante de 123,4 milhões de euros; e
- c) Os ganhos obtidos na venda das participações na Tranquilidade – Vida e na Espírito Santo Seguros nos montantes de, respectivamente, 278,5 e 20,1 milhões de euros.

Relativamente a 31 de Dezembro de 2007, e à semelhança do que havia acontecido no ano anterior, não existiam quaisquer situações que requeressem a constituição de provisões.

A sociedade também não adquiriu, nem alienou, durante o exercício de 2007 quaisquer acções próprias, nem foram solicitadas ou concedidas, pelos administradores, quaisquer autorizações com vista à celebração, por estes, de negócios com a sociedade, a qual, como é sabido, não dispõe de quaisquer sucursais.

No exercício de 2007, a actividade da BESPAR consistiu unicamente na gestão da participação que detém no capital social do BES.

Impõe-se, portanto, uma referência, embora sumária, à actividade desenvolvida pelo Grupo Banco Espírito Santo no exercício de 2007, bem como, aos resultados alcançados, o que faremos após umas breves considerações sobre o enquadramento macroeconómico, nacional e internacional, em que o exercício decorreu.

## II. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O AMBIENTE MACROECONÓMICO, NACIONAL E INTERNACIONAL, NO ANO DE 2007

### O Ambiente Macroeconómico Nacional e Internacional em 2007

#### Situação Económica Internacional

O ano de 2007 foi marcado, ao nível da actividade económica e dos mercados financeiros, pelos efeitos da **crise do crédito hipotecário *subprime*** nos Estados Unidos. A partir do final de Julho, o ajustamento no mercado da habitação e o aumento dos rácios de crédito vencido na economia americana resultaram numa desvalorização significativa do crédito titulado de alto risco. A incerteza quanto à sua dispersão e quanto à dimensão das perdas a suportar pelo sistema financeiro levou, por sua vez, a uma forte deterioração dos níveis de confiança dos investidores. Esta ficou expressa, sobretudo, numa “fuga para a qualidade” e numa secagem de liquidez nos mercados monetário e de crédito. Na Zona Euro, a **Euribor** a 3 meses subiu de 3,725% para um máximo de 4,953% (observado em meados de Dezembro), caindo depois para 4,684%, após fortes injeções de liquidez no mercado monetário por parte do BCE. Imediatamente antes destas intervenções, o respectivo *spread* face às taxas dos bilhetes do tesouro a 3 meses atingira um máximo de cerca de 115 pontos base (representando um alargamento de cerca de 95 pontos base face aos valores anteriores à crise). A *yield* dos **títulos da dívida pública** a 10 anos desceu de um máximo anual de 4,677% (em Julho) para 4,307% e os **spreads dos *credit default swaps*** alargaram-se em cerca de 50 pontos base, reflectindo o aumento da incerteza e a menor disponibilidade de crédito.

Em consequência de um ambiente monetário e financeiro mais restritivo, observou-se, nos últimos meses do ano, uma desaceleração da actividade nas principais economias desenvolvidas, levando o respectivo crescimento anual a descer de 3% para 2,6%. Este facto não evitou que, no seu conjunto, a **economia mundial** registasse mais um ano de crescimento acentuado, que se estima em torno de 4,9% (5% em 2006). Para este registo contribuiu decisivamente o desempenho favorável das economias emergentes e em desenvolvimento, com uma variação do PIB de 7,8% (7,7% em 2006).

A conjuntura económica caracterizou-se ainda, em 2007, por uma subida significativa do preço do **petróleo**, reflectindo um desequilíbrio entre os crescimentos da oferta e da procura. Os efeitos deste desequilíbrio foram ampliados por um aumento dos riscos geopolíticos, pela depreciação do USD e por uma procura crescente de natureza especulativa. Em termos médios anuais, o preço do Brent subiu de USD 65,4/barril para USD 72,5/barril, tendo atingido cerca de USD 94/barril no final do 4º trimestre. Foram igualmente visíveis subidas significativas dos preços das **matérias-primas não energéticas**, com destaque para as *commodities* alimentares. O índice de preços Bloomberg Crop

(relativo ao milho, trigo e soja) registou, no conjunto do ano, uma variação de 77%. Para esta evolução contribuiu uma procura forte, sobretudo associada ao aumento do rendimento *per capita* na Ásia Emergente, bem como diversas restrições à oferta, entre as quais a observação de condições climatéricas adversas e uma afectação crescente de áreas de cultivo à produção de biocombustíveis.

As subidas dos preços das *commodities* aumentaram as preocupações com a **inflação**, penalizando (em conjunto com a instabilidade nos mercados monetário e de crédito e com os receios de desaceleração da actividade) o desempenho dos **mercados accionistas**. No conjunto do ano, os índices Dow Jones, Nasdaq e S&P500 registaram subidas de 6,43%, 9,81% e 3,53%, respectivamente, mas com quedas no 4º trimestre, de 4,54%, 1,82% e 3,82%. Na Europa, os índices DAX, CAC 40 e IBEX 35 valorizaram-se em 22,29%, 1,31% e 7,32% no conjunto do ano mas, no último trimestre, o seu desempenho foi menos positivo, com variações de 2,62%, -1,78% e 4,16%. No Brasil, o índice Bovespa subiu perto de 44% no ano, mas com uma valorização mais moderada no 4º trimestre, de 5,7%.

Nos **Estados Unidos**, o PIB manteve, em 2007, a tendência de abrandamento observada nos últimos anos, com o respectivo crescimento a descer de 2,9% para 2,2%. Esta evolução resultou, sobretudo, da queda de 17% no investimento residencial. Suportado por uma estabilização da taxa de desemprego em 4,6% da população activa, o consumo privado registou apenas uma ligeira desaceleração, de 3,1% para 2,9%.

A deterioração das condições nos mercados monetário e de crédito e a expectativa de elevados *write-offs* a assumir pelas principais instituições financeiras expostas ao crédito *subprime* contribuíram para uma deterioração significativa dos principais indicadores de confiança da economia americana, sobretudo no 2º semestre. Nos últimos três meses do ano, o PIB registou um crescimento próximo de zero, coincidente com uma queda homóloga dos preços da habitação de cerca de 7% e com uma forte correcção nos principais índices accionistas. Neste contexto, a Reserva Federal iniciou, em Setembro, um novo ciclo de descida da *target rate* dos *fed funds*, reduzindo-a em 100 pontos base, para 4,25%. A *yield* dos *Treasuries* a 10 anos, que havia subido de 4,704% para 5,026% na primeira metade do ano, desceu no 2º semestre para 4,025%.

A **Zona Euro** registou, em 2007, um crescimento do PIB de 2,7%, em ligeira desaceleração face ao registo de 2,8% observado em 2006, mas acima do potencial pelo segundo ano consecutivo. Este desempenho favorável é explicado, sobretudo, pelos fortes crescimentos das exportações de bens e serviços (6% no conjunto de 2007) e da formação bruta de capital fixo (4,8%), particularmente visíveis nos primeiros três trimestres. A actividade económica da Zona Euro e, em particular, as exportações e o investimento, continuaram a beneficiar, nesse período, de uma procura externa forte (destacando-se a oriunda da Ásia Emergente e do Médio Oriente, com um peso crescente), bem como da situação

equilibrada dos balanços das empresas do sector não financeiro. Esta evolução traduziu-se numa descida da taxa de desemprego, de 8,2% para 7,3% da população activa e, conseqüentemente, numa aceleração do rendimento disponível das famílias (com um crescimento de 2%, após um registo de 1,1% no ano anterior). No entanto, o crescimento do consumo privado manteve-se moderado, desacelerando de 1,9% para 1,6%.

A economia da Zona Euro não ficou imune aos efeitos da crise do crédito *subprime*. As perturbações nos mercados monetário e (sobretudo) do crédito contribuíram para uma deterioração dos principais indicadores de confiança empresarial na segunda metade do ano e, em conjunto com um arrefecimento da actividade externa, determinaram uma desaceleração mais visível do crescimento do PIB no último trimestre (de 0,8% para 0,4%, em termos trimestrais). A queda dos índices de confiança empresarial pode também ser atribuída à apreciação do **euro** e ao seu potencial impacto negativo sobre os sectores exportadores. No conjunto de 2007, o euro apreciou-se perto de 11% face ao dólar, para EUR/USD 1,4583, com parte substancial desta valorização a ocorrer no 2º semestre. Em termos nominais efectivos (isto é, considerando uma média ponderada das taxas de câmbio face às divisas dos principais parceiros comerciais da Zona Euro), o euro apreciou-se 6,2% em 2007.

Em suma, a subida das taxas de juro do mercado monetário, a menor disponibilidade de crédito (com o alargamento dos *spreads*), a evolução menos favorável dos índices accionistas e a apreciação do euro criaram, nos últimos meses de 2007, um ambiente monetário e financeiro mais restritivo. Neste contexto, e após ter subido a taxa de juro das operações principais de refinanciamento para 4% (num aumento acumulado de 50 pontos base), o Banco Central Europeu (BCE) interrompeu, em Setembro, o ciclo de subida dos juros de referência iniciado em Dezembro de 2005. Esta decisão ocorreu apesar de uma inflação homóloga (em 3,1%) acima do *target* da autoridade monetária e apesar da manutenção de fortes crescimentos na massa monetária (medida pelo agregado M3) e nos empréstimos ao sector privado não financeiro. Em Dezembro, estes dois agregados registavam crescimentos homólogos de 11,5% e 11,1%, respectivamente.

O ano de 2007 confirmou o papel decisivo das **economias emergentes e em desenvolvimento** como motores de crescimento da economia mundial. Em geral, estas economias beneficiaram de uma exposição directa pouco significativa ao crédito *subprime*, de uma conjuntura extremamente favorável nos mercados das *commodities*, de um bom desempenho da procura interna (associado a uma tendência de aumento do rendimento *per capita*) e, finalmente, de uma situação macroeconómica equilibrada. A este respeito, deve ser referida, em particular, a forte acumulação de reservas externas (para um total estimado de USD 4,1 biliões), que reduziu de forma relevante a vulnerabilidade destas economias e choques externos negativos.

A **Ásia Emergente** registou um crescimento de 9,6% (igual ao de 2006), sobretudo a partir dos crescimentos de 11,4% e 8,7% nas economias da China e da Índia e também com o contributo de uma forte expansão do comércio intra-regional. Na **China**, o forte dinamismo da procura interna compensou uma ligeira desaceleração das exportações, bem como os efeitos da subida dos juros de referência por parte das autoridades monetárias (neste caso, em resposta à tendência de subida da inflação, que ultrapassou os 6% no final do ano). O renminbi valorizou-se cerca de 7% face ao USD em 2007, atingindo a cotação de USD/CNY 7,3. A **América Latina** registou um crescimento anual do PIB de cerca de 5,5% (5,4% em 2006), enquanto o PIB de **África** cresceu 6%, em ligeira aceleração face ao ano anterior (crescimento de 5,8% em 2006).

### **Situação Económica no Brasil**

Com um crescimento do PIB de 5,4% em 2007 (3,7% no ano anterior), e com uma aceleração da actividade na segunda metade do ano, a economia do Brasil revelou-se resistente ao impacto da crise do crédito *subprime*. Para este facto contribuiu a persistência de uma conjuntura favorável ao nível da procura externa e dos preços das matérias-primas. As exportações registaram uma ligeira aceleração, com o respectivo crescimento nominal a subir de 16,2% para 17% no conjunto do ano, para cerca de USD 161 mil milhões. Para além disto, o Brasil continuou a beneficiar de uma situação macroeconómica mais equilibrada. O saldo orçamental primário atingiu um excedente próximo de 4% do PIB (3,8% em 2006) e a inflação homóloga manteve-se estabilizada em torno de 3% ao longo da primeira metade do ano. Neste contexto, o Banco Central prosseguiu o ciclo de descida dos juros de referência, reduzindo a taxa Selic de 13% para 11,25% entre Janeiro e Setembro.

Os estímulos à actividade económica associados à procura externa e à descida das taxas de juro reais traduziram-se num fortalecimento da procura interna, com acelerações significativas no consumo privado (de 4,6% para cerca de 6,2%) e no investimento (de 10% para 14,1%). A taxa de desemprego desceu, em 2007, de 10% para 9,3% da população activa. Este dinamismo da procura interna reflectiu-se, por sua vez, numa aceleração das importações, cujo crescimento nominal subiu de 21% para 32%. O excedente da balança de mercadorias reduziu-se, assim, de USD 46 para USD 40 mil milhões, contribuindo para uma diminuição do excedente da Balança Corrente, de 1,3% para 0,3% do PIB. Em compensação, a confiança acrescida na economia brasileira levou a um forte aumento do investimento directo estrangeiro em 2007, de USD 18,8 para cerca de USD 35 mil milhões. Neste contexto, as reservas externas subiram de USD 85,8 para USD 180 mil milhões, contribuindo para um bom desempenho do real, mesmo perante as perturbações dos mercados financeiros na segunda metade do ano. No conjunto de 2007, a divisa brasileira apreciou-se perto de 17% face ao USD, para USD/BRL 1,779, e cerca de 8% face ao EUR, para EUR/BRL 2,596. O risco soberano do Brasil subiu moderadamente, de 192 para 222 pontos base.

A partir de Junho, reflectindo as pressões associadas a uma procura interna forte e ao aumento dos preços das *commodities* alimentares, a inflação homóloga exibiu uma tendência de subida, até atingir 4,46% em Dezembro. O Banco Central optou, assim, por interromper o ciclo de descida dos juros de referência, mantendo a taxa Selic inalterada em 11,25% a partir de Setembro (citando também o aumento da incerteza na conjuntura económica internacional).

### **Situação Económica em Angola**

Os fundamentos da conjuntura de forte crescimento que marcaram a economia angolana em 2006 mantiveram-se em 2007, justificando mais um ano com uma variação real do PIB elevada, de 23%. O PIB do sector petrolífero registou um crescimento de cerca de 22%, tendo a actividade no sector não petrolífero crescido cerca de 25%. A subida do preço do petróleo (e das receitas associadas à sua exportação), aliada aos resultados da política de estabilização macroeconómica seguida nos últimos anos, permitiu uma evolução favorável das contas públicas e a obtenção de excedentes nas contas externas. O saldo orçamental terá registado um excedente de 2% do PIB, enquanto o saldo da Balança de Mercadorias atingiu perto de 41% do PIB. Neste contexto, prosseguiu, em 2007, a tendência de acumulação de reservas externas, que atingiram cerca de USD 10,5 mil milhões em 2007 (USD 8,6 mil milhões no ano anterior).

Após uma acentuada descida da taxa de inflação entre 2003 e 2006, de 76,7% para 12,2%, o índice de preços no consumidor registou uma ligeira aceleração na primeira metade de 2007, com a respectiva variação homóloga a subir para 12,5% até Julho. Esta evolução levou as autoridades angolanas a inverter a tendência de descida das taxas de referência que se observara nos últimos anos. A taxa de juro de redesconto, que havia descido de 95% para 14% em 2006, foi elevada dez vezes entre Outubro de 2006 e Agosto de 2007, atingindo 19,57%, valor que se manteve até ao final do ano. Adicionalmente, as emissões de Títulos do Banco Central (TBCs) foram intensificadas até Julho, acompanhadas por uma subida das respectivas taxas. De facto, os juros dos TBCs a 182 dias, que tinham descido de 10% para 6,12% em 2006, subiram gradualmente em 2007 até 14,99% (em Outubro), mantendo-se este valor até ao final do ano.

Para além da ligeira subida das taxas de juro, as autoridades permitiram, em Maio, uma valorização pontual do kwanza, que evoluía, de uma forma estável, em torno de USD/KZ 80, e passou a evoluir, também de uma forma estável, em torno de USD/KZ 75. No seu conjunto, estas medidas contribuíram para um controlo da inflação, que desceu, até Dezembro, para 11,8%.

## Situação Económica em Espanha

A economia espanhola registou, em 2007, um crescimento de 3,8%, o que representa uma desaceleração apenas marginal em relação a 2006 (3,9%). No entanto, o ritmo de evolução da actividade não foi uniforme ao longo do ano, sendo visível um abrandamento no 2º semestre, com a variação homóloga do PIB a cair de 4% para 3,5%, em linha com uma deterioração dos principais indicadores de confiança. O consumo privado apresentou, no conjunto de 2007, um crescimento de 3,4%, 0,3 pontos percentuais abaixo do registo do ano anterior, e com uma variação homóloga inferior a 3% no 4º trimestre. A formação bruta de capital fixo viu o seu crescimento descer de 6,8% para 6%. Esta evolução ficou a dever-se ao abrandamento da actividade da construção, de 6% para 4,2%, já que a despesa em bens de capital (incluindo máquinas e equipamentos e material de transporte) apresentou uma variação anual de 11,7%, em aceleração face ao registo de 10,4% observado em 2006.

Os menores contributos do investimento residencial e do consumo privado estão associados a um aumento dos juros reais, não apenas na sequência da subida das taxas de referência levada a cabo pelo BCE, mas também em função das perturbações nos mercados monetário e de crédito observadas na segunda metade de 2007, que se traduziram num ambiente mais restritivo ao nível da liquidez. Por outro lado, foi visível (através dos diversos indicadores qualitativos) uma deterioração das expectativas de evolução futura da actividade económica. Em 2007, o endividamento das famílias terá atingido cerca de 127% do rendimento disponível e os preços da habitação prosseguiram a tendência de abrandamento observada nos últimos anos, com a respectiva variação homóloga a descer de 9% para um valor ligeiramente inferior a 5%. Neste contexto, aumentou, entre os agentes económicos, a percepção de que os ciclos de expansão do investimento residencial e do consumo privado estariam próximos do fim. As despesas das famílias mantiveram-se, no entanto, suportadas por uma evolução favorável do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a descer de 8,5% para 8,3% da população activa, e por uma descida da taxa de inflação média anual, de 3,4% para 2,8% (embora, no final do ano, se observasse uma nova aceleração dos preços no consumo, com a inflação homóloga ligeiramente acima de 4%, em função das subidas dos preços da energia e da alimentação).

Neste contexto, o crédito ao sector privado registou, ao longo do ano, uma trajectória clara de desaceleração, ainda que mantendo registos de crescimento elevados. A variação homóloga dos empréstimos às sociedades não financeiras terá caído de 27% para cerca de 18%. Os empréstimos para aquisição de habitação terão crescido em torno de 15%, abaixo do registo de 20% observado um ano antes. E os empréstimos ao consumo viram o respectivo crescimento homólogo descer de 18% para cerca de 12%.

Não obstante os sinais de desaceleração no final do ano, o crescimento ainda relativamente forte da actividade económica e do emprego permitiu a manutenção de um excedente das contas públicas, de 1,9% do PIB (1,8% em 2006). O saldo conjunto das balanças corrente e de capital voltou, no entanto, a agravar-se, de -8,1% para -8,7% do PIB, reflectindo o peso ainda elevado da procura interna no crescimento.

### **Situação Económica em Portugal**

A economia portuguesa prosseguiu, em 2007, a tendência de recuperação gradual observada nos últimos anos, tendo o crescimento do PIB subido de 1,2% para 1,9%. Embora em desaceleração face a 2006, as exportações mantiveram um forte dinamismo, com uma variação de 6,7%. Para este registo contribuiu não apenas a componente de mercadorias, mas também a dos serviços (destacando-se, para além do turismo, os serviços de transportes, de consultoria e de intermediação comercial). Foi igualmente visível uma diversificação geográfica das exportações, com um maior peso de áreas económicas que mantiveram crescimentos elevados em 2007, como África (com destaque para Angola), Ásia e América Latina. A aceleração do PIB observada em 2007 fica, no entanto, a dever-se a um maior contributo da procura interna para o crescimento. Em particular, a formação bruta de capital fixo (FBCF) cresceu 1,4% em termos reais, após dois anos de quedas (-1,5% e -1,3% em 2005 e 2006, respectivamente). Este registo esteve associado a uma recuperação do investimento das empresas, que terá crescido ligeiramente acima de 4%, em linha com a evolução favorável dos respectivos indicadores de confiança ao longo do ano.

No conjunto de 2007, o consumo privado cresceu 1,3% (0,2 pontos percentuais acima do registo de 2006), mas este agregado mostrou um perfil de abrandamento ao longo do ano, consistente com a deterioração dos indicadores de confiança das famílias (em particular no 2º semestre). Estas adoptaram uma atitude mais cautelosa na realização de despesas de consumo, em parte como resultado da subida das taxas de juro num contexto de endividamento elevado (próximo de 130% do rendimento disponível). Por outro lado, a taxa de desemprego subiu, em termos médios anuais, de 7,7% para 8% da população activa (embora no 4º trimestre se tenha observado uma redução de 0,4 pontos percentuais em termos homólogos, para 7,8%, sugerindo uma tendência gradual de estabilização do mercado de trabalho). Neste contexto, a taxa de poupança dos particulares terá caído de 7,8% para 7,6% do rendimento disponível.

O sentimento das famílias terá sido também penalizado pelos aumentos dos preços dos combustíveis e dos bens alimentares, que contribuíram para uma taxa de inflação média anual de 2,5% (em 2006, a inflação média anual atingiu 3,1%, mas com este registo a ser afectado por uma alteração metodológica no tratamento estatístico de algumas componentes do Índice de Preços no Consumidor; sem esta alteração, a inflação média teria sido de 2,5%). Os preços das componentes de alimentos

não transformados e de bens energéticos registaram, em 2007, variações médias anuais de 3% e 3,5%, respectivamente. Em termos homólogos, o Índice de Preços no Consumidor terminou o ano com uma variação de 2,7%, com os preços dos bens energéticos a subirem 9,4%.

A política orçamental assumiu, em 2007, uma natureza restritiva, a qual determinou a redução do défice das Administrações Públicas de 3,9% para 2,5% do PIB, antecipando em um ano o objectivo fixado no Programa de Estabilidade e Crescimento (de um défice inferior a 3% do PIB). Ao mesmo tempo, o forte crescimento das exportações e a desaceleração das importações contribuíram para uma redução do défice conjunto das balanças corrente e de capital (isto é, das necessidades líquidas de financiamento da economia portuguesa), de 8,6% para cerca de 8,2% do PIB.

A aceleração do crescimento anual do PIB e a redução dos “défices gémeos” (orçamental e externo) ocorreram num contexto externo particularmente difícil, marcado pelos efeitos da crise do crédito hipotecário *subprime*. Apesar de o sector bancário português não ter sofrido uma exposição directa a este tipo de crédito de alto risco, a deterioração da confiança nos mercados financeiros externos e o ambiente globalmente mais restritivo ao nível da liquidez traduziram-se em condições de financiamento mais difíceis para as instituições financeiras e não financeiras nacionais, em linha com o observado noutras economias.

A maior restritividade dos critérios de financiamento não chegou a ser reflectida no crescimento anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro, que registaram uma aceleração em 2007, de 8,7% para cerca de 9,5%. Na base desta evolução esteve, sobretudo, uma expansão mais robusta dos empréstimos às sociedades não financeiras, cujo crescimento anual subiu de 7,1% para um valor ligeiramente superior a 10%. Os empréstimos aos particulares registaram uma ligeira desaceleração, de 9,9% para cerca de 9%, o que é explicado pela tendência de abrandamento dos empréstimos para aquisição de habitação, de 9,9% para cerca de 8,5%. O crescimento dos empréstimos ao consumo e outros fins subiu ligeiramente, de 10,1% para um valor ligeiramente superior a 10,5%.

Os preços da habitação cresceram 1,3% em 2007, em ligeira desaceleração face a 2006 (crescimento de 2,1%), mas em linha com o crescimento médio anual dos últimos cinco anos (de 1,5%). Este facto contrasta com as tendências de forte correcção observadas em outras economias europeias, o que se explica pela diferente posição cíclica do mercado da habitação português (cujo período recente de maior expansão ocorreu na segunda metade dos anos 90).

O índice PSI-20 registou uma valorização de 16,27% no conjunto do ano. Mas, em linha com o perfil de evolução dos mercados accionistas europeus, o seu desempenho foi mais moderado no 4º trimestre, com uma variação de 8,27%.

## Principais Indicadores Macroeconómicos – Portugal

	Taxas de crescimento real (%), excepto quando indicado.						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007 E
PIB	2.0	0.8	-0.8	1.5	0.9	1.2	1.9
Consumo Privado	1.3	1.3	-0.1	2.5	1.9	1.1	1.3
Consumo Público	3.3	2.6	0.2	2.6	3.2	-1.2	-0.1
Investimento	1.2	-4.7	-8.3	2.5	-1.5	-1.3	1.4
Exportações	1.8	1.5	3.9	4.0	2.1	8.9	6.7
Importações	0.9	-0.7	-0.8	6.7	3.5	4.3	3.9
Inflação (IPC)	4.4	3.6	3.3	2.4	2.3	3.1	2.5
Saldo Orçamental (% do PIB)	-4.3	-2.9	-2.9	-3.3	-6.1	-3.9	-2.5
Dívida Pública (% do PIB)	53.6	55.5	56.8	58.2	63.6	64.8	64.4
Desemprego (% da população activa)	4.1	5.1	6.3	6.7	7.6	7.7	8.0
Saldo Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	-8.5	-6.0	-3.3	-5.7	-8.1	-8.6	-8.2

Fontes: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças, Comissão Europeia, OCDE, ES Research.

E - Estimativa

### III. A ACTIVIDADE E RESULTADOS DO GRUPO “BANCO ESPÍRITO SANTO” NO EXERCÍCIO DE 2007

#### 3.1. SÍNTESE DA ACTIVIDADE E RESULTADOS DO GRUPO BANCO ESPÍRITO SANTO (CONSOLIDADO)

O ano de 2007 foi caracterizado, no primeiro semestre, por um elevado dinamismo da actividade económica global. Já na segunda metade do ano, a economia mundial e os mercados financeiros foram marcados pelos efeitos da crise do crédito subprime nos EUA, que se traduziu numa forte deterioração da confiança dos investidores e escassez de liquidez nos mercados monetário e de crédito (com o conseqüente aumento de spreads). Em particular no último trimestre acentuou-se o ambiente de instabilidade nos mercados, que só não foi maior devido à oportuna e constante intervenção do Banco Central Europeu e da Federal Reserve nos EUA.

As economias emergentes e em desenvolvimento tiveram um papel decisivo no crescimento da economia mundial, que em geral beneficiaram: de uma exposição directa pouco significativa ao crédito *subprime*; de uma conjuntura extremamente favorável nos mercados das *commodities*; de um bom desempenho da procura interna (associado a uma tendência de aumento do rendimento *per capita*) e, finalmente, de uma situação macroeconómica equilibrada. No caso particular do Brasil e de Angola, o crescimento do PIB foi de 5,4% e 23%, respectivamente.

A economia portuguesa prosseguiu a tendência de recuperação gradual, tendo o crescimento do PIB subido de 1,2% para 1,9%, impulsionado por um desempenho favorável das exportações que mantiveram um forte dinamismo, com uma variação homóloga de 6,7%, e por uma recuperação do investimento empresarial. Foi visível uma diversificação geográfica das exportações, com um maior

peso de áreas económicas que mantiveram crescimentos elevados em 2007, como África (com destaque para Angola), Ásia e América Latina.

Num contexto de instabilidade como o verificado no segundo semestre, o equilibrado modelo de gestão financeira do Grupo BES, alinhado com uma rigorosa disciplina de capital, foi decisivo para a prossecução de uma trajectória de crescimento e conseqüente criação de valor. De facto, o Grupo BES tem tradicionalmente uma política rigorosa e prudente em termos de liquidez, assente no financiamento de médio e longo prazo e com fontes de financiamento diversificadas. Por outro lado, a solidez financeira do Grupo expressa por um rácio *Core Tier I* que, em 2007, se situou em 6,6%, é particularmente relevante no actual contexto ibérico.

O posicionamento doméstico do Grupo BES tem vindo a ser reforçado através do aumento sustentado da **quota média de mercado**, que em 2007 se situou nos 20,4% (19% em 2006). Para este reforço têm sido determinantes a aposta permanente na qualidade do serviço oferecido aos Clientes, a oferta de novos e inovadores produtos, assim como uma bem sucedida estratégia de *cross segment* e *cross selling*. A este crescimento não terá sido alheio o esforço de captação de 155 mil novos Clientes particulares e 950 novos Clientes empresas, assente em diversas iniciativas, entre as quais se destaca o programa Assurfinance.

A forte dinâmica comercial teve reflexos expressivos nas principais áreas de negócio. O **crédito** concedido a clientes aumentou 6,8 mil milhões de euros (+16,9%), incluindo o saldo das operações de titularização. O forte crescimento do **crédito a empresas** (+21,5%) contribuiu para o reforço do posicionamento competitivo neste segmento, que continuou a beneficiar da melhoria gradual da actividade económica, mais especificamente do segmento exportador, onde o Grupo detém uma importante presença comercial (traduzida pela quota de mercado ao nível do trade finance, que se tem mantido sustentadamente em cerca de 28%). No que se refere ao **crédito a particulares**, a componente do crédito à habitação registou um crescimento de 8,1%, enquanto que o crédito a particulares para as restantes finalidades apresentou um aumento de 17,5%, em resultado de um conjunto de iniciativas inovadoras associadas a produtos de crédito colateralizado e ao crescimento do crédito individual.

Ao nível da **sinistralidade**, o rácio de crédito vencido há mais de 90 dias apresenta uma redução de 11 p.b. para 1,00% com um aumento do respectivo grau de cobertura em 10,6 p.b. para 228,8%. Esta melhoria da sinistralidade permitiu a redução do nível do esforço de **provisionamento** da carteira de crédito. Dando seguimento a esta tendência, o custo de imparidade do ano de 2007 (líquido de recuperações de créditos abatidos ao activo) situou-se em 0,41%, o que representa uma diminuição de 3 p.b. face ao custo de provisionamento do ano anterior.

Os **recursos** totais de clientes cresceram 4,7 mil milhões de euros (+9,4%), impulsionados pelos recursos de clientes com expressão no balanço (+3,9 mil milhões de euros) que apresentaram uma variação de 12,3%. A actividade de desintermediação evoluiu mais moderadamente (+4,2%), reflexo da crise dos mercados durante o segundo semestre, tendo a gestão de carteiras e a gestão discricionária de particulares manifestado uma maior dinâmica.

A expansão da **actividade internacional** continua a decorrer a bom ritmo tendo sido determinantes para a performance alcançada a consolidação da presença em Angola, a actuação em Espanha e a tradicional presença no Reino Unido, França, Estados Unidos da América, Brasil e Macau. A respectiva carteira de crédito registou um crescimento de 38,4% atingindo 7,6 mil milhões de euros, valor que representa 16,1% da carteira de crédito consolidada (Dez, 06: 13,6%). Os recursos totais de clientes aumentaram 18,0%, totalizando 14,7 mil milhões de euros, e os activos totais atingiram os 25,8 mil milhões de euros.

Num contexto de forte dinamização da actividade creditícia, e apesar dos acontecimentos em torno da crise do *subprime* e das suas implicações ao nível da liquidez nos mercados financeiros, a gestão da **liquidez** do Grupo BES foi suportada por uma actuação concertada das principais unidades de negócio. O equilíbrio na política de financiamento não obistou, no entanto, a que os rácios de transformação apresentassem uma ligeira deterioração. Assim, o rácio de transformação de recursos de clientes evoluiu de 109% (Dez, 06) para 117% (Dez, 07) em resultado de uma menor dinâmica na captação de recursos face à concessão de crédito. No entanto, a captação de recursos de longo prazo (*Euro Medium Term Notes*) tem permitido manter o rácio de transformação total em torno dos 90%.

A **solidez financeira** do Grupo é um aspecto de particular relevância no actual contexto dos mercados. Os rácios de capital apresentam-se robustos, com o rácio *Core Tier I* e o rácio de solvabilidade a atingirem, respectivamente, 6,6% e 11,5%, ou seja, níveis consideravelmente acima dos mínimos recomendados pelo Banco de Portugal e capazes de sustentar o crescimento da actividade do Grupo BES no médio prazo. Os fundos próprios de base atingiram 3941 milhões de euros (mais 190 milhões de euros que em Dez, 06), com as acções preferenciais a representarem 15% do Tier I. Os activos de risco aumentaram 18,1% para 52 865 milhões de euros em resultado da expansão da actividade, sobretudo da carteira de crédito e dos activos da carteira de negociação.

Os capitais próprios e equiparados atingiram 7509 milhões de euros, apresentando um reforço de 446 milhões de euros em relação ao final do exercício anterior. Este reforço reflecte essencialmente o crescimento nos resultados transitados e das reservas de reavaliação. As reservas de reavaliação registavam um valor de 647 milhões de euros, que corresponde aos ganhos potenciais da carteira de “activos disponíveis para venda”. O seu reconhecimento é feito ao justo valor e as respectivas

variações, incluindo as variações cambiais, são reconhecidas em reservas, líquidas dos respectivos impostos diferidos passivos, e são elegíveis como TIER II em 45% do respectivo montante. A este respeito, é de destacar a valorização das principais exposições em acções que continuam a evidenciar ganhos potenciais expressivos, totalizando 838,8 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2007 (641,5 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006).

A estratégia do Grupo, assente no crescimento orgânico doméstico complementado pela expansão internacional focada no triângulo composto por Espanha, Angola e Brasil, permitiu assim a obtenção de um **resultado líquido** de 607,1 milhões de euros, superior em 44,3% ao do ano anterior, correspondente a uma rentabilidade dos capitais próprios (ROE) de 16,6% e a uma rentabilidade dos activos (ROA) de 0,98%. O resultado apurado incorpora um ganho de 62,8 milhões de euros (líquido de impostos), obtido no segundo trimestre sobre acções do Banco Bradesco e encargos não recorrentes de 14,4 milhões de euros (líquido de impostos) relacionados com reformas antecipadas efectuadas no quarto trimestre. Excluindo estes factos o resultado do exercício teria sido 558,7 milhões de euros, representativo de um crescimento de 32,8% em base comparável.

O posicionamento estratégico em mercados com fortes perspectivas de crescimento e que são simultaneamente pólos de internacionalização das empresas portuguesas, a crescente integração das economias portuguesa e espanhola, e o crescimento das exportações portuguesas para economias emergentes foram determinantes para a contribuição da **área internacional** do Grupo para o resultado consolidado. Destacando-se as performances registadas no Brasil e em Angola, o resultado líquido da área internacional totalizou 141,5 milhões de euros, um aumento de 51,9% face a 2006, o que representa uma contribuição total de 23% para o resultado consolidado. Destacam-se os resultados das unidades no Reino Unido (44,4 milhões de euros), de Angola (33,5 milhões de euros), do Brasil (32,2 milhões de euros) e a melhoria evidenciada no mercado espanhol (contribuição de 15,2 milhões de euros). O triângulo estratégico constituído por Espanha, Angola e Brasil representou, em 2007, 57% do resultado das unidades operacionais no exterior e 13% do resultado consolidado.

Analisando em detalhe os resultados consolidados, verifica-se que o **produto bancário** apresentou um crescimento de 17,4%. Também a actividade internacional continuou a contribuir positivamente para o crescimento do produto bancário comercial, aumentando 32,0% (2006: 23,1%).

O resultado financeiro cresceu 15,0% (2006: 12,0%), correspondente a um valor de 953,7 milhões de euros. O progresso sustentado do resultado financeiro continuou a ter origem no incremento da actividade, com destaque para o desempenho da área internacional que aumentou 53,1%. Os proveitos de intermediação atingiram um valor superior em 848 milhões de euros ao do ano anterior com a componente de crédito a clientes a apresentar o aumento mais significativo; os juros passivos

tiveram um incremento de 724 milhões de euros, dos quais 589 milhões de euros se referem a custos relativos aos recursos de clientes.

A **margem financeira** do exercício foi de 1,78% sofrendo uma redução de 5 pontos base face à do ano anterior. Para esta redução teve especial relevância a quebra da margem nos activos financeiros decorrente da (i) forte intensidade concorrencial, sobretudo nos produtos de crédito à habitação, da (ii) introdução de novas regras de arredondamento de taxas nas operações de crédito<sup>1</sup> com incidência tanto no crédito a particulares como no crédito às empresas e da (iii) adopção, face à crise desencadeada pelo crédito subprime, de uma estratégia mais prudente na gestão das aplicações monetárias, canalizando para os prazos mais curtos os excedentes de liquidez.

No que respeita aos passivos, é de salientar a concretização da quase totalidade do programa financeiro de 2007, antes do despoletar da crise financeira que encareceu de forma significativa a emissão da dívida bancária. Este facto, conjugado com a solidez do Grupo, permitiu minimizar os efeitos da crise do *subprime* e consolidar a recuperação gradual da margem dos recursos.

A abordagem comercial assente na adequação das ofertas para os vários segmentos de clientes particulares e empresas, na melhoria da qualidade do serviço e atendimento, e na promoção do cross-selling no quadro de uma actuação proactiva das redes comerciais foi determinante para o crescimento de 9,5% das **comissões de serviços prestados**, que ascenderam a 643,4 milhões de euros em 2007. O dinamismo da área internacional contribuiu significativamente para esta performance, tendo as comissões da área internacional aumentado 14,1%. Por outro lado, destacam-se alguns serviços, como as operações sobre títulos (+50,9%), em sintonia com a recuperação dos mercados accionistas durante o primeiro semestre, e os associados à actividade de bancasseguros (+13,1%) e de gestão de activos (+11,1%).

Os **resultados de operações financeiras** e outros resultados atingiram 404,1 milhões de euros, valor que compara com 287,6 milhões de euros em 2006 e representa um crescimento de 40,5%<sup>2</sup>. Os outros resultados têm incorporado 21,8 milhões de euros respeitantes à apropriação pelo Grupo de 50% dos resultados gerados pela BES Vida - Companhia de Seguros após a amortização de 4,4 milhões de euros do *in-force value*. Este resultado representa o primeiro exercício completo de actividade da BES Vida reflectido em termos consolidados.

Os **custos operativos** totalizaram 950,7 milhões de euros, ou seja, um aumento de 6,7% relativamente ao ano anterior. Excluindo os encargos adicionais com reformas antecipadas (2007: 26,1 milhões de euros; 2006: 6,5 milhões de euros) o crescimento dos custos operativos seria de

---

<sup>1</sup> DL 240/06, de 22 de Dezembro e DL 171/07, de 8 de Maio

<sup>2</sup> Estes resultados incluem um ganho extraordinário de 85,5 milhões de euros obtidos sobre acções do Banco Bradesco

4,5%. A evolução dos custos operativos foi influenciada pela expansão da actividade na área internacional que exigiu um reforço (i) de recursos humanos, (ii) de mais fornecimentos e serviços externos e (iii) de maiores investimentos que se reflectiram num aumento de 13,4% nos custos de funcionamento. Na actividade doméstica, e pese embora a abertura de novos balcões e remodelações de balcões antigos, os custos operativos tiveram um aumento de 5,4%. Excluindo os encargos adicionais com reformas antecipadas, o crescimento seria de 2,7%.

Os **custos com pessoal** aumentaram 5,0% sendo especialmente significativo o desempenho na actividade doméstica que, excluindo as reformas antecipadas, registou uma redução de 1,2%, num contexto de aumento do número de colaboradores ditado pelo alargamento da rede de balcões.

Os custos com pensões e benefícios de longo prazo (cuidados médicos pós-emprego e prémios de antiguidade) tiveram uma redução de 22,4%, apesar do efeito dos custos com reformas antecipadas (acréscimo de 19,6 milhões de euros face ao ano anterior). Para a redução destes custos foi decisiva a diminuição da amortização dos desvios actuariais devido à performance dos fundos de pensões nos anos de 2006 e 2007, cujas rendibilidades foram de 12,6% e 13,0% respectivamente. Os desvios actuariais fora do corredor reduziram-se 162 milhões de euros, o que irá reflectir-se favoravelmente no valor da sua amortização no futuro. A boa performance dos fundos também se reflectiu favoravelmente na contribuição anual para os fundos de pensões que ascendeu a 43 milhões de euros, o valor mais baixo dos últimos dez anos. As responsabilidades totais com os benefícios longo prazo encontravam-se totalmente financiadas, quer através dos valores dos activos dos fundos de pensões, quer através de valores mantidos em balanço. Saliente-se o facto de a alteração dos pressupostos não ter tido impactos no agravamento das responsabilidades.

Os **outros gastos administrativos** tiveram um incremento de 10,1%, valor que se enquadra nos níveis de crescimento geral da actividade do Grupo no exercício. As **amortizações** aumentaram 1,1% (2006: -14,1%), devido à expansão da actividade internacional e apesar do considerável investimento em balcões na área doméstica.

O crescimento da actividade e consequentemente do produto bancário, conjugado com o controlo dos custos, continuaram a reflectir-se em ganhos sustentados de **produtividade** e eficiência, designadamente na diminuição do rácio dos custos operativos por unidade de activo líquido médio gerido, que progrediu de 1,72% (Dez, 06) para 1,53%.

Os níveis de **eficiência** continuam a registar melhorias, com destaque para o Cost to Income que evoluiu favoravelmente de 52,3% em 2006 para 47,5% em 2007. Excluindo os resultados de mercado, o Cost to Income teve uma redução de 3 p.p. para 59,5%.

A política de **provisionamento** continua a obedecer a critérios de prudência na cobertura de riscos face às condições macroeconómicas nacionais e internacionais. O reforço de provisões no exercício de 2007 foi de 262,9 milhões de euros, sendo 81% deste montante relacionado com provisões para crédito. Relativamente à carteira de títulos, as perdas por imparidade totalizaram 18,7 milhões de euros o que, considerando as desvalorizações em títulos de dívida e acções ocorridas no segundo semestre, traduz uma gestão de activos que privilegia a qualidade dos investimentos e a prudência da sua realização. As provisões para outros riscos e encargos totalizaram 31,0 milhões de euros, das quais 23,4 milhões de euros estão destinadas a fazer face aos encargos com o processo de fusão por incorporação do BES (Espanha) no BES.

A política de provisionamento para crédito aliada à melhoria dos instrumentos de prevenção dos riscos, com utilização extensiva de modelos de *scoring* e de notações de *rating* e dos processos de recuperação de crédito vencido, traduziu-se numa evolução positiva significativa nos indicadores de qualidade do crédito.

Ainda em 2007, o Grupo BES anunciou ao mercado a revisão dos objectivos estratégicos que haviam sido fixados no âmbito da operação de aumento de capital em 2006. Os novos objectivos fixados até 2010 correspondem a metas mais ambiciosas e alinhadas com a consolidação da estratégia assente no crescimento orgânico da actividade doméstica e na selectiva expansão internacional, focada no triângulo Espanha, Angola e Brasil.

Os objectivos anunciados assentam num reforço do posicionamento doméstico por forma a atingir uma quota de mercado média de 22% em 2010 em Portugal que, aliado a uma crescente contribuição da área internacional, permita um aumento médio anual do resultado líquido de 20% entre 2006 e 2010. Simultaneamente, um constante enfoque na racionalização e produtividade deverá permitir um ainda maior reforço da eficiência medida pelo rácio cost to income, que em 2007 atingiu 47,5% e deverá ser reduzido para níveis inferiores a 45% em 2010. O crescimento dos resultados deverá assim permitir atingir uma rendibilidade dos capitais próprios de 19% no final do período, mantendo-se o forte compromisso de uma criteriosa gestão da base de capital (com o rácio Core Tier I não inferior a 6%).

A cotação da acção BES registou uma valorização anual de 10,1%, que contrasta com uma desvalorização do sector na Europa de 16,9%. A capitalização bolsista em 31 de Dezembro de 2007 era de 7,5 mil milhões de euros. O BES é a segunda maior empresa em termos de capitalização bolsista entre as empresas nacionais da área financeira cotadas na *Euronext Lisbon* e a quinta maior em termos do peso no índice PSI 20.

### 3.2. SÍNTESE DA ACTIVIDADE E RESULTADOS DO BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A. (INDIVIDUAL)

Como foi oportunamente divulgado, em 1 de Abril de 2007 realizou-se a fusão por incorporação do Banco Espírito Santo, S.A. (Espanha) no Banco Espírito Santo, S.A.. Esta operação representou mais um passo na promoção de uma abordagem ibérica da actividade dos clientes que operam nos dois países, acelerando o ritmo de crescimento no mercado espanhol, melhorando a rendibilidade e as sinergias dentro do Grupo, pela presença directa naquele país através de uma Sucursal. Ao mesmo tempo objectiva-se uma maior eficiência operativa, através da utilização de estruturas comuns, que coloquem ao serviço dos clientes as competências diferenciadoras do Grupo.

O dinamismo do negócio mais directamente relacionado com clientes continuou a ser uma das características mais marcantes da actividade do BES. O **crédito** alcançou um crescimento de 21,8% considerando os valores securitizados, enquanto a captação de **recursos** de clientes de balanço atingiu um crescimento de 14,2%, com a desintermediação a registar um dinamismo superior (aumento de 18,9%) devido à evolução da gestão de carteiras e à integração dos valores da Sucursal de Espanha.

O **crédito a empresas** aumentou 5,2 mil milhões de euros assumindo o crescimento de 28,1%, fortemente influenciado pela incorporação do BES (Espanha). O **crédito a particulares** teve uma evolução de 13,9% para 16 690 milhões de euros, com o crédito habitação a crescer 11,6% e o crédito a particulares para outras finalidades a aumentar 28,6%

O crédito à habitação representa 35% da carteira enquanto que o crédito a empresas mantém a maior representatividade atingindo quase 59% do total, continuando o BES a afirmar-se como uma instituição de forte implantação no tecido empresarial português. No decorrer do exercício o BES realizou a sexta operação de securitização de crédito à habitação no valor de 1 100 milhões de euros.

O aperfeiçoamento sistemático e a boa capacidade de avaliação do risco de crédito, que todos os intervenientes no processo vêm demonstrando, tem conduzido a uma melhoria da qualidade da carteira de crédito do Banco. A **qualidade da carteira de crédito** pode ser aferida pela baixa sinistralidade, em que o rácio de crédito vencido há mais de 90 dias se situou nos 1,2% (Dez, 06: 1,3%), e pelo elevado nível de cobertura por provisões, com o rácio correspondente a situar-se nos 222% (Dez, 06: 210%). Esta melhoria decorre do facto do crédito vencido ter aumentado 41 milhões de euros enquanto que o reforço das provisões se situou em 129 milhões de euros.

Num contexto de fortes níveis de actividade, o Banco Espírito Santo encerrou o exercício de 2007 com um **resultado líquido** de 494,7 milhões de euros, traduzindo um crescimento homólogo de 92,1%.

O **produto bancário** cresceu 24,7% para 1 495,2 milhões de euros, fortemente influenciado pelos resultados de operações financeiras e diversos cujo aumento de 190,5 milhões de euros justificam 64,2% do crescimento do produto bancário. O comportamento desta variável está fortemente influenciado pelos ganhos obtidos sobre as acções do Banco Bradesco (85,5 milhões de euros).

O **resultado financeiro** aumentou 15,4% para 723,9 milhões de euros, suportado pelo aumento da actividade e por uma gestão atenta da subida das taxas de juro de mercado. O menor dinamismo dos serviços a clientes (crescimento de 2,4% para 404,2 milhões de euros) encontra-se influenciado por um conjunto de iniciativas promocionais que envolveram a não aplicação de comissões a alguns produtos, tanto de crédito como de recursos. Neste contexto, o produto bancário comercial totalizou 1 128,1 milhões de euros, ou seja mais 10,4% que em 2006.

A evolução apresentada pelos **custos operativos** (crescimento de 9,2%) decorre, no essencial, do facto de estarem influenciados pela incorporação do BES (Espanha). Em base comparável os custos registaram um crescimento significativamente menor (4,0%), com reflexos positivos na evolução dos indicadores de produtividade e eficiência.

No que respeita à **produtividade**, os activos totais por empregado aumentaram 4,5% para 11 790 milhares de euros, enquanto a melhoria da **eficiência** pode ser aferida pela redução do rácio cost to income em 6,9 p.p. para 48,4%.

As **provisões** para crédito foram reforçadas em 170,1 milhões de euros, enquanto as provisões para outros riscos e encargos totalizaram 35,7 milhões de euros, das quais 23,4 milhões de euros estão destinadas a fazer face aos encargos com o processo de fusão por incorporação do BES (Espanha) no BES. Os remanescentes 12,3 milhões de euros de provisões estão relacionados com a desvalorização de imóveis recebidos por recuperação de créditos, activos e contingências diversas.

A Assembleia Geral de 31 de Março de 2008 aprovou a seguinte aplicação dos resultados estatutários do exercício, de acordo com a proposta apresentada pelo Conselho de Administração do BES:

<b>Aplicação dos Resultados de 2007</b>	<b>(euros)</b>
Para Reserva Legal	50 000 000,00
Para Distribuição aos Accionistas	240 000 000,00
Para Outras Reservas	204 699 432,31
Resultado Líquido	494 699 432,31

O dividendo relativo aos resultados de 2007 equivale a um valor bruto por acção de 0,48 euros que, considerando a cotação do final do exercício, corresponde a um *dividend yield* de 3,20%. O *payout ratio* em base consolidada é assim de 39,5%, e excluindo os resultados extraordinários de 2007 seria de 43% (47,5% no ano transacto). Em base individual, o *payout* foi de 48,51%.

#### **IV. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2007**

Nos termos da alínea b) do artº 376º do Código das Sociedades Comerciais e em conformidade com a alínea h) do nº 1 do artº 18º do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração da “BESPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.” propõe para aprovação da Assembleia Geral, que o resultado líquido do exercício de 2007, de 74 771 152,90 euros, adicionado aos resultados transitados no valor de 429 116 353,26 euros, o que perfaz um total de 503 887 506,16 euros, tenha a seguinte aplicação:

. Para reforço da reserva legal (5%) .....	3 740 000,00 euros
. Para dividendos (*) .....	118 852 794,09 euros
. Para resultados transitados .....	381 294 712,07 euros

(\*) Correspondente a um dividendo de 0,87 euros por acção.

*Lisboa, 21 de Abril de 2008*

O Conselho de Administração

**RICARDO ESPÍRITO SANTO SILVA SALGADO**  
(Presidente)

**ANTÓNIO LUÍS ROQUETTE RICCIARDI**  
(Vice-Presidente)

**MÁRIO MOSQUEIRA DO AMARAL**

**JOSÉ MANUEL PINHEIRO ESPÍRITO SANTO SILVA**

**MANUEL FERNANDO MONIZ GALVÃO ESPÍRITO SANTO SILVA**

**PATRICK GERARD DANIEL COUDENE**

**BERNARD HENRI GEORGES DE WIT**

**JEAN-FREDERIC DE LEUSSE**

**INFORMAÇÃO PARA EFEITOS DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 447º E 448º DO CÓDIGO  
DAS SOCIEDADES COMERCIAIS E SOBRE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS**



## BESPAR – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

---

### INFORMAÇÃO PARA EFEITOS DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 447º E 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

#### 1. INFORMAÇÃO RELATIVA AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

- 1.1 Acções da BESPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., pertencentes a sociedades em que qualquer das pessoas referidas em 1. exerça, em 31 de Dezembro de 2007, algum cargo de administração ou fiscalização ou possua, pelo menos, metade do capital social ou dos votos correspondentes :

		Nº ACÇÕES	% C. SOCIAL
ESPÍRITO SANTO FINANCIAL ( PORTUGAL ) – S.G.P.S., S.A.		92 076 027	67,40%
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado	Presidente do Conselho de Administração		
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva	Vice-Presidente do Conselho de Administração		

#### 2. ACCIONISTAS TITULARES DE PELO MENOS UM DÉCIMO, UM TERÇO OU METADE DO CAPITAL SOCIAL DA SOCIEDADE

- 2.1 Em 31 de Dezembro de 2007 :

ACCIONISTA	Nº ACÇÕES	% C. SOCIAL
Espírito Santo Financial (Portugal) – S.G.P.S., S.A.	92 076 027	67,40%
Crédit Agricole, S.A.	31 254 723	22,88%

**3**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
INDIVIDUAIS**

---

**BESPAR - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006**

		(milhares de euros)	
	Notas	31.12.2007	31.12.2006
Juros e rendimentos similares		771	199
Juros e encargos similares		5.365	8.616
<b>Margem financeira</b>		<b>(4.594)</b>	<b>(8.417)</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	12	80.000	55.308
Encargos de serviços e comissões		57	447
Resultados de alienação de investimentos em subsidiárias		-	496.073
Outros resultados de exploração		1	-
<b>Produto da actividade</b>		<b>75.350</b>	<b>542.517</b>
Gastos gerais administrativos		579	360
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>74.771</b>	<b>542.157</b>
Impostos correntes	14	-	1.678
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>74.771</b>	<b>540.479</b>

**As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras**

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração

## CONTAS INDIVIDUAIS – 2007

BESPAR - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2007	31.12.2006
<b>Activo</b>			
Disponibilidades em instituições de crédito	4	79	63
Activos financeiros disponíveis para venda	5	1.801	4.206
Investimentos em subsidiárias	6	1.407.668	1.407.668
Activos por impostos correntes	14	382	-
Outros activos	7	89.604	119.467
<b>Total de Activo</b>		<b>1.499.534</b>	<b>1.531.404</b>
<b>Passivo</b>			
Recursos de instituições de crédito	8	101.066	100.849
Passivos por impostos correntes		-	1.668
Outros passivos	9	46	44
<b>Total de Passivo</b>		<b>101.112</b>	<b>102.561</b>
<b>Capital Próprio</b>			
Capital	10	683.062	683.062
Prémios de emissão	10	166.570	166.570
Reservas e resultados transitados	11	474.019	38.732
Resultado líquido do exercício		74.771	540.479
<b>Total de Capital Próprio</b>		<b>1.398.422</b>	<b>1.428.843</b>
<b>Total de Passivo e Capital Próprio</b>		<b>1.499.534</b>	<b>1.531.404</b>

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração

**BESPAR - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006**

(milhares de euros)

	Capital	Prémios de emissão	Reservas e Resultados Transitados	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2006</b>	<b>683 062</b>	<b>166 570</b>	<b>134 149</b>	<b>35 731</b>	<b>1 019 512</b>
Constituição da reserva legal	-	-	1 790	( 1 790)	-
Distribuição de dividendos (ver nota 11)	-	-	( 131 148)	-	( 131 148)
Resultados transitados	-	-	33 941	( 33 941)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	540 479	<b>540 479</b>
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2006</b>	<b>683 062</b>	<b>166 570</b>	<b>38 732</b>	<b>540 479</b>	<b>1 428 843</b>
Constituição da reserva legal	-	-	27 024	( 27 024)	-
Distribuição de dividendos (ver nota 11)	-	-	( 105 192)	-	( 105 192)
Resultados transitados	-	-	513 455	( 513 455)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	74 771	<b>74 771</b>
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>683 062</b>	<b>166 570</b>	<b>474 019</b>	<b>74 771</b>	<b>1 398 422</b>

**As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras**

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração

## CONTAS INDIVIDUAIS – 2007

**BESPAR - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006**

		(milhares de euros)	
	Notas	31.12.2007	31.12.2006
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>			
Juros e proveitos recebidos		777	195
Juros e custos pagos		(5.205)	(13.140)
Pagamentos a fornecedores		(569)	(356)
Outros pagamentos relativos às actividades operacionais		(1.542)	(2.630)
Pagamentos relativos ao imposto sobre o rendimento		(2.050)	(1)
		<u>(8.589)</u>	<u>(15.932)</u>
(Diminuições) / Aumentos dos passivos operacionais			
Débitos para com instituições de crédito	8	-	(101.500)
		<u>(8.589)</u>	<u>(117.432)</u>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Alienação de investimentos em subsidiárias		-	665.073
Aquisição de participações em subsidiárias		-	(488.360)
Dividendos recebidos	12	80.000	55.308
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		(448.650)	(252.840)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		451.050	250.720
Recebimento de empréstimos de participadas		29.863	119.452
		<u>112.263</u>	<u>349.353</u>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Recebimento de empréstimos de accionistas		-	410.000
Reembolso de empréstimos a accionistas		-	(513.074)
Dividendos pagos, líquidos de retenção na fonte	11	(103.658)	(128.825)
		<u>(103.658)</u>	<u>(231.899)</u>
<b>Variação líquida em caixa e seus equivalentes</b>		<u>16</u>	<u>22</u>
Caixa e equivalentes no início do período		63	41
Caixa e equivalentes no fim do período		<u>79</u>	<u>63</u>
		<u>16</u>	<u>22</u>

**As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras**

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração

**BESPAR – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO EXERCÍCIO  
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007**

(Montantes expressos em milhares de Euros)

**NOTA 1 – ACTIVIDADE**

A **BESPAR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (BESPAR)** foi constituída em 30 de Abril de 1991 sob a forma jurídica de "Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.", ao abrigo do Decreto-Lei nº 495/88, de 30 de Dezembro, e tem como único objecto a gestão de participações sociais noutras empresas, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A BESPAR faz parte do Grupo Espírito Santo, pelo que as suas demonstrações financeiras são consolidadas pela Espírito Santo Financial (Portugal), S.G.P.S., S.A., com sede em Lisboa.

**NOTA 2 – VALORES COMPARATIVOS**

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2007 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os de 2006.

**NOTA 3 – BASES DE APRESENTAÇÃO, PRINCIPAIS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E  
CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS**

**3.1 Bases de apresentação**

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso nº 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras da BESPAR são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal na Instrução nº 18/2005.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, designadamente (i) a valorimetria e provisionamento do crédito concedido, (ii) os benefícios aos empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição

para os critérios da IAS 19 e (iii) restrição de aplicação de algumas opções previstas nas IAS/IFRS, ao não permitir a valorização dos activos tangíveis ao justo valor.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 e foram preparadas de acordo com as NCA, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2007.

Na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2007, a Sociedade adoptou o IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, bem como o IAS 1 (alterado) Apresentação das demonstrações financeiras – Requisitos de divulgação de capital regulamentar. Estas normas, de aplicação obrigatória com referência a 1 de Janeiro de 2007, tiveram impacto ao nível das divulgações apresentadas, não tendo tido qualquer efeito nos capitais próprios da Sociedade. De acordo com as disposições transitórias destas normas, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Adicionalmente, a Sociedade adoptou ainda em 2007 o IFRIC 8 Âmbito da aplicação do IFRS 2, o IFRIC 9 Reavaliação dos derivados embutidos e o IFRIC 10 Reporte financeiro interino e imparidade. A adopção destas interpretações não teve qualquer efeito nas demonstrações financeiras da Sociedade.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, excepto no que se refere aos activos financeiros disponíveis para venda que se encontram registados ao justo valor.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NCA requer que a Sociedade efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 21 de Abril de 2008.

### **3.2 Principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos**

#### **a) Especialização de exercícios**

A BESPARG segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em todas as rubricas de custos e de proveitos. O rendimento das participações em carteira só é, contudo, contabilizado na altura do recebimento dos dividendos atribuídos.

#### **b) Activos financeiros disponíveis para venda**

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) a BESPARG tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do reconhecimento inicial ou (iii) que não sejam empréstimos e valores a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros ao justo valor através de resultados.

#### **c) Aplicações em instituições de crédito**

As aplicações em instituições de crédito constituídas por depósitos de curto prazo são registados no activo pelo seu valor nominal. Os juros a receber são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e são contabilizados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo adicionados ao valor contabilístico dos depósitos caso não sejam recebidos durante o período.

#### **d) Investimentos em subsidiárias**

Incluem as participações em que a BESPARG, directa ou indirectamente, exerce uma relação de domínio em resultado de possuir a maioria dos direitos de voto ou tem o direito de nomear ou exonerar a maioria dos membros dos órgãos sociais ou de controlar, por si só, na sequência de acordo com outros accionistas, a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a BESPARG detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas económicas e financeiras de uma entidade.

Estes investimentos são mensurados de acordo com o estabelecido na IAS 27, ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

As desvalorizações de valor significativo identificadas nas participações detidas são avaliadas pelo Conselho de Administração e reconhecidas perdas de imparidade se forem consideradas de carácter permanente. O Conselho de Administração considera que em 31 de Dezembro de 2007 não existiam situações que requeassem a constituição de quaisquer perdas de imparidade.

### **e) Outros activos**

Esta rubrica inclui empréstimos a empresas associadas e outras dívidas de terceiros, as quais são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade estimadas, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

### **f) Recursos de outras instituições de crédito**

Os recursos de outras instituições de crédito são constituídos por empréstimos bancários, registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido das despesas relacionadas com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são registados de acordo com a IAS 39 ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

### **g) Transacções e operações em moeda exterior à zona do Euro**

As transacções expressas em moeda exterior à zona do Euro são convertidas para euros a taxas de câmbio que se aproximam das taxas vigentes à data da operação. As diferenças de câmbio realizadas no exercício, bem como as potenciais apuradas nos saldos existentes à data do balanço, por referência às paridades então vigentes, integram os resultados correntes do exercício.

### **h) Impostos sobre lucros**

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

O pagamento dos impostos sobre lucros é efectuado com base em declarações de autoliquidação que ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante o período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam. Os prejuízos fiscais de um determinado exercício, sujeitos também a inspecção e ajustamentos, podem ser deduzidos aos lucros fiscais nos seis anos seguintes.

**i) Caixa e equivalentes a caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica Caixa e seus equivalentes corresponde ao somatório dos saldos das rubricas de Disponibilidades em instituições de crédito e de Aplicações em instituições de crédito.

**j) Normas e interpretações ainda não adoptadas**

Na Nota 16 são apresentadas as Normas e interpretações ainda não adoptadas pela Sociedade.

**3.3 Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras**

As NCA estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela BESPAR são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela BESPAR é apresentada na Nota 3.2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da BESPAR e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

**Impostos sobre os lucros**

A BESPARG encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela BESPARG, durante um período de quatro anos ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da BESPARG, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

**NOTA 4 – DISPONIBILIDADES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o saldo desta rubrica é constituído por depósitos à ordem em instituições de crédito no país e no estrangeiro.

**NOTA 5 – ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA**

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 esta rubrica é constituída por certificados de depósito no BES, com vencimento até 30 dias, remunerados a taxas de juro de mercado:

	<u>31.12.2007</u>	<u>31.12.2006</u>
Certificados de depósito	1 800	4 200
Juros a receber	<u>1</u>	<u>6</u>
	<u>1 801</u>	<u>4 206</u>

**NOTA 6 – INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS**

A BESPAR detém participação directa no capital da seguinte sociedade:

	Sede	Custo de aquisição		Participação detida %		Valor patrimonial da participação detida		Diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial	
		2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006
		<b>Subsidiárias</b>							
Banco Espírito Santo, S.A.	Lisboa	1 407 668	1 407 668	40,00	40,00	2 165 483	1 928 980	(757 815)	(521 312)
		<u>1 407 668</u>	<u>1 407 668</u>			<u>2 165 483</u>	<u>1 928 980</u>	<u>(757 815)</u>	<u>(521 312)</u>

	Acções				
	Quantidade	Valor nominal unitário (em euros)	Custo médio de aquisição (em euros)	Valor de Cotação	Valor de Balanço
	BES	200 000 000	5,00	7,04	3 000 000
					<u>1 407 668</u>

**NOTA 7 – OUTROS ACTIVOS**

As contas de Outros activos englobam os seguintes saldos:

	<u>31.12.2007</u>	<u>31.12.2006</u>
<b>Outros activos</b>		
Empréstimos concedidos	89 589	119 452
Outros devedores diversos	<u>15</u>	<u>15</u>
	<u>89 604</u>	<u>119 467</u>

Os empréstimos foram concedidos à PARTRAN sem prazo de reembolso definido e não vencem juros.

**NOTA 8 – RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**

A 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 o saldo desta rubrica no balanço é composto por:

	<u>31.12.2007</u>	<u>31.12.2006</u>
Empréstimos	101 500	101 500
Juros a pagar e encargos diferidos	<u>(434)</u>	<u>(651)</u>
	<u>101 066</u>	<u>100 849</u>

Em 27 de Junho de 2006 a BESPARG celebrou um contrato de empréstimo, no montante de 101 500 milhares de euros, com a CGD.

Este empréstimo vence juros trimestral e postecipadamente a taxas de mercado e o reembolso será efectuado na íntegra no termo do contrato (Junho de 2010). Todavia, são permitidos reembolsos antecipados sem penalização, desde que efectuados no termo de um período de contagem de juros e com pré-aviso de 30 dias de antecedência. Em qualquer outro caso de reembolso antecipado, será paga uma comissão de 0,125% calculada sobre o capital a reembolsar antecipadamente.

Em garantia do bom cumprimento das obrigações emergentes do contrato de empréstimo, a BESPARG constituiu penhor em 1º grau sobre 11 000 000 acções ordinárias nominativas no valor nominal de 5 euros cada, representativas de 2,2% do capital social do BES, as quais se encontram representadas sob a forma escritural.

### NOTA 9 – OUTROS PASSIVOS

A rubrica de Outros passivos engloba os seguintes saldos:

	<u>31.12.2007</u>	<u>31.12.2006</u>
<b>Outros passivos</b>		
Fornecedores	22	21
Outros encargos a pagar	<u>24</u>	<u>23</u>
	<u>46</u>	<u>44</u>

### NOTA 10 – CAPITAL E PRÉMIOS DE EMISSÃO

- **Capital realizado**

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 o valor do capital é composto por:

	<u>31.12.2007</u>	<u>31.12.2006</u>
Capital realizado	<u>683 062</u>	<u>683 062</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 o capital da BESPARG, integralmente subscrito e realizado, era representado por 136 612 407 acções nominativas com o valor nominal de 5 euros.

Os accionistas que em 31 de Dezembro possuíam mais de 5% do capital da BESPARG eram os seguintes:

	<u>31.12.2007</u>	<u>31.12.2006</u>
Espírito Santo Financial (Portugal), SGPS, SA	67,40%	67,40%
Crédit Agricole, SA	22,88%	22,88%
Predica – Prevoyance Dialogue du Crédit Agricole, SA	9,72%	9,72%

- **Prémios de emissão**

Foram gerados nos aumentos de capital verificados nos exercícios de 1999, 2000 e de 2002.

## NOTA 11 – RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

A rubrica Reservas e Resultados Transitados inclui os resultados transitados de exercícios anteriores e a reserva legal.

- **Reserva legal**

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital e, em conformidade com a legislação aplicável às Sociedades Gestoras de Participações Sociais, terá de ser reforçada anualmente por uma percentagem não inferior à vigésima parte dos lucros da Sociedade, até que aquela represente a quinta parte do capital social.

- **Aplicação dos resultados**

A Assembleia Geral realizada em 25 de Maio de 2007 deliberou que o resultado líquido do exercício de 2006, de 540 479 milhares de euros, adicionado aos resultados transitados no valor de 20 853 milhares de euros, o que perfaz um total de 561 332 milhares de euros, fossem aplicados como segue:

Reserva legal	27 024
Dividendos (0,77 euros por acção)	105 192
Resultados transitados	<u>429 116</u>
	<u><u>561 332</u></u>

Em Junho de 2007 a BESPARG procedeu ao pagamento de dividendos no montante total de 105 192 milhares de euros, o que corresponde a um dividendo de 0,77 euros por acção (2006: 131 148 milhares de euros, o que corresponde a um dividendo de 0,96 euros por acção).

**NOTA 12 – RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL**

Em Dezembro de 2007, a rubrica Rendimentos de instrumentos de capital respeita exclusivamente aos dividendos distribuídos pelo BES. Em Dezembro de 2006, esta rubrica corresponde aos dividendos distribuídos pelo BES, BES VIDA e pela BES SEGUROS.

**NOTA 13 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Os montantes incluídos na demonstração dos resultados provenientes de transacções realizadas com empresas do Grupo BES, são os seguintes:

	31.12.2007		31.12.2006	
	Proveitos	Custos	Proveitos	Custos
BES	80 771	2	50 571	56
BES VIDA	–	–	4 061	–
BES SEGUROS	–	–	875	–
	<u>80 771</u>	<u>2</u>	<u>55 507</u>	<u>56</u>

Os proveitos registados incluem os dividendos distribuídos pelo BES no valor de 80 000 milhares de euros (Dezembro 2006: 50 372 milhares de euros).

Os preços e condições das transacções realizadas com empresas do Grupo e com empresas relacionadas correspondem aos preços e às condições normalmente praticadas no mercado para transacções idênticas.

**NOTA 14 – IMPOSTOS**

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2007 foi apurado como segue:

Lucro contabilístico	74 771
Juros e outros custos não aceites para efeitos fiscais	4 327
Eliminação da dupla tributação económica dos dividendos recebidos	<u>(80 000)</u>
Prejuízo para efeitos fiscais	<u>(902)</u>
Matéria colectável	–
Pagamento por conta	(381)
Pagamento especial por conta	<u>(1)</u>
Imposto a recuperar	<u><u>(382)</u></u>

Conforme referido na Nota 3.2 i), os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Os prejuízos fiscais declarados pela Sociedade nos últimos seis exercícios, que podem ser deduzidos aos lucros fiscais futuros, são como segue (em milhares de euros):

<b>ANO</b>	<b>Prejuízo fiscal declarado</b>	<b>Ano limite para dedução</b>
2007	<u>902</u>	2013
	<u><u>902</u></u>	

## **NOTA 15 – GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE**

Em termos de política de gestão dos riscos, é apresentada a seguinte informação qualitativa da Sociedade.

### **Risco de mercado**

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro e preços de acções.

### **Risco de liquidez**

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada no Departamento Financeiro da Sociedade. Esta gestão tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os mismatch negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

### **Risco operacional**

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

**Justo valor de activos e passivos financeiros registados ao custo amortizado**

O justo valor dos activos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado, para a BESPAR, é analisado como segue:

	31.12.2007		31.12.2006	
	Valor de balanço	Justo valor	Valor de balanço	Justo valor
Disponibilidades em instituições de crédito	79	79	63	63
Activos financeiros disponíveis para venda	1 801	1 801	4 206	4 206
Total activos financeiros ao justo valor	<u>1 880</u>	<u>1 880</u>	<u>4 269</u>	<u>4 269</u>
Recursos de instituições de crédito	101 066	101 066	100 849	100 849
Outros empréstimos	–	–	–	–
Total passivos financeiros ao justo valor	<u>101 066</u>	<u>101 066</u>	<u>100 849</u>	<u>100 849</u>

**Disponibilidades e Activos financeiros disponíveis para venda**

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

**Recursos de instituições de crédito**

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

**Outros empréstimos**

Dada a natureza destes instrumentos (suprimentos) e a inexistência de prazo de maturidade associada aos mesmos, considera-se se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

**NOTA 16 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS**

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Sociedade ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são descritas seguidamente.

**IFRS 2 (alterado) – Pagamentos em acções: condições de aquisição**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 uma alteração ao IFRS 2 a qual se torna efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

Não se esperam impactos significativos decorrentes do IFRS 2 alterado.

**IFRS 3 (revisto) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterado) Demonstrações financeiras consolidadas e separadas**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 o IFRS 3 (revisto) Concentrações de actividades empresarias e uma alteração ao IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica o reconhecimento total do *goodwill* por contrapartida dos interesses sem controlo) ou como a parcela atribuível do justo valor dos activos líquidos adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Esta revisão do IFRS 3 e alteração do IAS 27 são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. A Sociedade encontra-se a avaliar o impacto da adopção destas normas alteradas.

### **IFRS 8 – Segmentos operacionais**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 o IFRS 8 Segmentos operacionais o qual foi adoptada para uso na União Europeia em 21 de Novembro de 2007.

O IFRS 8 define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará o IAS 34 Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação mandatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

A Sociedade encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

### **IAS 1 (alterado) – Apresentação das demonstrações financeiras**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Setembro de 2007 o IAS 1 (alterado) Apresentação de demonstrações financeiras o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O IAS 1 (alterado) exige que a informação financeira seja agregada na preparação das demonstrações financeiras, em função das suas características de base e introduz a demonstração de “*comprehensive income*”.

Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios da Sociedade decorrentes de transacções com accionistas, enquanto accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de “*comprehensive income*”.

As alterações impostas pelo IAS 1 terão efeito ao nível da apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade estando actualmente em curso um trabalho com vista à determinação da extensão das modificações necessárias.

#### **IAS 23 (alterado) – Custos de empréstimos obtidos**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Março de 2007 o IAS 23 (alterado) Custos de empréstimos obtidos o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta norma exige que as entidades capitalizem os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo qualificável, como parte integrante do custo de aquisição, construção ou produção desse activo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

Activos qualificáveis correspondem àqueles que necessitam de um período substancial de tempo para ficar prontos para o seu uso pretendido ou para venda.

A Sociedade não espera que esta alteração ao IAS 23 tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

#### **IFRIC 11 – IFRS 2 – Transacções com acções próprias ou acções de outras entidades do Grupo**

O International Financial Reporting Committee (IFRIC) emitiu em 2 de Novembro de 2006 a IFRIC 11 IFRS 2 – Transacções com *Treasury shares* e Grupo.

O IFRIC 11 vem esclarecer em que condições os pagamentos com base em acções previstos no IFRS 2, envolvendo acções próprias ou acções de outras entidades do Grupo, deverão ser classificados nas demonstrações financeiras individuais das empresas do Grupo com sendo pagamentos com base em acções com liquidação física ou com liquidação financeira.

Este IFRIC é de aplicação obrigatória para a Sociedade a partir de 1 de Janeiro de 2008.

A BESPARG encontra-se a analisar o eventual impacto que este IFRIC terá nas demonstrações financeiras da sua subsidiária.

### **IFRIC 12 – Contratos de concessão de serviços**

O IFRIC 12 Contratos de concessão de serviços entra em vigor em 1 de Janeiro de 2008.

O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente a) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e b) controla, os interesses residuais das infra estruturas, na maturidade dos contratos.

Não se prevê que a presente norma venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras da Sociedade.

### **IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes**

O IFRIC 13 Programas de fidelização de clientes foi emitido em Julho de 2007 e entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo por isso apenas relevante para a Sociedade a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos mesmos como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

Não se prevê que a presente norma venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras da Sociedade .

### **IFRIC 14 – IAS 19 - Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e sua interacção**

O IFRIC 14 IAS 19 - Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e sua interacção é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2008.

Esta interpretação define as condições que devem ser consideradas na avaliação do reconhecimento de activos relacionados com planos de pensões à luz dos limites estabelecidos no parágrafo 58 do IAS 19, e discute a interacção destas regras com os eventuais requisitos mínimos de financiamento estabelecidos legal ou contratualmente.

Não se prevê que a presente norma venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras da Sociedade .

-----



**BESPAR - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.****DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006**

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2007	31.12.2006
Juros e proveitos similares	4	3 370 232	2 672 010
Juros e custos similares	4	2 421 099	1 755 648
<b>Margem financeira</b>		<b>949 133</b>	<b>916 362</b>
Rendimentos de instrumentos de capital		49 959	52 880
Rendimentos de serviços e comissões	5	716 067	627 644
Encargos com serviços e comissões	5	( 104 489)	( 79 875)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	6	65 864	( 37 919)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	231 524	184 785
Resultados de reavaliação cambial	8	27 872	50 587
Resultados de alienação de outros activos financeiros		2 815	12 147
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	9	-	237 218
Outros resultados de exploração	10	26 300	33 030
<b>Proveitos operacionais</b>		<b>1 965 045</b>	<b>1 996 859</b>
Custos com pessoal	11	502 143	482 280
Gastos gerais administrativos	13	379 168	354 244
Custos com sinistros líquidos de resseguro	14	-	330 844
Varição das provisões técnicas líquidas de resseguro		-	( 73 025)
Comissões de seguro directo líquidas de resseguro		-	2 437
Depreciações e amortizações	25 e 26	69 755	69 594
Provisões líquidas de anulações	32	25 408	52 581
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	21	213 184	181 555
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	19 e 20	18 187	6 222
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	24 e 28	6 085	2 178
<b>Custos operacionais</b>		<b>1 213 930</b>	<b>1 408 910</b>
Ganhos na alienação de subsidiárias e associadas	1	1 573	454 420
Resultados de associadas	27	34 085	10 770
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>786 773</b>	<b>1 053 139</b>
<b>Impostos</b>			
Correntes	33	86 916	104 148
Diferidos	33	65 630	49 522
		<b>152 546</b>	<b>153 670</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>634 227</b>	<b>899 469</b>
<b>Atribuível aos accionistas da Sociedade</b>		242 862	615 825
<b>Atribuível aos interesses minoritários</b>	37	391 365	283 644
		<b>634 227</b>	<b>899 469</b>

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

**BESPAR - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.**

**BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006**

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2007	31.12.2006
<b>Activo</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	15	1 361 218	1 084 927
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	720 452	672 985
Activos financeiros detidos para negociação	17	3 847 233	4 171 407
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	18	1 426 704	1 498 592
Activos financeiros disponíveis para venda	19	6 238 889	5 251 684
Aplicações em instituições de crédito	20	8 210 331	7 588 049
Crédito a clientes	21	42 170 263	34 882 505
Investimentos detidos até à maturidade	22	407 842	593 171
Derivados para gestão de risco	23	211 890	199 704
Activos não correntes detidos para venda	24	279 408	-
Outros activos tangíveis	25	537 768	382 929
Activos intangíveis	26	91 171	68 652
Investimentos em associadas	27	412 915	408 600
Activos por impostos correntes		20 091	14 094
Activos por impostos diferidos	33	23 946	79 767
Outros activos	28	2 323 804	2 198 262
<b>Total de activo</b>		<b>68 283 925</b>	<b>59 095 328</b>
<b>Passivo</b>			
Recursos de bancos centrais		1 887 622	1 043 175
Passivos financeiros detidos para negociação	17	1 257 201	1 284 376
Recursos de outras instituições de crédito	29	7 197 715	6 928 235
Recursos de clientes e outros empréstimos	30	23 773 160	21 989 410
Responsabilidades representadas por títulos	31	24 313 591	19 030 469
Derivados para gestão de risco	23	286 940	262 760
Passivos não correntes detidos para venda	24	233 189	-
Provisões	32	143 950	139 882
Passivos por impostos correntes		71 136	39 356
Passivos por impostos diferidos	33	255 903	168 670
Passivos subordinados	34	2 094 815	2 239 816
Outros passivos	35	1 525 027	1 288 516
<b>Total de passivo</b>		<b>63 040 249</b>	<b>54 414 665</b>
<b>Capital próprio</b>			
Capital	36	683 062	683 062
Prémios de emissão	36	166 570	166 570
Reservas de justo valor	37	260 495	207 165
Outras reservas e resultados transitados	37	357 826	( 141 094)
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas da Sociedade		242 862	615 825
<b>Total de capital próprio atribuível aos accionistas da Sociedade</b>		<b>1 710 815</b>	<b>1 531 528</b>
Interesses minoritários	37	3 532 861	3 149 135
<b>Total de capital próprio</b>		<b>5 243 676</b>	<b>4 680 663</b>
<b>Total de passivo e capital próprio</b>		<b>68 283 925</b>	<b>59 095 328</b>

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

**BESPAR - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.****DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006**

(milhares de euros)

	Capital	Prémios de emissão	Reservas de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas da Sociedade	Total de capital próprio atribuível aos accionistas da Sociedade	Interesses minoritários	Total de capital próprio
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2005</b>	<b>683 062</b>	<b>166 570</b>	<b>199 207</b>	<b>( 148 397)</b>	<b>151 219</b>	<b>1 051 661</b>	<b>1 923 254</b>	<b>2 974 915</b>
Constituição de reservas	-	-	-	20 071	( 20 071)	-	-	-
Aumento de capital do BES	-	-	-	-	-	-	868 166	868 166
Custos com aumento de capital em subsidiárias	-	-	-	( 4 727)	-	( 4 727)	( 6 422)	( 11 149)
Dividendos de acções ordinárias da BESPAR <sup>(a)</sup>	-	-	-	-	( 131 148)	( 131 148)	-	( 131 148)
do Grupo	-	-	-	-	-	-	( 67 962)	( 67 962)
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-	( 14 244)	-	( 14 244)	( 19 236)	( 33 480)
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	7 958	-	-	7 958	90 734	98 692
Plano de incentivos baseado em acções, líquido de imposto (ver Nota 2.15)	-	-	-	1 019	-	1 019	1 435	2 454
Diferenças de câmbio e outras reservas de consolidação	-	-	-	5 184	-	5 184	-	5 184
Outras variações em interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	75 522	75 522
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	615 825	615 825	283 644	899 469
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2006</b>	<b>683 062</b>	<b>166 570</b>	<b>207 165</b>	<b>( 141 094)</b>	<b>615 825</b>	<b>1 531 528</b>	<b>3 149 135</b>	<b>4 680 663</b>
Constituição de reservas	-	-	-	510 633	( 510 633)	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias da BESPAR <sup>(a)</sup>	-	-	-	-	( 105 192)	( 105 192)	-	( 105 192)
do Grupo	-	-	-	-	-	-	( 123 881)	( 123 881)
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-	( 13 528)	-	( 13 528)	( 19 952)	( 33 480)
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	53 330	-	-	53 330	98 981	152 311
Plano de incentivos baseado em acções, líquido de imposto (ver Nota 2.15)	-	-	-	416	-	416	614	1 030
Diferenças de câmbio e outras reservas de consolidação	-	-	-	1 399	-	1 399	( 49)	1 350
Outras variações em interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	36 648	36 648
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	242 862	242 862	391 365	634 227
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>683 062</b>	<b>166 570</b>	<b>260 495</b>	<b>357 826</b>	<b>242 862</b>	<b>1 710 815</b>	<b>3 532 861</b>	<b>5 243 676</b>

<sup>(a)</sup> Corresponde a um dividendo por acção de 0,77 euros e 0,96 euros em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, respectivamente, distribuído às acções em circulação.

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

**BESPAR - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006**

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2007	31.12.2006
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>			
Juros e proveitos recebidos		3 258 653	2 566 066
Juros e custos pagos		(2 310 711)	(1 673 048)
Prémios de seguros		-	237 218
Custos com sinistros		-	( 330 844)
Serviços e comissões recebidas		747 543	655 163
Serviços e comissões pagas		( 112 987)	( 81 865)
Recuperações de créditos		34 857	22 753
Pagamentos a empregados e fornecedores		( 845 386)	( 618 689)
		<b>771 969</b>	<b>776 754</b>
<i>Varição nos activos e passivos operacionais:</i>			
Disponibilidades em bancos centrais		( 310 042)	17
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		634 547	(1 234 932)
Aplicações em instituições de crédito		( 614 065)	(1 427 086)
Recursos de instituições de crédito		1 100 195	839 634
Crédito a clientes		(7 380 987)	(4 058 822)
Recursos de clientes e outros empréstimos		1 776 876	1 221 766
Derivados para gestão de risco		( 11 968)	96 397
Outros activos e passivos operacionais		( 710 884)	286 796
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros</b>		<b>(4 744 359)</b>	<b>(3 499 476)</b>
Impostos sobre os lucros pagos		( 62 800)	( 113 065)
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais</b>		<b>(4 807 159)</b>	<b>(3 612 541)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		( 43 140)	( 498 120)
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		12 107	940 119
Dividendos recebidos		83 208	52 879
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		(14 231 128)	(5 692 177)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		13 274 639	4 601 417
Investimentos detidos até à maturidade		119 434	( 67 482)
Compra de imobilizações		( 307 536)	( 90 565)
Venda de imobilizações		3 367	5 130
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento</b>		<b>(1 089 049)</b>	<b>( 748 799)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Aumentos de capital de subsidiárias		-	880 491
Emissão de obrigações de caixa		9 467 710	5 650 588
Reembolso de obrigações de caixa		(3 202 094)	(1 798 305)
Emissão de passivos subordinados		21 134	-
Reembolso de passivos subordinados		( 129 690)	( 59 856)
Acções próprias		22 295	32 515
Dividendos de acções ordinárias pagos		( 221 982)	( 200 551)
Dividendos de acções preferenciais pagos		( 33 480)	( 33 480)
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento</b>		<b>5 923 893</b>	<b>4 471 402</b>
<b>Varição líquida em caixa e seus equivalentes</b>		<b>27 685</b>	<b>110 062</b>
<b>Caixa e equivalentes no início do exercício</b>		<b>984 320</b>	<b>913 566</b>
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		( 14 293)	( 39 308)
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		27 685	110 062
<b>Caixa e equivalentes no fim do exercício</b>		<b>997 712</b>	<b>984 320</b>
<b>Caixa e equivalentes engloba:</b>			
Caixa	15	277 260	311 335
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	720 452	672 985
<b>Total</b>		<b>997 712</b>	<b>984 320</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

**BESPAR – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007**

(Montantes expressos em milhares de euros, excepto quando indicado)

**Nota 1 – Actividade e estrutura do grupo**

A **BESPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (BESPAR)** foi constituída em 30 de Abril de 1991 sob a forma jurídica de "Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.", ao abrigo do Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de Dezembro, e tem como único objecto a gestão de participações sociais noutras empresas, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A BESPAR faz parte do Grupo Espírito Santo, pelo que as suas demonstrações financeiras são consolidadas pela Espírito Santo Financial (Portugal), SGPS, S.A., com sede em Lisboa e pelo Espírito Santo Financial Group S.A., com sede no Luxemburgo.

Através das suas subsidiárias, o Grupo (BESPAR e suas subsidiárias) dedica-se a uma grande variedade de actividades financeiras centradas no Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") e nas companhias de seguros BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A. ("BES-Vida") e BES, Companhia de Seguros, S.A. ("BES Seguros").

A estrutura do grupo de empresas nas quais a BESPAR detém uma participação directa ou indirecta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação, apresenta-se como segue:

# CONTAS CONSOLIDADAS – 2007

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% interesse económico	Método de consolidação
<b>BESPAR, SGPS, SA</b>	1991	-	Portugal	Gestão de participações sociais		
<b>Banco Espírito Santo, SA (BES)</b>	1937	1991	Portugal	Banca	40%	Integral
<b>Banco Espírito Santo de Investimento, SA (BESI)</b>	1993	1997	Portugal	Banca de investimento	100%	Integral
<i>Esírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, SA (ESCAPITAL)</i>	1988	1996	Portugal	Capital de risco	100%	Integral
<i>SES Iberia</i>	2004	2004	Espanha	Gestora de Fundos	50%	Integral
<i>Fomentinvest, SGPS, S.A.</i>	2003	2003	Portugal	Gestão de participações sociais	20%	Eq. Patrimonial
<i>HLC - Centrais de Cogeração, S.A.</i>	1999	1999	Portugal	Prestação de serviços	24,5%	Eq. Patrimonial
<i>Coporgest</i>	2002	2005	Portugal	Gestão de participações sociais	20%	Eq. Patrimonial
<i>Neumáticos Andrés Investment, S.A.</i>	2006	2006	Espanha	Prestação de serviços diversos	17,68%	Eq. Patrimonial <sup>al</sup>
<i>Synergy Industry and Technology, S.A.</i>	2006	2007	Espanha	Gestão de participações sociais	15,00%	Eq. Patrimonial <sup>al</sup>
<i>Revolução, SGPS, S.A.</i>	2006	2007	Portugal	Restauração e hotelaria	9,77%	Eq. Patrimonial <sup>al</sup>
<b>ESSI Comunicações SGPS, SA</b>	1998	1998	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
<i>ESSI SGPS, SA</i>	1997	1997	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
<i>Concordia - Espírito Santo Investment</i>	2005	2005	Polónia	Prestação de serviços	49%	Eq. Patrimonial
<i>Fundo Espírito Santo Infrastructure I</i>	2007	2007	Portugal	Fundo de Investimento	50,00%	Integral
<i>Esírito Santo Investments PLC</i>	1996	1996	Irlanda	Compra e venda de títulos	100%	Integral
<i>Morumbi Capital Fund</i>	2005	2005	Ilhas Caimão	Fundo	100%	Integral
<i>ESSI Investimentos SGPS, SA</i>	1998	1998	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
<i>Esírito Santo Investimentos, Ltda</i>	1996	1996	Brasil	Gestão de participações sociais	100%	Integral
<i>Morumbi Capital</i>	2005	2005	Brasil	Gestão de participações sociais	100%	Integral
<i>BES Investimento do Brasil, SA</i>	2000	2000	Brasil	Banca de investimento	80%	Integral
<i>BES Securities do Brasil, SA</i>	2000	2000	Brasil	Corretagem	80%	Integral
<i>BES Activos Financeiros, Ltda</i>	2004	2004	Brasil	Gestão de activos	80%	Integral
<i>FI Multimercado Treasury</i>	2005	2005	Brasil	Fundo de Investimento	80%	Integral
<i>BRB Internacional, S.A.</i>	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	24,93%	Eq. Patrimonial
<i>Prosport - Com. Desportivas, S.A.</i>	2001	2001	Espanha	Comércio de produtos desportivos	25%	Eq. Patrimonial
<i>Apolo Films, SL</i>	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	25,15%	Eq. Patrimonial
<i>Cominvest- SGII, S.A.</i>	1993	1993	Portugal	Gestão de investimentos imobiliários	49%	Integral
<i>Kutaya</i>	1999	1999	Portugal	Gestão e Trading Internacional	100%	Integral
<i>Fundo Espírito Santo IBERIA I</i>	2004	2004	Portugal	Fundo de Capital de Risco	38,69%	Eq. Patrimonial
<i>Fin Solutia - Consultoria de Gestão de Créditos, SA</i>	2007	2007	Portugal	Gestão e recuperação de créditos	100%	Eq. Patrimonial
<b>Esírito Santo Servicios, SA</b>	1997	1997	Espanha	Colocação de seguros	99,98%	Integral
<b>Esírito Santo Activos Financieros, SA</b>	2000	2000	Espanha	Gestão de activos	92,5%	Integral
<i>Esírito Santo Gestion, SA, SGII/C</i>	2001	2001	Espanha	Gestão de activos	92,50%	Integral
<i>Esírito Santo Pensiones, S.G.F.P., SA</i>	2001	2001	Espanha	Gestão de fundos de pensões	92,50%	Integral
<b>Banco Espírito Santo dos Açores, SA (BAC)</b>	2002	2002	Portugal	Banca	57,53%	Integral
<b>BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, SA (BEST)</b>	2001	2001	Portugal	Banca electrónica	66%	Integral
<b>Banco Espírito Santo Angola, SARL (BESA)</b>	2001	2001	Angola	Banca	79,96%	Integral
<b>Banco Espírito Santo do Oriente, SA (BESOR)</b>	1996	1996	Macau	Banca	99,75%	Integral
<b>Esírito Santo Bank, Inc. (ESBANK)</b>	1963	2000	Estados Unidos	Banca	98,45%	Integral
<i>ES Financial Services, Inc.</i>	2000	2000	Estados Unidos	Corretagem	79,25%	Integral
<i>Tagide Properties, Inc.</i>	1991	1991	Estados Unidos	Gestão de investimentos imobiliários	98,45%	Integral
<i>Esírito Santo Representaciones</i>	2003	2003	Uruguai	Serviços de representação	98,45%	Integral
<b>BES Beteiligungs, GmbH (BES GMBH)</b>	2006	2006	Alemanha	Gestão de participações sociais	100%	Integral
<i>Bank Espírito Santo International, Ltd. (BESIL)</i>	1983	2002	Ilhas Caimão	Banca	100%	Integral
<b>BIC International Bank Ltd. (BIBL)</b>	2000	2000	Ilhas Caimão	Banca	100%	Integral
<b>Parsuni - Sociedade Unipessoal, SGPS</b>	2004	2005	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
<b>Praça do Marquês - Serviços Auxiliares, SA (PÇMARQUÊS)</b>	1990	2007	Portugal	Gestão de investimentos imobiliários	100%	Integral
<b>Esírito Santo, plc. (ESPLC)</b>	1999	1999	Irlanda	Sociedade financeira	99,99%	Integral
<b>BESleasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito, SA (BESLEASING)</b>	1990	1990	Portugal	Leasing e factoring	89,36%	Integral
<b>ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., SA (ESAF)</b>	1992	1992	Portugal	Gestão de participações sociais	85%	Integral
<i>Esírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, SA</i>	1987	1987	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
<i>Esírito Santo International Management, SA</i>	1995	1995	Luxemburgo	Gestão de fundos de investimento	84,83%	Integral
<i>Esírito Santo Fundos de Investimento Imobiliário, SA</i>	1992	1992	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
<i>Esírito Santo Fundo de Pensões, SA</i>	1989	1989	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
<i>Capital Mais - Assessoria Financeira, SA</i>	1998	1998	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
<i>Esírito Santo International Asset Management, Ltd.</i>	1998	1998	Ilhas Virgem Inglesas	Gestão de fundos de investimento	41,65%	Eq. Patrimonial
<i>Esírito Santo Gestão de Patrimónios, SA</i>	1987	1987	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
<i>ESAF - Espírito Santo Participações Internacionais, SGPS, SA</i>	1996	1996	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
<i>ESAF - International Distributors Associates, Ltd</i>	2001	2001	Ilhas Virgem Inglesas	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
<i>ESAF - Alternative Asset Management, Ltd</i>	2007	2007	Reino Unido	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% Interesse económico	Método de consolidação
<b>ES Tech Ventures, S.G.P.S., SA (ESTV)</b>	2000	2000	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
<i>ES Ventures - Sociedade de Capital de Risco, SA</i>	2005	2005	Portugal	Capital de risco	100%	Integral
<i>SGPICE Soc. de Serviços de Gestão</i>	2001	2001	Portugal	Gestão de portais na internet	33,33%	Eq. Patrimonial
<i>Jampur - Trading Internacional, Lda. (JAMPUR)</i>	1999	2001	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
<i>Gespar S/C, Ltda.</i>	2001	2001	Brasil	Gestão de participações sociais	100%	Integral
<i>Banque Espirito Santo et de la Vénétié, SA (BES Vénétié)</i>	1927	1993	França	Banca	40%	Eq. Patrimonial
<b>Banco Espírito Santo North American Capital Limited Liability Co. (BESNAC)</b>	1990	1990	Estados Unidos	Emissão papel comercial	100%	Integral
<b>BES Finance, Ltd. (BESFINANCE)</b>	1997	1997	Ilhas Caimão	Emissão ações preferenciais e outros títulos	100%	Integral
<b>ES, Recuperação de Crédito, ACE (ESREC)</b>	1998	1998	Portugal	Recuperação de crédito vencido	100%	Integral
<b>Espírito Santo Financial Consultants, SA (ESFC)</b>	1999	2000	Portugal	Gestão de patrimónios	100%	Integral
<b>Espírito Santo Concessões, SGPS, SA (ES CONCESSÕES)</b>	2002	2003	Portugal	Gestão de participações sociais	60%	Integral
<b>Espírito Santo Contact Center, Gestão de Call Centers, SA (ESCC)</b>	2000	2000	Portugal	Gestão de call centers	76,64%	Integral
<b>Espírito Santo Informática, ACE (ESINF)</b>	2006	2006	Portugal	Prestação de serviços diversos	84,9%	Integral
<b>Espírito Santo Data, S.G.P.S., SA (ESDATA)</b>	1989	1995	Portugal	Prestação de serviços informáticos	100%	Integral
<i>OBLOG Consulting, SA</i>	1993	1993	Portugal	Prestação de serviços informáticos	66,67%	Eq. Patrimonial
<b>Espírito Santo Prestação de Serviços, ACE 2 (ES ACE2)</b>	2006	2006	Portugal	Prestação de serviços diversos	100%	Integral
<b>ESGEST - Esp. Santo Gestão Instalações, Aprov. e Com., SA (ESGEST)</b>	1995	1995	Portugal	Prestação de serviços diversos	100%	Integral
<b>Céntimo, SGPS, SA (CÉNTIMO)</b>	1988	1995	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
<b>Espírito Santo e Comercial de Lisboa, Inc. (ESCLINC)</b>	1982	1997	Estados Unidos	Serviços de representação	100%	Integral
<b>Espírito Santo Representações, Ltda. (ESREP)</b>	1996	1996	Brasil	Serviços de representação	99,99%	Integral
<b>Quinta dos Cónegos - Sociedade Imobiliária, SA (CÓNEGOS)</b>	1991	2000	Portugal	Compra e venda de imóveis	79,27%	Integral
<b>Fundo de Capital de Risco - Ventures II</b>	2006	2006	Portugal	Fundo de Capital de Risco	58,79%	Integral
<i>Atlantic Ventures Corporation</i>	2006	2006	EUA	Gestão de participações sociais	58,79%	Integral
<i>Inovamais - Serv. Cons. Inovação Tecnológica, SA</i>	2006	2006	Portugal	Prestação de serviços	11,76%	Eq. Patrimonial <sup>a)</sup>
<i>Invent, SAS</i>	2007	2007	França	Prestação de serviços	11,76%	Eq. Patrimonial <sup>a)</sup>
<i>Inova Europe SPA</i>	2006	2006	Luxemburgo	Prestação de serviços	11,76%	Eq. Patrimonial <sup>a)</sup>
<i>Sousacamp, SGPS, SA</i>	2007	2007	Portugal	Gestão de participações sociais	22,99%	Eq. Patrimonial <sup>a)</sup>
<i>Global Active - SGPS, SA</i>	2006	2006	Portugal	Gestão de participações sociais	14,69%	Eq. Patrimonial <sup>a)</sup>
<i>Outsystems, SA</i>	2007	2007	Portugal	Tecnologias de informação	16,04%	Eq. Patrimonial <sup>a)</sup>
<i>Coreworks - Proj. Circuito Sist. Elect., SA</i>	2006	2006	Portugal	Tecnologias de informação	23,53%	Eq. Patrimonial
<i>Bio-Genesis</i>	2007	2007	Brasil	Gestão de participações sociais	19,99%	Eq. Patrimonial <sup>a)</sup>
<b>Fundo FCR PME / BES</b>	1997	1997	Portugal	Fundo de Capital de Risco	57,09%	Integral
<i>Carlua, SGPS, SA</i>	2004	2004	Portugal	Gestão de participações sociais	18,34%	Eq. Patrimonial <sup>a)</sup>
<i>Decomed, SGPS</i>	2006	2006	Portugal	Gestão de participações sociais	12,15%	Eq. Patrimonial <sup>a)</sup>
<i>Soprattutto Café, S.A</i>	2006	2006	Portugal	Comércio e dist. Equipamentos de café	25,59%	Eq. Patrimonial
<i>Enkrott SA</i>	2006	2006	Portugal	Gestão e Tratamento de Águas	17,13%	Eq. Patrimonial <sup>a)</sup>
<i>Rodi 2, SA</i>	2006	2006	Portugal	Indústria metálica	13,48%	Eq. Patrimonial <sup>a)</sup>
<b>Europ Assistance - Comp. Portuguesa Seguros Assistência, SA (EURASS)</b>	1993	1993	Portugal	Seguros	23%	Eq. Patrimonial
<b>BES-Vida, Companhia de Seguros, SA (BES VIDA)</b>	1993	2006	Portugal	Seguros	50%	Eq. Patrimonial <sup>b)</sup>
<b>BES, Companhia de Seguros, SA (BES SEGUROS)</b>	1996	1996	Portugal	Seguros	25%	Eq. Patrimonial <sup>c)</sup>
<b>Fiduprivate - Soc. de Serviços, Consult., Adm. de Empresas, SA (FIDUPRIVATE)</b>	1994	1994	Portugal	Prestação de serviços de consultoria	24,76%	Eq. Patrimonial
<b>Esumédica - Prestação de Cuidados Médicos, SA (ESUMÉDICA)</b>	1994	1994	Portugal	Prestação de cuidados médicos	24,9%	Eq. Patrimonial
<b>Société Civile Immobilière du 45 Avenue Georges Mandel (SCI GM)</b>	1995	1995	França	Construção e gestão de imóveis	22,5%	Eq. Patrimonial
<b>ESEGUR - Espírito Santo Segurança, SA (ESEGUR)</b>	1994	2004	Portugal	Prestação de serviços de segurança privada	44%	Eq. Patrimonial
<b>Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA (LOCARENT)</b>	1991	2003	Portugal	Renting	45%	Eq. Patrimonial

- Não obstante o interesse económico do Grupo ser inferior a 20%, estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas actividades.
- Consolidada pelo método integral até 27 de Junho de 2006 (interesse económico do Grupo de 65,5%). A partir desta data e apesar de o interesse económico do Grupo ser igual a 50%, esta entidade passou a ser consolidada pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que o controlo sobre as suas actividades deixou de pertencer ao Grupo.
- Consolidada pelo método integral até 27 de Junho de 2006 (interesse económico do Grupo de 54%) e pelo método de equivalência patrimonial a partir desta data, uma vez que o controlo sobre as suas actividades deixou de pertencer ao Grupo.

Adicionalmente, o Grupo consolida entidades de finalidade especial, constituídas no âmbito das operações de titularização as quais são referidas na Nota 39.

No decorrer do exercício de 2007 ocorreram alterações ao nível da estrutura do Grupo, das quais se destacam as seguintes:

- Empresas subsidiárias

- A 1 de Abril de 2007, procedeu-se à fusão por incorporação no BES, da sua subsidiária a 100%, o Banco Espírito Santo, S.A. (Espanha), através da respectiva transformação em sucursal. Desta fusão não resultou qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo;
- Em Maio de 2007, o BES adquiriu 51% da ES Data, passando a deter a totalidade do respectivo capital social. O total de balanço desta entidade em 31 de Dezembro de 2007, e o respectivo prejuízo do exercício ascendem a 8,6 milhões de euros e 0,2 milhões de euros, respectivamente;
- Em Maio de 2007, o BESI adquiriu 24% do capital social da Cominvest, SGII, S.A., passando a deter 49% do capital da referida entidade e o controlo sobre a respectiva actividade. O total de balanço desta entidade em 31 de Dezembro de 2007, e o resultado do exercício ascendem a 7,7 milhões de euros e 0,7 milhões de euros, respectivamente;
- Em Novembro de 2007, o BES adquiriu 100% do capital social da Praça do Marquês – Serviços Auxiliares, S.A.. O total de balanço desta entidade em 31 de Dezembro de 2007, ascende a 74,1 milhões de euros, e o seu activo corresponde fundamentalmente a um imóvel destinado a uso próprio e que se encontra classificado como tal no balanço consolidado;

- Empresas associadas (ver Nota 27)

- Em Março de 2007, o BES adquiriu 10% do capital social da ESEGUR, passando a deter 44% do respectivo capital social. O resultado líquido desta empresa no exercício de 2007 atribuível ao Grupo ascende a cerca de 1,5 milhões de euros;
- Em Junho de 2007, o BESI adquiriu 15% do capital da Synergy Industry and Technology, S.A.. O resultado líquido de 2007 apropriado pelo Grupo ascende a cerca de 1,3 milhões de euros;
- Em Agosto de 2007, o BESI alienou a participação que detinha na Sotancro, S.A.;
- Em Setembro de 2007, o Fundo FCR alienou a participação detida na Água Mais; e
- Em Novembro de 2007, o Fundo FCR alienou a participação que detinha na Soprattutto Cafés 2.

Nos resultados consolidados do Grupo a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o montante de 1 573 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 454 420 milhares de euros) da rubrica ganhos na alienação de subsidiárias e associadas refere-se aos ganhos obtidos na alienação das seguintes participações:

(milhares de euros)

Empresa do Grupo detentora		31.12.2007		31.12.2006	
		% de participação alienada	Montante	% de participação alienada	Montante
Sopratutto Café 2, S.A	Fundo FCR PME / BES	49,00%	1 013	-	-
Sotancro, S.A.	BESI	44,83%	346	-	-
Água Mais	Fundo FCR PME / BES	29,95%	214	-	-
BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A.	BESPAR	-	-	40,50%	278 469
BES, Companhia de Seguros, S.A.	BESPAR e BES	-	-	50,00%	29 228
BES, S.A.	BES-Vida	-	-	6,46%	106 086
Direitos de subscrição de acções do BES, S.A.	BESPAR	-	-	-	38 358
Lontinium, S.A.	BESI	-	-	25,25%	1 963
ES Financial Services, Inc.	ES Bank	-	-	20,75%	316
			<b>1 573</b>		<b>454 420</b>

## Nota 2 – Principais políticas contabilísticas

### 2.1. Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas da BESPAR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (BESPAR) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas da BESPAR agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 e foram preparadas de acordo com os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2007. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2007 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2006.

Na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2007, o Grupo adoptou o IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, bem como o IAS 1 (alterado) Apresentação das demonstrações financeiras – Requisitos de divulgação de capital regulamentar. Estas normas, de aplicação obrigatória com referência a 1 de Janeiro de 2007, tiveram impacto ao nível das divulgações apresentadas, não tendo tido qualquer efeito nos capitais próprios do Grupo. De acordo com as disposições transitórias destas normas, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Adicionalmente, o Grupo adoptou ainda em 2007 o IFRIC 8 Âmbito da aplicação do IFRS 2, o IFRIC 9 Reavaliação dos derivados embutidos e o IFRIC 10 Reporte financeiro interino e imparidade. A adopção destas interpretações não teve qualquer efeito nas demonstrações financeiras do Grupo.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 21 de Abril de 2008.

### **2.2. Princípios de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos e resultados da BESPARG e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo BESPARG), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente a todos os períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

#### **Subsidiárias**

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, tal excesso é atribuível ao Grupo na medida em que for incorrido. Subsequentes lucros obtidos por tal subsidiária são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

### **Associadas**

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas da BESPARG pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

### **Entidades de finalidade especial (SPE)**

O Grupo consolida pelo método integral determinadas entidades de finalidade especial, constituídas especificamente para o cumprimento de um objectivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios estabelecidos na SIC 12 – Consolidação de Entidades de Finalidade Especial, os quais se resumem como segue:

- As actividades do SPE são conduzidas exclusivamente de acordo com as necessidades específicas do negócio do Grupo e por forma a que este obtenha os benefícios dessas actividades;
- O Grupo detém o poder de decisão conducente à obtenção da maioria dos benefícios das actividades do SPE;
- O Grupo tem o direito a obter a maioria dos benefícios do SPE podendo por isso estar exposto aos riscos inerentes à sua actividade; e

- O Grupo está exposto à maioria dos riscos do SPE com o objectivo de obter os benefícios decorrentes da sua actividade.

### **Goodwill**

O *goodwill* resultante das aquisições ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 encontra-se deduzido aos capitais próprios, conforme opção permitida pelo IFRS 1, adoptada pelo Grupo na data de transição para os IFRS.

O Grupo regista as aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2004 pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos e instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* representa a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível dos activos líquidos adquiridos.

O *goodwill* positivo é registado no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respectivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

### **Aquisição de interesses minoritários**

O *goodwill* resultante da aquisição de interesses minoritários numa subsidiária representa a diferença entre o custo de aquisição do investimento adicional na subsidiária e o valor contabilístico, à data da compra, dos activos líquidos adquiridos, expresso nas contas consolidadas.

### **Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional da BESPARG.

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transacções;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

#### **Saldos e transacções eliminadas na consolidação**

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiquem existência de imparidade.

#### **2.3. Operações em moeda estrangeira**

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

## 2.4. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

### Contabilidade de cobertura

- Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação; e
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

- Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado por forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

- Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte inefectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Grupo não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de fluxos de caixa.

### **Derivados embutidos**

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

### **2.5. Crédito a clientes**

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo ter retido parte, mas não

substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo deduzido de perdas de imparidade.

O Grupo, de acordo com a sua estratégia documentada de gestão do risco, contrata operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos riscos de determinados créditos a clientes, sem contudo apelar à contabilidade de cobertura tal como descrita na Nota 2.4. Nestas situações, o reconhecimento inicial de tais créditos é concretizado através da designação de créditos ao justo valor através de resultados. Desta forma, é assegurada a consistência na valorização dos créditos e dos derivados (*accounting mismatch*). Esta prática está de acordo com a política contabilística de classificação, reconhecimento e mensuração de activos financeiros ao justo valor através de resultados descrita na Nota 2.6.

### **Imparidade**

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Grupo utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;

- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro; e
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda de imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

As alterações do montante das perdas por imparidade reconhecidas, atribuíveis ao efeito do desconto são registadas como juros e proveitos similares.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Grupo. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Quando o Grupo considera que determinado crédito é incobrável havendo sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo.

## 2.6. Outros activos financeiros

### Classificação

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

- Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

- Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas categorias acima referidas.

### Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

### **Mensuração subsequente**

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

### **Transferências entre categorias**

De acordo com as exigências do IAS 39, o Grupo não procede à transferência de instrumentos financeiros entre categorias, excepto nos casos permitidos no âmbito desta norma.

### **Imparidade**

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital em que as mais valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

### **2.7. Activos cedidos com acordo de recompra**

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do

balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições financeiras ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.6. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

## 2.8. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto. As acções preferenciais emitidas são consideradas passivos financeiros quando o Grupo assume a obrigação do seu reembolso e/ou do pagamento de dividendos.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, as quais são registadas ao justo valor.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade do Grupo emitente.

Caso o Grupo recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

### **2.9. Instrumentos de capital**

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

As acções preferenciais emitidas pelo Grupo são consideradas como instrumentos de capital se não contiverem uma obrigação de reembolso e os dividendos, não cumulativos, só forem pagos se e quando declarados pelo Grupo.

### **2.10. Compensação de instrumentos financeiros**

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **2.11. Activos recebidos em dação por recuperação de créditos**

Os activos recebidos em dação por recuperação de créditos são inicialmente classificados na rubrica de outros activos e são registados, no seu reconhecimento inicial, pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação.

Subsequentemente, estes activos são registados pelo menor de entre o valor do seu reconhecimento inicial e o correspondente justo valor actual deduzido dos custos esperados de venda, e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos assim determinadas são registadas em resultados. O Grupo obtém avaliações regulares, efectuadas por peritos, dos activos recebidos em dação.

Na medida em que estes activos reúnam as condições necessárias à sua alienação imediata e por isso cumpram os requisitos do IFRS 5, são transferidos para activos não correntes detidos para venda e registados de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.24.

## 2.12. Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Na data da transição para os IFRS, 1 de Janeiro de 2004, o Grupo elegeu considerar como custo o valor reavaliado dos outros activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspectiva geral ao custo depreciado, mensurado de acordo com os IFRS, ajustado por forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	<b>Número de anos</b>
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	5 a 12
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

### **2.13. Activos intangíveis**

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 6 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem directamente afectos aos projectos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

### **2.14. Locações**

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

#### **Locações operacionais**

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

#### **Locações financeiras**

- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação

vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

## **2.15. Benefícios aos empregados**

### **Pensões**

Face às responsabilidades assumidas pelo Grupo no âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário foram constituídos Fundos de Pensões ACT, que se destinam a cobrir as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência relativamente à totalidade do seu pessoal.

Em 1998, o Grupo decidiu, adicionalmente, constituir fundos de pensões abertos autónomos, com a finalidade de financiar a atribuição de benefícios complementares aos colaboradores e pensionistas.

Os fundos de pensões são geridos pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A., subsidiária do Grupo.

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Grupo optou por na data da transição, 1 de Janeiro de 2004, aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pelo Grupo, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão por actuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. O Grupo determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 15 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

Anualmente, o Grupo reconhece como um custo, na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) uma porção dos ganhos e perdas actuariais determinada com base no referido método do corredor e (v) o efeito das reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuariais associadas.

Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Grupo efectua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

A cada data do balanço, o Grupo avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

### **Benefícios de saúde**

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica por um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Grupo, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

### **Prémios de antiguidade**

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Grupo assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Grupo, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Grupo de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Grupo com estes prémios de antiguidade é estimado anualmente, à data do balanço, pelo Grupo com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das responsabilidades calculadas.

Anualmente, o aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

### **Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)**

O BES e as suas subsidiárias estabeleceram um plano de incentivos baseado em acções (SIBA) o qual consiste na venda de acções do BES aos trabalhadores, com pagamento diferido por um prazo que pode variar de entre dois a quatro anos. Dentro deste prazo, os empregados têm a obrigatoriedade de manter as acções, após o qual as podem vender no mercado, mantê-las em carteira, procedendo ao pagamento integral da dívida que tenham perante o Banco, ou alternativamente, podem vendê-las ao BES pelo custo de aquisição.

As acções detidas pelos trabalhadores no âmbito do SIBA estão contabilizadas como acções próprias.

Para cada programa, os pagamentos baseados em acções com liquidação física, são avaliados na data da concessão e o justo valor reconhecido, ao longo da vida do programa, como um custo do exercício, com o correspondente aumento dos capitais próprios. Anualmente, o montante reconhecido como custo é ajustado de forma a reflectir o número actual de operações vivas.

Variações subsequentes no justo valor dos instrumentos de capital concedidos aos trabalhadores não são reconhecidas.

### **Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (participação nos lucros)**

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros) atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

### **2.16. Impostos sobre lucros**

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

#### **2.17. Provisões**

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Grupo tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Grupo terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

#### **2.18. Reconhecimento de juros**

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (derivados para gestão do risco), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados por forma a resolver um eventual *mismatch* contabilístico é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

### **2.19. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões**

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicacção de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem.
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

## **2.20. Reconhecimento de dividendos**

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

## **2.21. Contratos de seguro**

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco é essencialmente financeiro e em que o risco seguro assumido não é significativo, mas que exista uma participação nos resultados atribuída aos segurados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Os activos financeiros detidos pelo Grupo para cobertura de responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de investimento são classificados e contabilizados da mesma forma que os restantes activos financeiros do Grupo.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados, são reconhecidos e mensurados como segue:

### **Prémios**

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

### **Provisão para prémios não adquiridos de seguro directo e resseguro cedido**

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efectuada mediante a aplicação do método "Pro-rata temporis", por cada recibo em vigor.

### **Custos de aquisição**

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço.

### **Provisão para sinistros**

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, bem como à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR). A estimativa de sinistros ocorridos e não reportados é efectuada com base na experiência passada utilizando métodos estatísticos. Adicionalmente, inclui uma estimativa relativa aos encargos futuros de gestão de regularização de sinistros.

As provisões para sinistros não são descontadas.

### **Provisão para riscos em curso**

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte.

### **Provisão matemática**

As provisões matemáticas, têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras do Grupo relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionários emitidos e são calculadas, com base em métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

### **Provisão para participação nos resultados**

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos, nomeadamente mediante inclusão na provisão matemática dos contratos.

### **Teste à adequação de responsabilidades**

À data do balanço, o Grupo procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efectuada tendo por base a projecção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efectuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência se existir é registada nos resultados do Grupo quando determinada por contrapartida da rubrica provisão matemática.

### ***Shadow accounting***

De acordo com o estabelecido no IFRS 4, os ganhos e perdas não realizados dos activos financeiros afectos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionários, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

### **2.22. Reporte por segmentos**

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

De acordo com o parágrafo 3 do IAS 14 – Reporte por Segmentos, tendo em consideração que a Sociedade não tem instrumentos de capital ou de dívida cotados, nem se encontra num processo de admissão à cotação de títulos de capital ou de dívida, está dispensada de apresentar o reporte por segmentos.

### **2.23. Resultados por acção**

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas da empresa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

De acordo com o parágrafo 2 do IAS 33 – Resultados por Acção, tendo em consideração que a Sociedade não tem acções ordinárias ou potenciais acções ordinárias cotadas, nem se encontra num processo de admissão à cotação de acções ordinárias ou potenciais acções ordinárias, está dispensada de apresentar a informação relativa aos resultados por acção.

### **2.24. Activos não correntes detidos para venda**

Activos não correntes ou grupos para alienação (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do grupo) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

### **2.25. Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

### **2.26. Normas e interpretações ainda não adoptadas**

Na Nota 44 são apresentadas as normas e interpretações ainda não adoptadas pelo Grupo.

**Nota 3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras**

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

**3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda**

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Grupo.

**3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados**

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de

rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

### **3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes**

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.5.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

### **3.4. Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPE)**

O Grupo patrocina a constituição de Entidades de Finalidade Especial (SPE) com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos.

O Grupo não consolida os SPE relativamente aos quais não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse SPE (ver Nota 2.2).

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto directo nos seus resultados.

### **3.5. Investimentos detidos até à maturidade**

O Grupo classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, o Grupo avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Grupo não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

A utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar na determinação de um justo valor diferente para esta carteira com o correspondente impacto na reserva de justo valor e nos capitais próprios do Grupo.

### **3.6. Impostos sobre os lucros**

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela BESPAR e pelas suas subsidiárias, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração da BESPAR e das suas subsidiárias residentes em Portugal, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

### **3.7. Pensões e outros benefícios a empregados**

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

### 3.8. Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de investimento

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária são registados na rubrica contabilística provisões técnicas. As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais e rendas foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada do Grupo e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária incluem: (i) a provisão matemática de contratos vida, (ii) a provisão para participação nos resultados, (iii) a provisão para prémios não adquiridos, (iv) a provisão para riscos em curso e (v) a provisão para sinistros. A provisão matemática inclui a deficiência resultante do teste da adequação das responsabilidades. A provisão para participação nos resultados inclui a responsabilidade apurada através do *shadow accounting*. A provisão para sinistros inclui a estimativa das responsabilidades dos sinistros ocorridos à data de balanço.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pelo Grupo é reconhecido como perda nos resultados. O Grupo estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionários, o Grupo avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados.

O Grupo regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço

As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa do Grupo de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidades, teorias sobre responsabilidade e outros factores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afectadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são directamente quantificáveis, particularmente numa base prospectiva. Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado ao Grupo. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

#### Nota 4 – Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2007			31.12.2006		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
<b>Juros e proveitos similares</b>						
Juros de crédito	2 271 698	6 776	2 278 474	1 671 057	1 519	1 672 576
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	412 491	412 491	-	500 138	500 138
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	339 457	1 315	340 772	177 324	-	177 324
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	167 182	-	167 182	157 648	-	157 648
Juros de derivados para gestão de risco	-	122 201	122 201	-	104 355	104 355
Outros juros e proveitos similares	49 112	-	49 112	59 969	-	59 969
	<b>2 827 449</b>	<b>542 783</b>	<b>3 370 232</b>	<b>2 065 998</b>	<b>606 012</b>	<b>2 672 010</b>
<b>Juros e custos similares</b>						
Juros de responsabilidades representadas por títulos	877 271	209 918	1 087 189	537 133	100 191	637 324
Juros de recursos de clientes	531 858	4 836	536 694	390 269	2 554	392 823
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	458 142	-	458 142	319 288	375	319 663
Juros de derivados para gestão de risco	-	219 490	219 490	-	282 332	282 332
Juros de passivos subordinados	106 561	10 895	117 456	111 662	11 843	123 505
Outros juros e custos similares	2 128	-	2 128	1	-	1
	<b>1 975 960</b>	<b>445 139</b>	<b>2 421 099</b>	<b>1 358 353</b>	<b>397 295</b>	<b>1 755 648</b>
	<b>851 489</b>	<b>97 644</b>	<b>949 133</b>	<b>707 645</b>	<b>208 717</b>	<b>916 362</b>

Incluído em juros de crédito encontra-se o valor de 13 102 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 10 861 milhares de euros) relativo às alterações do montante das provisões para perdas por imparidade do crédito atribuíveis ao efeito do desconto (ver Nota 21).

As rubricas de proveitos e custos relativos a Juros dos derivados para gestão de risco incluem, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.18, os juros de derivados de cobertura e os juros dos derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme políticas contabilísticas descritas nas Notas 2.5, 2.6 e 2.8.

Nota 5 – Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
Por serviços bancários prestados	483 687	436 896
Por garantias prestadas	64 999	61 123
Por operações realizadas com títulos	63 609	47 095
Por compromissos perante terceiros	17 406	13 056
Outros rendimentos de serviços e comissões	86 366	69 474
	<b>716 067</b>	<b>627 644</b>
<b>Encargos com serviços e comissões</b>		
Por serviços bancários prestados por terceiros	62 976	51 781
Por operações realizadas com títulos	14 495	4 360
Por garantias recebidas	249	379
Outros encargos com serviços e comissões	26 769	23 355
	<b>104 489</b>	<b>79 875</b>
	<b>611 578</b>	<b>547 769</b>

## Nota 6 – Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2007			31.12.2006		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
(milhares de euros)						
<b>Activos e passivos detidos para negociação</b>						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	85 536	113 465	( 27 929)	105 027	77 080	27 947
De outros emissores	9 243	5 990	3 253	17 078	38 112	( 21 034)
Acções	102 988	86 015	16 973	120 861	79 367	41 494
Outros títulos de rendimento variável	25 978	24 492	1 486	35 326	17 604	17 722
	<u>223 745</u>	<u>229 962</u>	<u>( 6 217)</u>	<u>278 292</u>	<u>212 163</u>	<u>66 129</u>
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	1 024 759	1 181 110	( 156 351)	574 619	585 982	( 11 363)
Contratos sobre taxas de juro	6 570 100	6 512 057	58 043	2 838 075	2 978 745	( 140 670)
Contratos sobre acções/índices	1 424 736	1 334 338	90 398	1 158 598	1 187 780	( 29 182)
Contratos sobre créditos	155 214	145 420	9 794	88 644	88 611	33
Outros	142 130	196 932	( 54 802)	1 248 763	1 197 658	51 105
	<u>9 316 939</u>	<u>9 369 857</u>	<u>( 52 918)</u>	<u>5 908 699</u>	<u>6 038 776</u>	<u>( 130 077)</u>
	<b><u>9 540 684</u></b>	<b><u>9 599 819</u></b>	<b><u>( 59 135)</u></b>	<b><u>6 186 991</u></b>	<b><u>6 250 939</u></b>	<b><u>( 63 948)</u></b>
<b>Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados</b>						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	-	-	13 942	21 070	( 7 128)
De outros emissores	315 193	239 594	75 599	192 764	256 730	( 63 966)
Acções	32 003	815	31 188	37 383	15 755	21 628
	<u>347 196</u>	<u>240 409</u>	<u>106 787</u>	<u>244 089</u>	<u>293 555</u>	<u>( 49 466)</u>
Activos financeiros						
Aplicações em instituições de crédito	49	-	49	-	-	-
Crédito a clientes	626	953	( 327)	-	4 309	( 4 309)
	<u>675</u>	<u>953</u>	<u>( 278)</u>	<u>-</u>	<u>4 309</u>	<u>( 4 309)</u>
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	13 033	-	13 033	117	-	117
Recursos de clientes	1 544	2 364	( 820)	439	4 865	( 4 426)
Débitos representados por títulos	44 909	51 911	( 7 002)	52 470	7 192	45 278
Outros passivos subordinados	13 279	-	13 279	38 942	107	38 835
	<u>72 765</u>	<u>54 275</u>	<u>18 490</u>	<u>91 968</u>	<u>12 164</u>	<u>79 804</u>
	<b><u>420 636</u></b>	<b><u>295 637</u></b>	<b><u>124 999</u></b>	<b><u>336 057</u></b>	<b><u>310 028</u></b>	<b><u>26 029</u></b>
	<b><u>9 961 320</u></b>	<b><u>9 895 456</u></b>	<b><u>65 864</u></b>	<b><u>6 523 048</u></b>	<b><u>6 560 967</u></b>	<b><u>( 37 919)</u></b>

(1) inclui a variação de justo valor de activos/passivos objecto de cobertura ou ao *fair value option*.

Em 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica inclui um efeito positivo de 9 421 milhares de euros relativos à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito da entidade (31 de Dezembro de 2006: efeito negativo de 2 026 milhares de euros).

Incluídos em instrumentos financeiros derivados (contratos sobre taxas de juro) encontram-se custos de cerca de 6,8 milhões de euros inerentes a instrumentos financeiros derivados no âmbito da consolidação de entidades de finalidade especial de acordo com a SIC 12 que foram alienadas durante o ano de 2007 (31 de Dezembro de 2006: proveitos de 26,8 milhões de euros).

**Nota 7 – Resultados de activos financeiros disponíveis para venda**

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	31.12.2007			31.12.2006		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	3 284	32	3 252	2 766	5 371	( 2 605)
De outros emissores	5 773	34 273	( 28 500)	106 930	18 518	88 412
Acções	255 818	3 064	252 754	91 129	9 624	81 505
Outros títulos de rendimento variável	4 626	608	4 018	17 535	62	17 473
	<b>269 501</b>	<b>37 977</b>	<b>231 524</b>	<b>218 360</b>	<b>33 575</b>	<b>184 785</b>

Durante o exercício de 2007, o Grupo procedeu à alienação de (i) 7,2 milhões de acções ordinárias do Bradesco (mais valia: 85,5 milhões de euros), (ii) 64,3 milhões de acções ordinárias da EDP (mais valia: 41,6 milhões de euros) e (iii) 6,9 milhões de acções da Portugal Telecom (mais valia: 12,8 milhões de euros).

Durante o exercício de 2006 o Grupo procedeu à alienação ao fundo de pensões do Grupo de (i) 2 milhões de acções do Bradesco, (ii) 3 milhões de acções da Bradespar (*holding* do Grupo Bradesco para as actividades não financeiras), (iii) 0,4 milhões de acções do Banque Marocaine du Commerce Extérieur, e (iv) de uma tranche dos títulos residuais resultantes da operação de securitização de crédito à habitação Lusitano Mortgage No.5 com o valor nominal de 3,2 milhões de euros. Estas operações geraram mais valias de 35 milhões de euros, 43,1 milhões de euros, 17,9 milhões de euros e 9,2 milhões de euros, respectivamente.

Em 2006 o Grupo procedeu ainda à venda de títulos residuais resultantes da operação de securitização de crédito à habitação Lusitano Mortgage No.5 com o valor nominal de 3,8 milhões de euros, tendo obtido mais valias de 10,5 milhões de euros.

**Nota 8 – Resultados de reavaliação cambial**

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	31.12.2007			31.12.2006		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação cambial	535 066	507 194	27 872	979 507	928 920	50 587
	<b>535 066</b>	<b>507 194</b>	<b>27 872</b>	<b>979 507</b>	<b>928 920</b>	<b>50 587</b>

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3.

**Nota 9 – Prémios adquiridos líquidos de resseguro**

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Prémios brutos emitidos	-	239 699
Prémios de resseguro cedido	-	( 2 481)
<b>Prémios líquidos de resseguro</b>	<b>-</b>	<b>237 218</b>
Varição da provisão para prémios não adquiridos líquida de resseguro	-	-
	-	-
<b>Prémios adquiridos, líquidos de resseguro</b>	<b>-</b>	<b>237 218</b>

Os prémios brutos emitidos e prémios adquiridos são analisados como segue:

	31.12.2007		31.12.2006	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Vida	-	-	208 609	208 609
Não Vida				
Seguro directo				
Acidentes e doença	-	-	11 100	11 207
Incêndio e outros danos	-	-	9 231	9 149
Automóvel	-	-	10 759	10 202
	-	-	<b>239 699</b>	<b>239 167</b>

Os prémios de resseguro cedido são analisados como segue:

	31.12.2007		31.12.2006	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Vida	-	-	-	-
Não Vida				
Seguro directo				
Acidentes e doença	-	-	552	552
Incêndio e outros danos	-	-	702	702
Automóvel	-	-	1 227	1 227
	-	-	<b>2 481</b>	<b>2 481</b>

Os prémios brutos emitidos do ramo vida são analisados como segue:

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2007

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Rendas	-	2 278
Risco	-	34 600
Capitalização com participação nos resultados	-	171 731
	-	<b>208 609</b>

De acordo com os requisitos do IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pelo Grupo relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, foram classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo. Desta forma, os contratos para os quais o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro e contratos de taxa fixa sem participação nos resultados não são contabilizados como proveitos.

### Nota 10 – Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
<b>Outros proveitos de exploração</b>		
Serviços informáticos	4 921	6 137
Serviços de <i>call center</i>	7 610	5 029
Outros	100 777	82 649
	<b>113 308</b>	<b>93 815</b>
<b>Outros custos de exploração</b>		
Impostos directos e indirectos	12 934	12 024
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	3 190	4 124
Quotizações e donativos	5 770	3 913
Outros	65 114	40 724
	<b>87 008</b>	<b>60 785</b>
	<b>26 300</b>	<b>33 030</b>

**Nota 11 – Custos com pessoal**

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Vencimentos e salários	364 781	331 117
Remunerações	363 421	328 170
Prémios por antiguidade (ver Nota 12)	1 360	2 947
Benefícios de saúde - SAMS	20 288	18 093
Outros encargos sociais obrigatórios	44 076	40 373
Custos com pensões de reforma (ver Nota 12)	53 088	71 495
Outros custos	19 910	21 202
	<b>502 143</b>	<b>482 280</b>

Os benefícios de saúde – SAMS incluem o montante de 9 931 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 9 773 milhares de euros) relativo ao custo do ano com benefícios de saúde pós emprego, o qual foi determinado com base no estudo actuarial efectuado (ver Nota 12).

A redução de custos com pensões no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, quando comparada com o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, deve-se fundamentalmente à redução dos desvios actuariais consequência da performance do fundo, com impacto na respectiva amortização anual de 21,8 milhões de euros (ver Nota 12).

Incluído em outros custos encontra-se o montante de 1 402 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 2 454 milhares de euros) relativo ao plano de incentivo baseado em acções (SIBA), conforme política contabilística descrita na Nota 2.15. Os detalhes deste plano são analisados na Nota 12.

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2007

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Grupo BESPAR são apresentados como se segue:

(milhares de euros)

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Outro pessoal chave da gestão	Total
<b>31 de Dezembro de 2007</b>				
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	941	28	12 094	13 063
Custos com pensões de reforma e SAMS	244	-	796	1 040
Prémios de antiguidade	-	-	46	46
Remunerações variáveis	2 077	-	12 609	14 686
<b>Total</b>	<b>3 262</b>	<b>28</b>	<b>25 545</b>	<b>28 835</b>
<b>31 de Dezembro de 2006</b>				
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1 395	25	10 384	11 804
Custos com pensões de reforma e SAMS	242	-	717	959
Prémios de antiguidade	-	-	119	119
Remunerações variáveis	2 028	-	9 525	11 553
<b>Total</b>	<b>3 665</b>	<b>25</b>	<b>20 745</b>	<b>24 435</b>

Considera-se pessoal chave da gestão os Administradores das empresas subsidiárias e os Directores Coordenadores do BES.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 o valor do crédito concedido pelo Grupo ao pessoal chave da gestão ascendia a 25 641 milhares de euros e 21 203 milhares de euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o número de colaboradores do Grupo BESPAR, decompõe-se como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Colaboradores do BES <sup>(1)</sup>	6 787	6 095
Colaboradores das subsidiárias financeiras do Grupo	2 131	2 300
<b>Total colaboradores em empresas financeiras do Grupo</b>	<b>8 918</b>	<b>8 395</b>
Colaboradores de outras empresas que prestam serviços essencialmente para clientes externos ao Grupo	563	409
<b>Total colaboradores do Grupo</b>	<b>9 481</b>	<b>8 804</b>

<sup>(1)</sup> Em 31 de Dezembro de 2007, estão incluídos os colaboradores de unidades de negócio que foram integradas no BES no período, e que em 31 de Dezembro de 2006 ascendiam a 367.

Por categoria profissional, o número de colaboradores do Grupo BESPARG analisa-se como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Funções directivas	824	718
Funções de chefia	962	1 208
Funções específicas	4 211	3 240
Funções administrativas e outras	3 484	3 638
	<b>9 481</b>	<b>8 804</b>

## Nota 12 – Benefícios a empregados

### *Pensões de reforma e benefícios de saúde*

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT), celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, o Grupo assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Em 30 de Dezembro de 1987, o Grupo constituiu um fundo de pensões fechado para cobrir as prestações pecuniárias acima referidas, relativamente às obrigações consagradas no âmbito do ACT. Durante o exercício de 1998, o BES e as restantes subsidiárias do Grupo em Portugal, decidiram constituir um fundo aberto autónomo, designado de Fundo de Pensões Aberto GES destinado a financiar a atribuição de benefícios complementares aos colaboradores. Em Portugal, os fundos têm como sociedade gestora a ESAF – Espírito Santo Fundo de Pensões, S.A..

Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos		Verificado	
	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006
<b>Pressupostos Financeiros</b>				
Taxas de evolução salarial	3,25%	2,75%	4,50%	5,60%
Taxa de crescimento das pensões	2,25%	1,75%	1,59%	1,48%
Taxas de rendimento do fundo	5,25%	4,75%	12,97%	12,58%
Taxa de desconto	5,25%	4,75%		
<b>Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação</b>				
Tábua de Mortalidade				
Homens			TV 73/77	(ajustada)
Mulheres			TV 88/90	
Métodos de valorização actuarial			Project Unit Credit Method	

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2007

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.15, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado vigentes à data de balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado.

As contribuições para o SAMS correspondiam, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a 6,5% da massa salarial. A percentagem correspondente à contribuição a efectuar é estabelecida pelo próprio SAMS, não estando prevista qualquer alteração da mesma para o próximo exercício.

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	31.12.2007	31.12.2006
Activos	6 182	6 048
Reformados e sobreviventes	5 540	5 495
<b>Total</b>	<b>11 722</b>	<b>11 543</b>

Os activos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
		(milhares de euros)
Acções	1 061 790	965 431
Outros títulos de rendimento variável	246 535	598 214
Obrigações	264 476	183 008
Imóveis	382 637	179 126
Outros	278 385	103 001
<b>Total</b>	<b>2 233 823</b>	<b>2 028 780</b>

Os activos do fundo de pensões utilizados pelo Grupo ou representativos de títulos emitidos por entidades do Grupo são detalhados como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
		(milhares de euros)
Acções	51 972	65 360
Obrigações	-	254
Imóveis	124 986	123 299
<b>Total</b>	<b>176 958</b>	<b>188 913</b>

Em 31 de Dezembro de 2007, as acções detidas pelos fundos de pensões são 3,5 milhões de acções do BES (31 de Dezembro de 2006: 4,7 milhões de acções do BES e 60 mil acções da Sotancro).

Durante 2006 o Grupo realizou com os fundos de pensões as operações referidas na Nota 7. Em 2007 não foram realizadas quaisquer transacções com os fundos de pensões.

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2007 e 2006:

(milhares de euros)

	31.12.2007			31.12.2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
<b>Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço</b>						
Responsabilidades						
Pensionistas	(1 397 653)	( 80 911)	(1 478 564)	(1 372 233)	( 107 645)	(1 479 878)
Activos	( 572 712)	( 29 764)	( 602 476)	( 519 414)	( 2 152)	( 521 566)
	<b>(1 970 365)</b>	<b>( 110 675)</b>	<b>(2 081 040)</b>	<b>(1 891 647)</b>	<b>( 109 797)</b>	<b>(2 001 444)</b>
<b>Saldo dos fundos</b>	<b>2 233 343</b>	<b>480</b>	<b>2 233 823</b>	<b>2 028 303</b>	<b>477</b>	<b>2 028 780</b>
Excesso / (défice) de cobertura	262 978	( 110 195)	152 783	136 656	( 109 320)	27 336
Desvios actuariais diferidos	305 068	23 019	328 087	442 352	26 535	468 887
<b>Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço</b>	<b>568 046</b>	<b>( 87 176)</b>	<b>480 870</b>	<b>579 008</b>	<b>( 82 785)</b>	<b>496 223</b>

A cobertura dos benefícios de saúde, no valor de 87 176 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 82 785 milhares de euros), encontra-se assegurada através de passivos reconhecidos em balanço (ver Nota 35).

Os activos líquidos com pensões encontram-se registados em Outros activos (ver Nota 28).

De acordo com a política contabilística referida na Nota 2.15 e conforme o estabelecido no IAS 19 – Benefícios a empregados, o Grupo avalia à data de cada balanço, e para cada plano separadamente, a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respectivas responsabilidades com pensões, com o objectivo de garantir que o mesmo não ultrapassa o valor actual dos benefícios futuros esperados através da redução nas contribuições projectadas.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007			31.12.2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
<b>Responsabilidades no início do exercício</b>	<b>1 891 647</b>	<b>109 797</b>	<b>2 001 444</b>	<b>1 830 061</b>	<b>117 374</b>	<b>1 947 435</b>
Custo do serviço corrente	30 292	1 991	32 283	29 560	2 079	31 639
Custo dos juros	87 196	5 085	92 281	84 143	5 444	89 587
Contribuições dos participantes	2 826	1	2 827	3 072	-	3 072
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades:						
- Alteração da taxa de desconto	( 8 258)	( 199)	( 8 457)	-	-	-
- Outros (ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	42 590	( 1 881)	40 709	3 460	( 11 577)	( 8 117)
Pensões pagas pelo fundo	( 96 533)	-	( 96 533)	( 94 919)	-	( 94 919)
Benefícios pagos pelo Grupo	-	( 5 520)	( 5 520)	-	( 5 464)	( 5 464)
Reformas antecipadas	22 158	1 440	23 598	40 601	1 983	42 584
Alteração no perímetro de consolidação	-	-	-	( 3 797)	( 44)	( 3 841)
Outros	( 1 553)	( 39)	( 1 592)	( 534)	2	( 532)
<b>Responsabilidades no final do exercício</b>	<b>1 970 365</b>	<b>110 675</b>	<b>2 081 040</b>	<b>1 891 647</b>	<b>109 797</b>	<b>2 001 444</b>

Das responsabilidades com reformas antecipadas a 31 de Dezembro de 2006, os valores de 37 039 milhares de euros relativo a pensões de reforma e de 1 851 milhares de euros relativo a benefícios de saúde foram reconhecidos como utilização da provisão para reestruturação (ver Nota 32).

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2007

Em 31 de Dezembro de 2007, o acréscimo de 1% no valor das contribuições para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 17 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 16,9 milhões de euros), e um acréscimo no custo do exercício (custo do serviço corrente e custo dos juros) de 1,2 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 1,1 milhões de euros).

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007			31.12.2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
<b>Saldo dos fundos no início do exercício</b>	<b>2 028 303</b>	<b>477</b>	<b>2 028 780</b>	<b>1 820 957</b>	-	<b>1 820 957</b>
Rendimento real do fundo	257 763	21	257 784	222 666	-	222 666
Contribuições do Grupo	42 951	20	42 971	82 121	477	82 598
Contribuições dos empregados	2 826	1	2 827	3 072	-	3 072
Pensões pagas pelo fundo	( 96 533)	-	( 96 533)	( 94 919)	-	( 94 919)
Alteração no perímetro de consolidação	-	-	-	( 4 728)	-	( 4 728)
Outros	( 1 967)	( 39)	( 2 006)	( 866)	-	( 866)
<b>Saldo dos fundos no final do exercício</b>	<b>2 233 343</b>	<b>480</b>	<b>2 233 823</b>	<b>2 028 303</b>	<b>477</b>	<b>2 028 780</b>

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007			31.12.2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
<b>Desvios actuariais diferidos no início do exercício</b>	<b>442 352</b>	<b>26 535</b>	<b>468 887</b>	<b>630 466</b>	<b>41 256</b>	<b>671 722</b>
(Ganhos) e perdas actuariais no ano:						
- Alteração da taxa de desconto	( 8 258)	( 199)	( 8 457)	-	-	-
- Outros (ganhos) e perdas actuariais do ano	( 115 049)	( 1 881)	( 116 930)	( 137 530)	( 11 577)	( 149 107)
Amortização do exercício	( 11 448)	( 1 083)	( 12 531)	( 33 243)	( 1 967)	( 35 210)
Amortização adicional por reformas antecipadas	( 2 118)	( 357)	( 2 475)	( 17 029)	( 1 113)	( 18 142)
Alteração no perímetro de consolidação	-	-	-	55	( 19)	36
Outros	( 411)	4	( 407)	( 367)	( 45)	( 412)
<b>Desvios actuariais diferidos no final do exercício</b>	<b>305 068</b>	<b>23 019</b>	<b>328 087</b>	<b>442 352</b>	<b>26 535</b>	<b>468 887</b>
Dos quais:						
Dentro do corredor	223 054	11 067	234 121	202 437	10 980	213 417
Fora do corredor	82 014	11 952	93 966	239 915	15 555	255 470

Da amortização adicional resultante de reformas antecipadas a 31 de Dezembro de 2006, os valores de 14 366 milhares de euros relativo a pensões de reforma e de 961 milhares de euros relativo a benefícios de saúde foram reconhecidos como utilização da provisão para reestruturação (ver Nota 32).

A evolução dos montantes reflectidos no balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007			31.12.2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
<b>Activos/( passivos) no início do exercício</b>	<b>136 656</b>	<b>( 109 320)</b>	<b>27 336</b>	<b>( 9 104)</b>	<b>( 117 374)</b>	<b>( 126 478)</b>
Ganhos e perdas actuárias das responsabilidades	( 34 332)	2 080	( 32 252)	( 3 460)	11 577	8 117
Ganhos e perdas actuárias dos fundos	157 639	( 4)	157 635	140 990	-	140 990
Encargos do ano:						
- Custo do serviço corrente	( 30 292)	( 1 991)	( 32 283)	( 29 560)	( 2 079)	( 31 639)
- Custo dos juros	( 87 196)	( 5 085)	( 92 281)	( 84 143)	( 5 444)	( 89 587)
- Rendimento esperado do fundo	100 124	25	100 149	81 676	-	81 676
- Reformas antecipadas	( 22 158)	( 1 440)	( 23 598)	( 40 601)	( 1 983)	( 42 584)
- Outros	( 414)	-	( 414)	( 332)	( 2)	( 334)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Grupo	42 951	5 540	48 491	82 121	5 941	88 062
Alteração no perímetro de consolidação	-	-	-	( 931)	44	( 887)
<b>Activos/( passivos) no final do exercício</b>	<b>262 978</b>	<b>( 110 195)</b>	<b>152 783</b>	<b>136 656</b>	<b>( 109 320)</b>	<b>27 336</b>

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007			31.12.2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Custo do serviço corrente	30 292	1 991	32 283	29 560	2 079	31 639
Custo dos juros	87 196	5 085	92 281	84 143	5 444	89 587
Rendimento esperado do fundo	( 100 124)	( 25)	( 100 149)	( 81 676)	-	( 81 676)
Amortização do exercício	11 448	1 083	12 531	33 243	1 967	35 210
Reformas antecipadas	24 276	1 797	26 073	6 225	283	6 508
<b>Custos com pessoal</b>	<b>53 088</b>	<b>9 931</b>	<b>63 019</b>	<b>71 495</b>	<b>9 773</b>	<b>81 268</b>

O custo relativo às reformas antecipadas inclui o efeito da amortização adicional dos desvios actuariais em balanço.

A evolução dos activos/(responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007			31.12.2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
<b>No início do exercício</b>	<b>579 008</b>	<b>( 82 785)</b>	<b>496 223</b>	<b>621 362</b>	<b>( 76 118)</b>	<b>545 244</b>
Custo do exercício	( 53 088)	( 9 931)	( 63 019)	( 71 495)	( 9 773)	( 81 268)
Utilização de provisões	-	-	-	( 51 405)	( 2 857)	( 54 262)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Grupo	42 951	5 540	48 491	82 121	5 941	88 062
Alteração no perímetro de consolidação	-	-	-	( 876)	25	( 851)
Outros	( 825)	-	( 825)	( 699)	( 3)	( 702)
<b>No final do exercício</b>	<b>568 046</b>	<b>( 87 176)</b>	<b>480 870</b>	<b>579 008</b>	<b>( 82 785)</b>	<b>496 223</b>

O evolutivo das responsabilidades e saldo dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos 5 anos é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007		31.12.2006		31.12.2005		31.12.2004		31.12.2003	
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde								
Responsabilidades	( 1 970 365)	( 110 675)	( 1 891 647)	( 109 797)	( 1 826 346)	( 117 330)	( 1 552 833)	( 96 849)	( 1 416 490)	( 87 403)
Saldo dos fundos	2 233 343	480	2 028 303	477	1 816 229	-	1 511 672	-	1 360 674	-
<b>Responsabilidades (sub) / sobre financiadas</b>	<b>262 978</b>	<b>( 110 195)</b>	<b>136 656</b>	<b>( 109 320)</b>	<b>( 10 117)</b>	<b>( 117 330)</b>	<b>( 41 161)</b>	<b>( 95 849)</b>	<b>( 55 816)</b>	<b>( 87 403)</b>
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	42 590	( 1 881)	3 460	( 11 577)	39 592	6 548	6 555	410	93 754	5 860
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	( 157 639)	( 4)	( 140 990)	-	( 69 709)	-	1 169	-	22 855	-

A cobertura dos benefícios de saúde encontra-se assegurada através de passivos reconhecidos em balanço.

SIBA

No exercício de 2000, o BES e as suas subsidiárias estabeleceram um plano de incentivos baseado em acções (SIBA) o qual consiste na venda de acções do BES aos trabalhadores, com pagamento diferido por um prazo que pode variar de entre dois a quatro anos. Dentro deste prazo os empregados têm a obrigatoriedade de manter as acções, após o que (i) podem vendê-las no mercado, (ii) mantê-las em carteira, procedendo neste caso ao pagamento integral da dívida ao Banco ou (iii) vendê-las ao BES pelo seu custo de aquisição.

As principais características de cada plano são como segue:

	<u>Data expectável do fim do plano</u>	<u>Número de acções à data de início de cada plano</u>	<u>Preço médio de exercício (euros)</u>	<u>Número de acções à data de 31 de Dez. de 2007 <sup>(1)</sup></u>	<u>Cobertura por acções</u>
Plano de 2000					
1º lote	Expirado (Dez-04)	548 389	17,37	-	-
2º lote	Expirado (Dez-05)	1 279 576	17,37	-	-
Plano de 2001					
1º lote	Expirado (Mai-06)	1 358 149	11,51	-	-
2º lote	Expirado (Mai-07)	3 169 016	11,51	-	-
Plano de 2002					
1º lote	Expirado (Abr-07)	755 408	12,02	-	-
2º lote	Abr-08	1 762 619	12,02	294 861	100%
Plano de 2003					
1º lote	Mai-08	480 576	14,00	105 270	100%
2º lote	Mai-09	1 121 343	14,00	1 102 008	100%
Plano de 2004					
1º lote <sup>(2)</sup>	Dez-07	541 599	13,54	594 465	100%
2º lote	Dez-10	1 270 175	13,54	1 387 658	100%

<sup>(1)</sup> - Inclui as acções atribuídas no âmbito da incorporação de prémios de emissão relativo ao aumento de capital de 2006.

<sup>(2)</sup> - O 1º lote do Plano de 2004 maturou nos primeiros dias de Janeiro de 2008.

O movimento do número de acções subjacentes aos planos em vigor, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, foi como segue:

	31.12.2007		31.12.2006	
	Número de acções	Preço médio (euros)	Número de acções	Preço médio (euros)
Saldo no início do exercício	5 667 612	11,24	7 617 500	12,63
Aumento de capital <sup>(1)</sup>	-	-	850 504	-
Acções alienadas <sup>(2)</sup>	(2 183 350)	10,21	(2 800 392)	11,61
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>3 484 262</b>	<b>11,89</b>	<b>5 667 612</b>	<b>11,24</b>

<sup>(1)</sup> Acções atribuídas no âmbito da incorporação de prémios de emissão (ver Nota 36).

<sup>(2)</sup> Inclui acções alienadas pelo Banco em mercado, após o exercício pelo empregado do direito de revenda ao custo de aquisição, e as liquidadas pelos empregados na maturidade dos planos.

Os pressupostos utilizados na valorização inicial de cada plano foram os seguintes:

	Plano 2004	Plano 2003	Plano 2002	Plano 2001	Plano 2000
Prazo					
1º lote	24 meses	24 meses	Expirado	Expirado	Expirado
2º lote	60 meses	60 meses	60 meses	Expirado	Expirado
Volatilidade	12%	12%	12%	12%	12%
Taxa de juro sem risco					
1º lote	3,04%	2,63%	2,70%	4,38%	4,71%
2º lote	3,22%	3,52%	3,56%	5,01%	5,05%
Dividendo	2,90%	2,90%	2,90%	2,90%	2,90%
Justo valor à data de início (milhares de euros)	2 305	2 137	2 830	6 530	3 056

O total de custos reconhecidos com os planos é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Custos reconhecidos com os planos (ver Nota 11)	1 402	2 454

Os custos com os planos foram reconhecidos como Custos com pessoal por contrapartida de Outras reservas conforme política contabilística descrita na Nota 2.15.

#### *Prémio por antiguidade*

Conforme referido na Nota 2.15, os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio por antiguidade, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efectiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição. À data da passagem à situação de invalidez presumível, o trabalhador terá direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2007

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as responsabilidades assumidas pelo Grupo e os custos reconhecidos nos exercícios com o prémio por antiguidade são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
<b>Responsabilidades no início do exercício</b>	<b>23 627</b>	<b>22 553</b>
Custo do exercício (ver Nota 11)	1 360	2 947
Prémios pagos	( 1 362)	( 1 873)
<b>Responsabilidades no final do exercício</b>	<b>23 625</b>	<b>23 627</b>

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com prémios de antiguidade são os apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis). Estas responsabilidades encontram-se registadas em Outros passivos (ver Nota 35).

### Nota 13 – Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Rendas e alugueres	58 225	55 053
Publicidade e publicações	43 947	44 360
Comunicações e expedição	35 933	34 795
Conservação e reparação	16 584	16 013
Deslocações e representação	28 424	24 763
Transportes	10 053	5 968
Seguros	5 899	6 833
Serviços especializados		
Informática	44 863	43 376
Trabalho independente	7 942	8 879
Mão de obra eventual	9 155	7 777
Sistema electrónico de pagamentos	11 709	12 447
Estudos e consultas	13 881	11 645
Judiciais, contencioso e notariado	9 581	6 152
Consultores e auditores externos	12 224	8 366
Outros serviços especializados	28 868	24 541
Água, energia e combustíveis	7 757	7 322
Material de consumo corrente	5 731	6 472
Outros custos	28 392	29 482
	<b>379 168</b>	<b>354 244</b>

A rubrica Outros serviços especializados inclui, entre outros, custos com segurança e vigilância, informação e banco de dados. A rubrica Outros custos inclui custos com formação e fornecimentos externos.

**Nota 14 – Custos com sinistros líquidos de resseguro**

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Custos com sinistros do ramo vida	-	313 255
Custos com sinistros do ramo não vida	-	17 589
	-	<b>330 844</b>

Esta rubrica reflecte os custos com sinistros líquidos de resseguro incorridos pela BES – Vida e pela BES – Seguros até 30 de Junho de 2006, data em que passaram a ser incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da equivalência patrimonial.

No que se refere à actividade seguradora do ramo vida, os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Montantes pagos		
Montantes brutos	-	313 255
Parte dos resseguradores	-	-
	-	<b>313 255</b>
Provisão para sinistros (variação)		
Montantes brutos	-	-
Parte dos resseguradores	-	-
	-	-
	-	<b>313 255</b>

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2007

No que se refere à actividade seguradora do ramo não vida, os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Montantes pagos		
Montantes brutos	-	15 987
Parte dos resseguradores	-	( 475)
	<u>-</u>	<u>15 512</u>
Provisão para sinistros (variação)		
Montantes brutos	-	2 776
Parte dos resseguradores	-	( 699)
	<u>-</u>	<u>2 077</u>
	<u>-</u>	<u>17 589</u>

Os custos com sinistros brutos, dos ramos não vida, são analisados como segue:

	(milhares de euros)					
	31.12.2007			31.12.2006		
	Montantes pagos	Variação da provisão para sinistros	Total	Montantes pagos	Variação da provisão para sinistros	Total
<b>Seguro directo</b>						
Acidentes e doença	-	-	-	8 118	470	8 588
Incêndio e outros danos	-	-	-	2 490	( 305)	2 185
Automóvel	-	-	-	5 379	2 611	7 990
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15 987</u>	<u>2 776</u>	<u>18 763</u>

### Nota 15 – Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Caixa	<u>277 260</u>	<u>311 335</u>
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	984 887	711 847
Outros bancos centrais	<u>99 071</u>	<u>61 745</u>
	<u>1 083 958</u>	<u>773 592</u>
	<u>1 361 218</u>	<u>1 084 927</u>

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais – Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com

prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de Dezembro de 2007 a taxa de remuneração média destes depósitos ascendia a 3,94% (31 de Dezembro de 2006: 2,79%).

**Nota 16 – Disponibilidades em outras instituições de crédito**

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	<b>31.12.2007</b>	<b>31.12.2006</b>
<b>Disponibilidades em outras instituições de crédito no país</b>		
Cheques a cobrar	378 824	430 619
Depósitos à ordem	96 043	30 993
Outras disponibilidades	-	37 134
	<b>474 867</b>	<b>498 746</b>
<b>Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro</b>		
Depósitos à ordem	117 283	76 041
Cheques a cobrar	1 570	4 019
Outras disponibilidades	126 732	94 179
	<b>245 585</b>	<b>174 239</b>
	<b>720 452</b>	<b>672 985</b>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

**Nota 17 – Activos e passivos financeiros detidos para negociação**

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica Activos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	(milhares de euros)	
	<b>31.12.2007</b>	<b>31.12.2006</b>
<b>Activos financeiros detidos para negociação</b>		
<b>Títulos</b>		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1 366 296	1 538 485
De outros emissores	153 937	157 882
Acções	187 611	267 868
Outros títulos de rendimento variável	712 199	991 793
	<b>2 420 043</b>	<b>2 956 028</b>
<b>Derivados</b>		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	1 427 190	1 215 379
	<b>3 847 233</b>	<b>4 171 407</b>
<b>Passivos financeiros detidos para negociação</b>		
<b>Derivados</b>		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	1 257 201	1 284 376

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	<b>31.12.2007</b>	<b>31.12.2006</b>
Até 3 meses	412 762	358 504
De 3 meses a um ano	351 206	610 918
De um a cinco anos	409 018	459 480
Mais de cinco anos	581 078	502 412
Duração indeterminada	665 979	1 024 714
	<b>2 420 043</b>	<b>2 956 028</b>

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.6, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica Activos financeiros detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2007			31.12.2006		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	1 366 296	-	1 366 296	1 343 863	194 622	1 538 485
De outros emissores	145 419	8 518	153 937	137 842	20 040	157 882
Acções	187 611	-	187 611	267 868	-	267 868
Outros títulos de rendimento variável	12 152	700 047	712 199	-	991 793	991 793
	<b>1 711 478</b>	<b>708 565</b>	<b>2 420 043</b>	<b>1 749 573</b>	<b>1 206 455</b>	<b>2 956 028</b>

Os instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 são analisados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007			31.12.2006		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Activo	Passivo		Activo	Passivo
<b>Derivados de negociação</b>						
<b>Contratos sobre taxas de câmbio</b>						
Forward						
- compras	11 779 165	112 862	247 220	15 181 980	164 353	206 550
- vendas	11 897 733			15 274 654		
Currency Swaps						
- compras	373 440	2 000	4 531	1 283 531	9 351	11 469
- vendas	325 110			1 320 835		
Currency Interest Rate Swaps						
- compras	1 657 950	187 592	176 210	5 682 850	301 310	283 604
- vendas	1 660 293			5 704 527		
Currency Options	4 170 682	57 980	89 482	3 785 013	9 283	21 968
	<b>31 864 373</b>	<b>360 434</b>	<b>517 443</b>	<b>48 233 390</b>	<b>484 297</b>	<b>523 591</b>
<b>Contratos sobre taxas de juro</b>						
Forward Rate Agreements	5 353 657	1 444	342	255 930	112	126
Interest Rate Swaps	37 695 485	588 160	360 382	22 346 464	543 581	360 907
Swaption - Interest Rate Options	2 360 536	3 814	2 104	2 348 648	13 519	11 220
Interest Rate Caps & Floors	7 361 058	34 672	30 824	3 843 982	12 238	13 284
Interest Rate Futures	100 000	-	-	3 540 889	788	4 673
Bonds Options	30 000	665	558	84 686	161	-
Future Options	5 451 986	-	189	9 985 103	-	-
	<b>58 352 722</b>	<b>628 755</b>	<b>394 399</b>	<b>42 405 702</b>	<b>570 399</b>	<b>390 210</b>
<b>Contratos sobre acções/índices</b>						
Equity / Index Swaps	1 835 258	191 300	21 404	4 519 022	51 635	20 570
Equity / Index Options	5 030 269	226 835	309 119	4 471 905	92 968	335 105
Equity / Index Futures	-	-	-	1 331 085	-	-
	<b>6 865 527</b>	<b>418 135</b>	<b>330 523</b>	<b>10 322 012</b>	<b>144 603</b>	<b>355 675</b>
<b>Contratos sobre crédito</b>						
Credit Default Swaps	1 608 191	19 866	14 836	1 417 632	16 080	14 900
	<b>1 608 191</b>	<b>19 866</b>	<b>14 836</b>	<b>1 417 632</b>	<b>16 080</b>	<b>14 900</b>
<b>Total</b>	<b>98 690 813</b>	<b>1 427 190</b>	<b>1 257 201</b>	<b>102 378 736</b>	<b>1 215 379</b>	<b>1 284 376</b>

Em 31 de Dezembro de 2007, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados incluía o valor líquido de 2,8 milhões de euros referente ao justo valor passivo dos derivados embutidos, conforme descrito na Nota 2.4 (31 de Dezembro de 2006: 5,3 milhões de euros de justo valor passivo).

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2007

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o escalonamento dos derivados de negociação por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)			
	31.12.2007		31.12.2006	
	Nocional	Justo valor (líquido)	Nocional	Justo valor (líquido)
Até 3 meses	26 676 635	( 99 769)	38 450 282	( 51 611)
De 3 meses a um ano	21 301 291	18 272	16 555 807	( 35 601)
De um a cinco anos	28 482 345	323 321	21 234 324	( 32 606)
Mais de cinco anos	22 230 542	( 71 835)	26 138 323	50 821
	<b>98 690 813</b>	<b>169 989</b>	<b>102 378 736</b>	<b>( 68 997)</b>

### Nota 18 – Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	1 234 344	1 322 698
Acções	192 360	175 894
Valor de balanço	<b>1 426 704</b>	<b>1 498 592</b>

A opção do Grupo em designar estes activos financeiros ao justo valor através dos resultados, à luz do IAS 39, está de acordo com a estratégia documentada de gestão do risco do Grupo, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

Neste agregado, a 31 de Dezembro de 2006, encontram-se registados títulos no valor de 575 621 milhares de euros os quais, apesar de o Grupo ter procedido à sua alienação, não foram desconhecidos do balanço, uma vez que o Grupo reteve a totalidade dos benefícios associados a estes activos através de *total return swaps*. O valor recebido no âmbito desta operação encontra-se registado em Recursos de outras instituições de crédito.

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o escalonamento dos títulos ao justo valor através de resultados por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Até 3 meses	468 580	228 802
De 3 meses a um ano	113 332	192 144
De um a cinco anos	155 652	569 385
Mais de cinco anos	496 780	332 367
Duração indeterminada	192 360	175 894
	<b>1 426 704</b>	<b>1 498 592</b>

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

	(milhares de euros)					
	31.12.2007			31.12.2006		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De outros emissores	420 069	814 275	1 234 344	66 067	1 256 631	1 322 698
Acções	192 360	-	192 360	175 894	-	175 894
	<b>612 429</b>	<b>814 275</b>	<b>1 426 704</b>	<b>241 961</b>	<b>1 256 631</b>	<b>1 498 592</b>

#### Nota 19 – Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	(milhares de euros)				
	Custo <sup>(1)</sup>	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	349 445	1 473	( 1 275)	( 594)	349 049
De outros emissores	2 830 718	4 074	( 4 006)	( 9 093)	2 821 693
Acções	1 159 482	685 185	( 2 754)	( 43 419)	1 798 494
Outros títulos de rendimento variável	278 457	9 001	( 618)	( 4 392)	282 448
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2006</b>	<b>4 618 102</b>	<b>699 733</b>	<b>( 8 653)</b>	<b>( 57 498)</b>	<b>5 251 684</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	803 246	911	( 1 450)	-	802 707
De outros emissores	2 944 596	27 352	( 57 872)	( 9 332)	2 904 744
Acções	1 251 511	984 183	( 7 774)	( 40 207)	2 187 713
Outros títulos de rendimento variável	354 233	4 565	( 511)	( 14 562)	343 725
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>5 353 586</b>	<b>1 017 011</b>	<b>( 67 607)</b>	<b>( 64 101)</b>	<b>6 238 889</b>

<sup>(1)</sup> Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2007

A rubrica Activos financeiros disponíveis para venda inclui 711 451 milhares de euros de títulos dados em garantia pelo Grupo, cujo detalhe é apresentado na Nota 38 (31 de Dezembro de 2006: 558 689 milhares de euros).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Saldo inicial	57 498	157 098
Dotações	20 165	8 308
Utilizações	( 10 845)	( 7 140)
Reversões	( 1 484)	( 2 179)
Alteração de perímetro de consolidação	-	( 96 211)
Diferenças de câmbio e outras	( 1 233)	( 2 378)
<b>Saldo final</b>	<b>64 101</b>	<b>57 498</b>

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o escalonamento dos activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Até 3 meses	712 158	288 524
De 3 meses a um ano	420 870	248 114
De um a cinco anos	1 371 131	1 171 860
Mais de cinco anos	1 221 488	1 461 894
Duração indeterminada	2 513 242	2 081 292
	<b>6 238 889</b>	<b>5 251 684</b>

As principais posições que justificam o valor da reserva de justo valor, com referência a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, são as seguintes:

(milhares de euros)

31.12.2007					
Descrição	Custo de aquisição	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Banco Bradesco	286 047	661 695	-	-	947 742
Portugal Telecom	291 914	76 010	-	-	367 924
EDP	263 801	70 497	-	-	334 298
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	2 480	8 589	-	( 682)	10 387
Bradespar	6 215	22 029	-	-	28 244
	<b>850 457</b>	<b>838 820</b>	-	<b>( 682)</b>	<b>1 688 595</b>

(milhares de euros)

31.12.2006					
Descrição	Custo de aquisição	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Banco Bradesco	202 057	496 097	-	-	698 154
Portugal Telecom	340 074	66 331	-	-	406 405
EDP	218 670	67 986	-	-	286 656
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	2 480	2 774	-	( 682)	4 572
Bradespar	3 577	8 345	-	-	11 922
	<b>766 858</b>	<b>641 533</b>	-	<b>( 682)</b>	<b>1 407 709</b>

No dia 7 de Novembro de 2007, a Portugal Telecom (PT) efectuou o *spin-off* da sua participação de 58,43% na PT Multimédia (PTM), tendo atribuído 0,176067 acções desta última por cada acção detida no capital da PT. Decorrente desta operação, o Grupo recebeu 9 444 819 de acções da PTM, as quais foram contabilizadas, pelo respectivo justo valor apurado na data efectiva do *spin-off*, como uma alocação do valor de balanço das acções PT que lhes estiveram na origem. Adicionalmente, o custo de aquisição das acções PT, bem como o valor acumulado da respectiva reserva de justo valor previamente ao *spin-off*, foram distribuídos entre as acções PT detidas e as novas acções da PTM recebidas, na proporção dos respectivos justos valores determinados na data de efectividade da operação. Nesta base, decorrente do *spin-off* da PTM, o Grupo não reconheceu qualquer efeito em resultados.

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2007			31.12.2006		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	85 707	717 000	802 707	97 018	252 031	349 049
De outros emissores	681 114	2 223 630	2 904 744	908 675	1 913 018	2 821 693
Acções	1 943 689	244 024	2 187 713	1 573 637	224 857	1 798 494
Outros títulos de rendimento variável	35 934	307 791	343 725	33 091	249 357	282 448
	<b>2 746 444</b>	<b>3 492 445</b>	<b>6 238 889</b>	<b>2 612 421</b>	<b>2 639 263</b>	<b>5 251 684</b>

**Nota 20 – Aplicações em instituições de crédito**

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	<b>31.12.2007</b>	<b>31.12.2006</b>
<b>Aplicações em instituições de crédito no país</b>		
Mercado monetário interbancário	1 269 865	425 723
Depósitos	83 369	52 659
Empréstimos	67 719	52 143
Aplicações de muito curto prazo	345 042	25
Outras aplicações	1 445	1 404
	<b>1 767 440</b>	<b>531 954</b>
<b>Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro</b>		
Depósitos	3 541 730	3 145 408
Aplicações de muito curto prazo	1 137 238	2 026 383
Empréstimos	1 732 552	1 880 656
Outras aplicações	32 575	6 002
	<b>6 444 095</b>	<b>7 058 449</b>
Perdas por imparidade	( 1 204)	( 2 354)
	<b>8 210 331</b>	<b>7 588 049</b>

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 31 de Dezembro de 2007, vencem juros à taxa média anual de 4,47% (31 de Dezembro de 2006: 3,46%). Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro vencem juros às taxas dos mercados internacionais onde o Grupo opera.

Em 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica inclui 559 687 milhares de euros de aplicações registadas em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 23).

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é como segue:

	(milhares de euros)	
	<b>31.12.2007</b>	<b>31.12.2006</b>
Até 3 meses	7 812 446	6 987 458
De 3 meses a um ano	156 240	410 257
De um a cinco anos	110 002	112 106
Mais de cinco anos	132 847	80 582
	<b>8 211 535</b>	<b>7 590 403</b>

Os movimentos ocorridos no exercício como perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	<b>31.12.2007</b>	<b>31.12.2006</b>
<b>Saldo inicial</b>	2 354	2 558
Dotações	1 757	2 084
Reversões	( 2 251)	( 1 991)
Diferenças de câmbio e outras	( 656)	( 297)
<b>Saldo final</b>	<b>1 204</b>	<b>2 354</b>

**Nota 21 – Crédito a clientes**

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007	31.12.2006
<b>Crédito interno</b>		
A empresas		
Empréstimos	9 794 194	7 515 911
Créditos em conta corrente	5 655 418	6 551 451
Locação financeira	2 829 881	2 254 375
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	1 114 157	1 176 756
<i>Factoring</i>	1 156 111	977 934
Descobertos	49 777	29 536
Outros créditos	245 152	238 960
A particulares		
Habitação	9 545 741	7 917 558
Consumo e outros	2 310 264	2 001 327
	<b>32 700 695</b>	<b>28 663 808</b>
<b>Crédito ao exterior</b>		
A empresas		
Empréstimos	6 092 130	3 688 714
Créditos em conta corrente	1 520 636	1 208 129
Locação financeira	288 123	178 774
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	135 949	113 075
Descobertos	74 396	51 964
Outros créditos	985 137	620 928
A particulares		
Habitação	529 488	519 968
Consumo e outros	326 505	233 952
	<b>9 952 364</b>	<b>6 615 504</b>
<b>Crédito e juros vencidos</b>		
Até 3 meses	74 790	74 160
De 3 meses a 1 ano	102 863	104 882
De 1 a 3 anos	212 154	181 278
Há mais de 3 anos	117 792	112 200
	<b>507 599</b>	<b>472 520</b>
	<b>43 160 658</b>	<b>35 751 832</b>
Perdas por imparidade	( 990 395)	( 869 327)
	<b>42 170 263</b>	<b>34 882 505</b>

Em 31 de Dezembro de 2007, o valor de crédito a clientes inclui o montante de 2 924,8 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 794,1 milhões de euros), referente a operações de securitização em que, de acordo com a política contabilística referida na Nota 2.2, os veículos securitizadores são

consolidados pelo Grupo (ver Nota 41). Os passivos associados a estas operações de securitização foram reconhecidos como Responsabilidades representadas por títulos (ver Notas 31 e 41).

O justo valor da carteira de crédito a clientes encontra-se apresentado na Nota 42.

Em 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica inclui 163 726 milhares de euros de créditos registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 23).

Em 31 de Dezembro de 2007 o crédito vivo inclui 64 218 milhares de euros de crédito renegociado (31 de Dezembro de 2006: 45 677 milhares de euros). Estes créditos correspondem, de acordo com a definição do Banco de Portugal, a créditos anteriormente vencidos, que através de um processo de renegociação, passam a ser considerados como créditos correntes.

O escalonamento do crédito a clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é como segue:

	(milhares de euros)	
	<b>31.12.2007</b>	<b>31.12.2006</b>
Até 3 meses	6 591 577	6 147 170
De 3 meses a um ano	5 821 538	5 150 636
De um a cinco anos	8 584 877	7 136 228
Mais de cinco anos	21 655 067	16 845 278
Duração indeterminada	507 599	472 520
	<b>43 160 658</b>	<b>35 751 832</b>

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade do crédito são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	<b>31.12.2007</b>	<b>31.12.2006</b>
Saldo inicial	869 327	829 874
Dotações	257 737	232 547
Utilizações	( 80 481)	( 133 935)
Reversões	( 44 553)	( 50 992)
Efeito do desconto	( 13 102)	( 10 861)
Diferenças de câmbio e outras	1 467	2 694
<b>Saldo final</b>	<b>990 395</b>	<b>869 327</b>

O efeito do desconto reflecte o valor do juro reconhecido em relação ao crédito com imparidade vencido como consequência das perdas por imparidade serem calculadas com base no método dos fluxos de caixa futuros descontados.

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2007

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o detalhe da imparidade apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007						
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfolio		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a Empresas	3 283 164	398 599	27 022 385	304 821	30 305 549	703 420	29 602 129
Crédito a particulares - Habitação	871 399	152 696	9 269 550	24 799	10 140 949	177 495	9 963 454
Crédito a particulares - Outro	252 055	68 933	2 462 105	40 547	2 714 160	109 480	2 604 680
<b>Total</b>	<b>4 406 618</b>	<b>620 228</b>	<b>38 754 040</b>	<b>370 167</b>	<b>43 160 658</b>	<b>990 395</b>	<b>42 170 263</b>

(milhares de euros)

	31.12.2006						
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfolio		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a Empresas	2 249 996	335 595	22 692 764	301 932	24 942 760	637 527	24 305 233
Crédito a particulares - Habitação	740 104	112 798	7 759 751	19 390	8 499 855	132 188	8 367 667
Crédito a particulares - Outro	204 455	63 058	2 104 762	36 554	2 309 217	99 612	2 209 605
<b>Total</b>	<b>3 194 555</b>	<b>511 451</b>	<b>32 557 277</b>	<b>357 876</b>	<b>35 751 832</b>	<b>869 327</b>	<b>34 882 505</b>

O crédito com imparidade calculada em base individual inclui créditos que apresentam sinais de imparidade, créditos vencidos há mais de 90 dias e o crédito renegociado.

O juro reconhecido na conta de exploração relativo a créditos com sinais de imparidade foi de 239,3 milhões de euros (2006: 176 milhões de euros), o qual inclui o efeito do desconto relativo a crédito com imparidade vencido.

A distribuição do crédito a clientes por tipo de taxa é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007	31.12.2006
Taxa fixa	3 184 004	3 700 610
Taxa variável	39 976 654	32 051 222
	<b>43 160 658</b>	<b>35 751 832</b>

O crédito de locação financeira, por prazos residuais é apresentado de seguida:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
<b>Rendas e valores residuais vincendos</b>		
Até um ano	572 483	503 693
De um a cinco anos	2 058 919	1 252 844
Mais de cinco anos	1 172 297	1 266 535
	<u>3 803 699</u>	<u>3 023 072</u>
<b>Juros vincendos</b>		
Até um ano	117 264	86 951
De um a cinco anos	278 854	174 483
Mais de cinco anos	289 577	328 489
	<u>685 695</u>	<u>589 923</u>
<b>Capital vincendo</b>		
Até um ano	455 219	416 742
De um a cinco anos	1 780 065	1 078 361
Mais de cinco anos	882 720	938 046
	<u>3 118 004</u>	<u>2 433 149</u>

#### Nota 22 – Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	394 935	589 354
De outros emissores	12 907	3 817
	<u>407 842</u>	<u>593 171</u>

O escalonamento dos investimentos detidos até à maturidade por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Até 3 meses	19 740	50 653
De 3 meses a um ano	11 298	66 910
De um a cinco anos	351 625	468 073
Mais de cinco anos	25 179	7 535
	<u>407 842</u>	<u>593 171</u>

O justo valor da carteira de investimentos detidos até à maturidade encontra-se apresentado na Nota 42.

**Nota 23 – Derivados para gestão de risco**

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o justo valor dos derivados para gestão de risco em balanço analisa-se como segue:

	(milhares de euros)	
	<b>31.12.2007</b>	<b>31.12.2006</b>
<b>Derivados para gestão de risco (activo)</b>	211 890	199 704
<b>Derivados para gestão de risco (passivo)</b>	286 940	262 760
	<b>( 75 050)</b>	<b>( 63 056)</b>

A rubrica de Derivados para gestão de risco, inclui para além dos derivados de cobertura, os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (e que não foram designados como derivados de cobertura).

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica de Derivados para gestão de risco, no valor líquido de 75 050 milhares de euros de passivo líquido, inclui (i) 42 689 milhares de euros de passivo líquido relativo a derivados de cobertura (31 de Dezembro de 2006: 59 959 milhares de euros de passivo líquido) e (ii) 32 361 milhares de euros de passivo líquido relativos a derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, e que não foram designados como derivados de cobertura (31 de Dezembro de 2006: 3 097 milhares de euros de passivo líquido).

a) Derivados de cobertura

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

31.12.2007							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado <sup>(2)</sup>	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto <sup>(1)</sup>	Varição do justo valor do elemento coberto no ano <sup>(1)</sup>
Currency Interest Rate Swap	Empréstimos subordinados	Taxa de juro e câmbio	181 895	( 22 678)	( 11 995)	22 455	12 621
Currency Interest Rate Swap	Débitos representados por títulos	Taxa de juro e câmbio	18 777	60	( 63)	265	( 32)
Currency Interest Rate Swap	Recursos de instituições de crédito	Taxa de juro e câmbio	407 405	( 4 841)	( 4 191)	4 633	4 191
Interest Rate Swap	Crédito Interno	Taxa de juro	91 993	1 210	969	( 767)	( 953)
Interest Rate Swap	Empréstimos subordinados	Taxa de juro	20 000	( 864)	( 593)	802	658
Interest Rate Swap	Débitos representados por títulos	Taxa de juro	2 564 460	( 15 405)	46 205	30 690	( 41 027)
Interest Rate Swap	Recursos de clientes	Taxa de juro	307 859	1 057	( 1 580)	1 286	395
Interest Rate Swap	Recursos de instituições de crédito	Taxa de Juro	128 000	( 1 228)	( 9 130)	2 601	8 842
			<b>3 720 389</b>	<b>( 42 689)</b>	<b>19 622</b>	<b>61 965</b>	<b>( 15 305)</b>

<sup>(1)</sup> Atribuível ao risco coberto.

<sup>(2)</sup> Inclui juro corrido.

(milhares de euros)

31.12.2006							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado <sup>(2)</sup>	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto <sup>(1)</sup>	Varição do justo valor do elemento coberto no ano <sup>(1)</sup>
Currency Interest Rate Swaps	Recursos de clientes	Taxa de juro e câmbio	429 596	2 248	1 060	448	( 1 181)
Currency Interest Rate Swaps	Empréstimos subordinados	Taxa de juro e câmbio	191 168	( 8 053)	( 33 657)	8 027	38 942
Currency Interest Rate Swaps	Débitos representados por títulos	Taxa de juro e câmbio	18 192	54	( 376)	276	270
Currency Interest Rate Swaps	Débitos representados por títulos	Taxa de juro e câmbio	35 854	-	-	-	-
Interest Rate Swaps	Crédito a clientes	Taxa de juro	245 884	( 1 244)	3 778	428	( 4 309)
Interest Rate Swaps	Recursos de clientes	Taxa de juro	150 019	11 659	3 355	( 5 663)	( 3 684)
Interest Rate Swaps	Empréstimos	Taxa de juro	-	-	93	-	( 107)
Interest Rate Swaps	Débitos representados por títulos	Taxa de juro	1 730 125	( 64 623)	( 50 026)	68 910	46 262
			<b>2 800 838</b>	<b>( 59 959)</b>	<b>( 75 773)</b>	<b>72 426</b>	<b>76 193</b>

<sup>(1)</sup> Atribuível ao risco coberto.

<sup>(2)</sup> Inclui juro corrido.

As variações de justo valor associadas aos activos e passivos acima descritos e aos respectivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados.

Em 31 de Dezembro de 2007 a parte inefectiva das operações de cobertura de justo valor no montante de 4,3 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 0,4 milhões de euros) foi registada por contrapartida de resultados. O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

b) Outros derivados para gestão de risco

Os outros derivados para gestão de risco incluem instrumentos destinados a gerir o risco associado a determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados conforme política contabilística descrita nas Notas 2.5, 2.6 e 2.8 e que o Grupo não designou para contabilidade

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2007

de cobertura. O valor de balanço dos activos e passivos ao justo valor através de resultados pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

31.12.2007								
Produto derivado	Activo/ passivo financeiro associado	Derivado			Activo/passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Varição de justo valor no ano	Justo valor	Varição de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade <sup>(1)</sup>
	<b>Activo</b>							
<i>Currency Swap</i>	Aplicações em inst. de crédito	561 051	3 716	( 198)	49	49	559 687	561 051
<i>Interest Rate Swap</i>	Títulos	185 000	319	467	( 1 805)	1 098	187 545	189 350
<i>Interest Rate Swap</i>	Crédito a clientes	122 000	511	511	626	626	163 726	162 668
	<b>Passivo</b>							
<i>Equity Swap</i>	Recursos de clientes	18 969	( 192)	( 27)	29	29	18 897	14 575
<i>Index Swap</i>	Débitos representados por títulos	185 800	13 827	4 474	( 12 432)	( 1 898)	195 903	181 223
<i>Index Swap</i>	Recursos de clientes	82 702	( 429)	172	( 180)	( 275)	82 407	66 204
<i>Interest Rate Swap</i>	Débitos representados por títulos	1 186 741	( 49 099)	( 33 613)	49 078	35 955	905 223	969 483
<i>Interest Rate Swap</i>	Recursos de clientes	90 862	( 1 014)	961	952	( 969)	90 041	90 325
		<b>2 433 125</b>	<b>( 32 361)</b>	<b>( 27 253)</b>	<b>36 317</b>	<b>34 615</b>	<b>2 203 429</b>	<b>2 234 879</b>

<sup>(1)</sup> Corresponde ao valor garantido contratualmente a reembolsar na maturidade.

(milhares de euros)

31.12.2006								
Produto derivado	Activo/ passivo financeiro associado	Derivado			Activo/passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Varição de justo valor no ano	Justo valor	Varição de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade <sup>(1)</sup>
	<b>Passivo</b>							
<i>Interest Rate Swap</i>	Débitos representados por títulos	778 023	( 13 870)	( 13 870)	( 1 733)	( 1 733)	764 328	775 658
<i>Index Swap</i>	Débitos representados por títulos	99 962	7 591	7 591	( 5 319)	( 5 319)	92 238	85 583
<i>Index Option</i>	Débitos representados por títulos	7 400	( 708)	( 708)	( 139)	( 139)	7 538	7 248
<i>Index Swap</i>	Recursos de clientes	56 339	( 435)	( 435)	439	439	55 899	47 710
<i>Equity Swap</i>	Débitos representados por títulos	117 276	4 844	4 844	5 938	5 938	123 214	117 276
<i>FX Swaps</i>	Recursos de instituições de crédito	387 114	( 519)	( 519)	117	117	386 997	561 051
		<b>1 446 114</b>	<b>( 3 097)</b>	<b>( 3 097)</b>	<b>( 698)</b>	<b>( 698)</b>	<b>1 430 214</b>	<b>1 594 526</b>

<sup>(1)</sup> Corresponde ao valor garantido contratualmente a reembolsar na maturidade.

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados, atribuível ao risco de crédito do Grupo, ascende em 31 de Dezembro de 2007 a 7 599 milhares de euros de proveitos em termos acumulados (31 de Dezembro de 2006: 2 026 milhares de euros de custos) e 9 421 milhares de euros de proveitos gerados no exercício (31 de Dezembro de 2006: 2 026 milhares de euros de custos do exercício).

As operações com derivados de gestão de risco em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, por maturidades, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007		31.12.2006	
	Nocional	Justo valor	Nocional	Justo valor
Até 3 meses	886 563	9 381	666 912	6 630
De 3 meses a um ano	1 460 489	8 863	603 836	1 178
De um a cinco anos	1 889 030	( 3 317)	1 834 379	2 477
Mais de cinco anos	1 917 432	( 89 977)	1 141 825	( 73 341)
	<b>6 153 514</b>	<b>( 75 050)</b>	<b>4 246 952</b>	<b>( 63 056)</b>

**Nota 24 – Activos e passivos não correntes detidos para venda**

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007	
	Activo	Passivo
Activos / passivos de subsidiárias adquiridas para revenda	<b>235 993</b>	<b>233 189</b>
Imóveis	49 499	-
Perdas por imparidade	( 6 084)	-
	<b>43 415</b>	-
	<b>279 408</b>	<b>233 189</b>

Os valores apresentados referem-se (i) a participações no capital de empresas cujo controlo pertence ao Grupo mas que foram adquiridas exclusivamente com o objectivo de venda no curto prazo, e (ii) a imóveis recebidos em dação e instalações descontinuadas disponíveis para venda imediata.

Em 31 de Dezembro de 2007 o valor relativo a instalações descontinuadas ascende a 15 855 milhares de euros (ver Nota 25), tendo o Grupo registado uma perda por imparidade no valor de 2 299 milhares de euros para estes activos.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade são apresentados como segue:

	(milhares de euros)
	<b>31.12.2007</b>
<b>Saldo inicial</b>	-
Dotações	2 605
Utilizações	( 2 017)
Reversões	( 45)
Transferências <sup>(a)</sup>	5 541
<b>Saldo final</b>	<b>6 084</b>

<sup>(a)</sup> Imparidade transferida da rubrica de Outros activos, no momento em que os activos foram também transferidos, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.11 (ver Nota 28).

### Nota 25 – Outros activos tangíveis

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	<b>31.12.2007</b>	<b>31.12.2006</b>
<b>Imóveis</b>		
De serviço próprio	405 878	295 060
Beneficiações em edifícios arrendados	200 834	184 298
Outros	3 913	3 853
	<b>610 625</b>	<b>483 211</b>
<b>Equipamento</b>		
Equipamento informático	248 445	238 863
Instalações interiores	103 341	93 615
Mobiliário e material	105 651	86 415
Equipamento de segurança	24 868	20 808
Máquinas e ferramentas	32 967	31 111
Material de transporte	4 700	3 872
Outros	6 150	6 086
	<b>526 122</b>	<b>480 770</b>
<b>Outras imobilizações</b>	557	1 627
	<b>1 137 304</b>	<b>965 608</b>
<b>Imobilizado em curso</b>		
Beneficiações em edifícios arrendados	16 275	11 886
Imóveis	12 049	7 646
Equipamento	17 934	14 223
Outros	365	573
	<b>46 623</b>	<b>34 328</b>
	<b>1 183 927</b>	<b>999 936</b>
<b>Depreciação acumulada</b>	( 646 159)	( 617 007)
	<b>537 768</b>	<b>382 929</b>

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Imóveis	Equipamento	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
<b>Custo de aquisição</b>					
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2005</b>	<b>476 663</b>	<b>472 826</b>	<b>3 737</b>	<b>25 032</b>	<b>978 258</b>
Adições	10 507	22 833	112	33 261	66 713
Abates / vendas	( 5 252)	( 19 121)	-	-	( 24 373)
Transferências (a)	9 121	16 071	-	( 24 104)	1 088
Variação cambial	( 1 258)	( 995)	( 1 871)	443	( 3 681)
Alteração de perímetro de consolidação	( 6 528)	( 10 177)	( 352)	( 16)	( 17 073)
Outros movimentos	( 42)	( 667)	1	( 288)	( 996)
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2006</b>	<b>483 211</b>	<b>480 770</b>	<b>1 627</b>	<b>34 328</b>	<b>999 936</b>
Adições	47 710	35 148	155	56 454	139 467
Abates / vendas	( 3 567)	( 14 104)	-	-	( 17 671)
Transferências (c)	10 668	24 646	-	( 44 736)	( 9 422)
Variação cambial	( 1 269)	( 883)	( 14)	( 173)	( 2 339)
Outros movimentos (b)	73 872	545	( 1 211)	750	73 956
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>610 625</b>	<b>526 122</b>	<b>557</b>	<b>46 623</b>	<b>1 183 927</b>
<b>Depreciações</b>					
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2005</b>	<b>209 275</b>	<b>395 428</b>	<b>1 659</b>	-	<b>606 362</b>
Depreciações do exercício	16 013	24 559	181	-	40 753
Abates / vendas	( 4 707)	( 18 149)	-	-	( 22 856)
Transferências (a)	( 1 090)	5 355	( 1 383)	-	2 882
Variação cambial	( 53)	( 172)	6	-	( 219)
Alteração de perímetro de consolidação	( 245)	( 8 501)	( 44)	-	( 8 790)
Outros movimentos	( 143)	( 834)	( 148)	-	( 1 125)
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2006</b>	<b>219 050</b>	<b>397 686</b>	<b>271</b>	-	<b>617 007</b>
Depreciações do exercício	17 082	26 761	191	-	44 034
Abates / vendas	( 3 036)	( 13 965)	-	-	( 17 001)
Transferências (c)	( 2 946)	3 362	-	-	416
Variação cambial	( 151)	( 917)	( 10)	-	( 1 078)
Outros movimentos	-	2 931	( 150)	-	2 781
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>229 999</b>	<b>415 858</b>	<b>302</b>	-	<b>646 159</b>
<b>Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>380 626</b>	<b>110 264</b>	<b>255</b>	<b>46 623</b>	<b>537 768</b>
<b>Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2006</b>	<b>264 161</b>	<b>83 084</b>	<b>1 356</b>	<b>34 328</b>	<b>382 929</b>

(a) Inclui 7 459 milhares de euros de imobilizado (imóveis e equipamento) e 1 961 milhares de euros de amortizações acumuladas referente a balcões descontinuados que foram transferidos pelo valor líquido para as adequadas rubricas de balanço.

(b) Inclui 73 509 milhares de euros referentes à consolidação pela primeira vez em 2007 da sociedade Praça do Marquês.

(c) Inclui 13 576 milhares de euros de imobilizado (imóveis e equipamento) e 3 207 milhares de euros de amortizações acumuladas referente a balcões descontinuados que foram transferidos pelo valor líquido para as adequadas rubricas de balanço.

**Nota 26 – Activos intangíveis**

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
<b>Goodwill</b>	<b>7 441</b>	<b>3 282</b>
<b>Gerados internamente</b>		
Sistema de tratamento automático de dados	13 324	7 793
<b>Adquiridos a terceiros</b>		
Sistema de tratamento automático de dados	428 285	403 676
Outras	1 099	30 393
	<b>429 384</b>	<b>434 069</b>
<b>Imobilizações em curso</b>	<b>31 106</b>	<b>19 429</b>
	<b>481 255</b>	<b>464 573</b>
<b>Amortização acumulada</b>	<b>(390 084)</b>	<b>(395 921)</b>
	<b>91 171</b>	<b>68 652</b>

Nos activos intangíveis gerados internamente incluem-se os gastos incorridos pelas unidades do Grupo especializadas na implementação de soluções informáticas aportadoras de benefícios económicos futuros (ver Nota 2.13).

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	<i>Goodwill</i>	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
<b>Custo de aquisição</b>					
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2005</b>	<b>2 874</b>	<b>405 611</b>	<b>36 501</b>	<b>19 892</b>	<b>464 878</b>
Adições:					
Geradas internamente	-	182	-	5 638	5 820
Adquiridas a terceiros	731	6 152	1 805	15 164	23 852
Abates / vendas	( 16)	( 996)	(1 344)	-	(2 356)
Transferências	-	21 228	(8 547)	(21 228)	(8 547)
Variação cambial	( 307)	( 109)	( 48)	-	( 464)
Alteração de perímetro de consolidação	-	(18 772)	( 704)	-	(19 476)
Outros movimentos	-	(1 827)	2 730	( 37)	866
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2006</b>	<b>3 282</b>	<b>411 469</b>	<b>30 393</b>	<b>19 429</b>	<b>464 573</b>
Adições:					
Geradas internamente	-	91	-	6 042	6 133
Adquiridas a terceiros	3 854	14 675	150	26 739	45 418
Abates / vendas	-	(3 941)	(27 058)	-	(30 999)
Transferências	-	15 633	392	(20 179)	(4 154)
Variação cambial	-	45	-	( 10)	35
Outros movimentos	305	3 637	(2 778)	( 915)	249
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>7 441</b>	<b>441 609</b>	<b>1 099</b>	<b>31 106</b>	<b>481 255</b>
<b>Amortizações</b>					
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2005</b>	<b>-</b>	<b>359 313</b>	<b>32 460</b>	<b>-</b>	<b>391 773</b>
Amortizações do exercício	-	28 278	563	-	28 841
Abates / vendas	-	( 664)	(1 219)	-	(1 883)
Transferências	-	693	(5 536)	-	(4 843)
Variação cambial	-	( 94)	( 31)	-	( 125)
Alteração de perímetro de consolidação	-	(17 726)	( 639)	-	(18 365)
Outros movimentos	-	447	76	-	523
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2006</b>	<b>-</b>	<b>370 247</b>	<b>25 674</b>	<b>-</b>	<b>395 921</b>
Amortizações do exercício	-	25 494	227	-	25 721
Abates / vendas	-	(3 940)	(25 200)	-	(29 140)
Transferências	-	(3 230)	( 392)	-	(3 622)
Variação cambial	-	46	-	-	46
Outros movimentos	-	368	790	-	1 158
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>-</b>	<b>388 985</b>	<b>1 099</b>	<b>-</b>	<b>390 084</b>
<b>Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>7 441</b>	<b>52 624</b>	<b>-</b>	<b>31 106</b>	<b>91 171</b>
<b>Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2006</b>	<b>3 282</b>	<b>41 222</b>	<b>4 719</b>	<b>19 429</b>	<b>68 652</b>

A variação ocorrida no *goodwill* em 2007 deve-se, fundamentalmente, à aquisição de 51% da ES DATA, da qual resultou um *goodwill* de 3 691 milhares de euros.

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2007

### Nota 27 – Investimentos em associadas

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Activo		Passivo		Capital Próprio		Proveitos		Resultado Líquido		Custo da participação	
	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006
BES VIDA	7 647 855	6 842 137	7 375 001	6 512 852	272 854	329 285	822 964	879 725	52 218	115 048	279 451	279 451
BES VÉNÉTIE	1 288 135	1 216 063	1 187 920	1 132 469	100 215	83 594	87 942	72 111	12 889	8 208	22 000	22 000
LOCARENT	291 074	216 036	286 903	215 972	4 171	64	72 839	44 910	1 107	( 940)	2 517	2 517
BES SEGUROS	108 662	88 919	84 207	64 784	24 455	24 135	61 862	60 455	4 723	4 425	3 749	3 749
ESEGUUR	41 466	42 203	31 552	33 486	9 914	8 717	62 369	53 426	3 609	2 800	9 634	2 134
EUROP ASSISTANCE	31 401	29 164	21 778	20 168	9 623	8 996	26 046	24 631	1 211	1 082	1 147	1 147
FUNDO ES IBERIA	26 430	26 332	1 938	616	24 492	25 716	26	12	( 1 262)	( 766)	10 496	10 496
CARLUA	21 039	19 652	19 389	17 908	1 650	1 744	19 278	31 479	239	339	1 250	1 250
SCI GEORGES MANDEL	11 916	11 590	40	68	11 876	11 522	1 133	1 115	353	324	2 401	2 401
FOMENTINVEST	11 866	9 151	2 144	1 673	9 722	7 478	2 139	4 301	1 543	2 743	1 000	1 000
COMINVEST a)	-	7 275	-	430	-	6 845	-	459	-	191	-	2 089
BRB INTERNACIONAL	11 756	5 590	10 213	2 945	1 543	2 645	59	4 654	( 1 002)	405	10 033	10 033
ESUMÉDICA	3 497	3 419	3 780	3 031	( 283)	388	4 504	4 749	( 333)	( 191)	395	395
SGPICE	2 577	2 934	10 614	9 694	( 8 037)	( 6 760)	6 255	12 216	( 612)	( 1 245)	2 667	2 667
CONCORDIA a)	-	1 065	-	32	-	1 033	-	502	-	( 355)	-	996
FIDUPRIVATE	733	962	118	100	615	862	652	507	120	130	31	31
APOLO FILMS	810	671	30	40	780	631	14	245	( 19)	( 165)	791	791
BIOGENESIS	4 681	-	( 16)	-	4 697	-	-	-	( 16)	-	6 670	-
SYNERGIE	522 049	-	441 187	-	80 862	-	121 756	-	4 389	-	10 848	-
RODI 2	36 659	-	21 211	-	15 448	-	-	-	( 225)	-	1 240	1 240
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24 834	14 413
											<b>391 154</b>	<b>358 800</b>

a) Participações que passaram a consolidar pelo método integral durante o exercício de 2007.

(milhares de euros)

	% detida		Valor de balanço		Resultados de associadas atribuíveis ao Grupo	
	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006
BES VIDA a)	50,00%	50,00%	297 207	327 603	23 930	3 676
BES VÉNÉTIE	40,00%	40,00%	40 089	34 391	5 156	3 284
LOCARENT	45,00%	45,00%	1 998	7	497	( 445)
BES SEGUROS a)	25,00%	25,00%	6 112	6 426	1 180	1 499
ESEGUUR	44,00%	34,00%	11 206	2 964	1 468	952
EUROP ASSISTANCE	23,00%	23,00%	2 214	2 069	279	249
FUNDO ES IBERIA	38,69%	38,69%	9 811	10 027	( 488)	( 278)
CARLUA	18,34%	18,34%	530	560	( 30)	( 11)
SCI GEORGES MANDEL	22,50%	22,50%	2 672	2 592	79	73
FOMENTINVEST	20,00%	20,00%	1 945	1 496	449	549
COMINVEST	-	25,00%	-	1 711	-	48
BRB INTERNACIONAL	24,93%	24,93%	386	661	( 274)	205
ESUMÉDICA	24,90%	24,90%	-	96	( 83)	( 48)
SGPICE	33,33%	33,33%	-	-	-	-
CONCORDIA	-	49,00%	-	506	-	( 230)
FIDUPRIVATE	24,76%	24,76%	225	213	30	32
APOLO FILMS	25,00%	25,00%	194	157	37	( 27)
BIOGENESIS	19,99%	-	6 670	-	-	-
SYNERGIE	15,00%	-	3 842	-	1 281	-
RODI 2	25,29%	25,29%	5 560	1 240	( 168)	-
Outras	-	-	22 254	15 881	742	1 242
			<b>412 915</b>	<b>408 600</b>	<b>34 085</b>	<b>10 770</b>

- a) Os resultados atribuíveis ao Grupo em 2006 dizem respeito apenas ao segundo semestre do ano, na sequência do investimento ter passado a ser consolidado pelo método de equivalência patrimonial. Até ao final do primeiro semestre de 2006 estes investimentos foram consolidados pelo método integral (ver Nota 1).

O movimento verificado nesta rubrica é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
<b>Saldo inicial</b>	408 600	56 823
Alienações	( 10 534)	( 3 532)
Aquisições	43 140	23 123
Resultado de associadas	34 085	10 770
Reserva de justo valor de associadas <b>(a)</b>	( 24 063)	-
Dividendos recebidos	( 33 249)	( 1 907)
Alteração de perímetro de consolidação <b>(b)</b>	-	314 654
Diferenças de câmbio e outras	( 5 064)	8 669
<b>Saldo final</b>	<b>412 915</b>	<b>408 600</b>

(a) Correspondente essencialmente à variação de reservas de justo valor da BES Vida.

(b) Conforme referido na Nota 1, em 2006 o Grupo alienou uma parte do capital das seguradoras BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A. e BES, Companhia de Seguros, S.A.. A entidade adquirente, Credit Agricole, passou a controlar 50% do capital e assumiu o controlo sobre a gestão das seguradoras. Nesta base, os investimentos passaram a ser registados nas contas da BESPARG pelo método da equivalência patrimonial.

A contabilização pelo método de equivalência patrimonial da participação financeira da BES Vida pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Situação líquida da BES Vida	272 854	329 285
Valor atribuível ao Grupo BESPARG (50%)	136 425	164 643
Goodwill reconhecido	133 718	133 718
Value in Force <sup>(a)</sup>		
Justo valor determinado na data da aquisição	30 478	30 478
Amortizações acumuladas	( 3 414)	( 1 236)
(das quais: do exercício)	( 2 178)	( 1 236)
Valor líquido	27 064	29 242
<b>Valor reconhecido em balanço relativo à BES Vida</b>	<b>297 207</b>	<b>327 603</b>

<sup>(a)</sup> O Value in force corresponde ao valor actual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição. Este valor, de acordo com os IFRS, é reconhecido como um activo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas.

**Nota 28 – Outros activos**

A rubrica Outros activos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
<b>Devedores e outras aplicações</b>		
Cauções prestadas pela realização de contratos de opções	208 910	176 707
Cauções prestadas pela realização de contratos de futuros	128 695	103 646
Devedores por bonificações de juros de crédito imobiliário	52 742	46 897
Contas caução	126 295	51 593
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	222 599	224 843
Sector público administrativo	42 498	40 148
Outros devedores diversos	143 995	144 935
	<u>925 734</u>	<u>788 769</u>
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	( 12 099)	( 9 298)
	<u><b>913 635</b></u>	<u><b>779 471</b></u>
<b>Outros activos</b>		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	13 423	36 055
Outros activos	45 023	32 527
	<u><b>58 446</b></u>	<u><b>68 582</b></u>
<b>Proveitos a receber</b>	<b>71 392</b>	<b>75 300</b>
<b>Despesas com custo diferido</b>	<b>111 273</b>	<b>84 115</b>
<b>Outras contas de regularização</b>		
Operações cambiais a liquidar	5 016	19 495
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	412 072	398 672
Outras operações a regularizar	92 242	84 558
	<u><b>509 330</b></u>	<u><b>502 725</b></u>
Activos recebidos em dação por recuperações de crédito	100 633	119 713
Perdas por imparidade para activos recebidos em dação	( 8 951)	( 10 652)
	<u><b>91 682</b></u>	<u><b>109 061</b></u>
<b>Pensões de reforma (ver Nota 12)</b>	<b>568 046</b>	<b>579 008</b>
	<u><b>2 323 804</b></u>	<u><b>2 198 262</b></u>

Em 31 de Dezembro de 2006 o valor referente a instalações descontinuadas incluído na rubrica de Outros activos ascendia a 5 486 milhares de euros (ver Nota 25), estes activos foram objecto de avaliação, tendo o Grupo registado uma perda por imparidade no valor de 799 milhares de euros.

A rubrica de despesas com custo diferido inclui em 31 de Dezembro de 2007 o montante de 79 823 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 54 024 milhares de euros) relativo à diferença entre o valor nominal dos empréstimos concedidos aos colaboradores do Grupo no âmbito do ACT para o sector bancário e o seu justo valor à data da concessão, calculado de acordo com o IAS 39. Este valor é reconhecido em custos durante o menor do prazo residual do empréstimo e o número de anos estimado de vida útil remanescente do colaborador.

As operações sobre valores mobiliários a regularizar reflectem as operações realizadas com títulos, registadas na *trade date*, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, a aguardar liquidação.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
<b>Saldo inicial</b>	19 950	18 668
Dotações	3 967	4 549
Utilizações	-	( 611)
Reversões	( 442)	( 2 371)
Alteração de perímetro de consolidação	-	( 161)
Outros <sup>(a)</sup>	( 2 425)	( 124)
<b>Saldo final</b>	<b>21 050</b>	<b>19 950</b>

<sup>(a)</sup> Inclui imparidade transferida para Activos não correntes detidos para venda, no momento em que os activos foram também transferidos, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.11 (ver Nota 24).

#### Nota 29 – Recursos de outras instituições de crédito

A rubrica Recursos de outras instituições financeiras é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
<b>No país</b>		
Empréstimos	1 177 432	992 678
Mercado monetário interbancário	37 814	120 915
Depósitos	101 201	149 872
Recursos a muito curto prazo	37 353	13 702
Operações com acordo de recompra	1 571	1 352
Outros recursos	5 599	23 581
	<b>1 360 970</b>	<b>1 302 100</b>
<b>No estrangeiro</b>		
Depósitos	2 867 043	2 366 230
Empréstimos	2 120 707	2 526 197
Recursos a muito curto prazo	241 620	88 923
Operações com acordo de recompra	497 507	516 700
Outros recursos	109 868	128 085
	<b>5 836 745</b>	<b>5 626 135</b>
	<b>7 197 715</b>	<b>6 928 235</b>

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2007

Em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica inclui 386 997 milhares de euros de recursos registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 23).

O escalonamento dos Recursos de outras instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Até 3 meses	3 634 217	2 783 657
De 3 meses a um ano	1 055 290	2 181 269
De um a cinco anos	1 729 939	1 731 504
Mais de cinco anos	778 269	231 805
	<b>7 197 715</b>	<b>6 928 235</b>

### Nota 30 – Recursos de clientes

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
<b>Depósitos à vista</b>		
Depósitos à ordem	9 938 379	9 565 573
<b>Depósitos a prazo</b>		
Depósitos a prazo	9 281 688	7 803 458
Depósitos com pré-aviso	876	514
Outros	28 293	1 868
	<b>9 310 857</b>	<b>7 805 840</b>
<b>Depósitos de poupança</b>		
Reformados	121 998	182 535
Outros	1 912 976	1 956 924
	<b>2 034 974</b>	<b>2 139 459</b>
<b>Outros recursos</b>		
Operações com acordo de recompra	1 426 814	1 452 259
Outros	1 062 136	1 026 279
	<b>2 488 950</b>	<b>2 478 538</b>
	<b>23 773 160</b>	<b>21 989 410</b>

Esta rubrica inclui 191 345 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 55 899 milhares de euros) de depósitos registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 23).

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
<b>Exigível à vista</b>	9 938 379	9 565 573
<b>Exigível a prazo</b>		
Até 3 meses	9 470 236	9 189 602
De 3 meses a um ano	2 344 846	2 435 123
De um a cinco anos	626 063	714 047
Mais de cinco anos	1 393 636	85 065
	<b>13 834 781</b>	<b>12 423 837</b>
	<b>23 773 160</b>	<b>21 989 410</b>

### Nota 31 – Responsabilidades representadas por títulos

As Responsabilidades representadas por títulos decompõem-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
<i>Euro Medium Term Notes</i> (EMTN) <sup>a)</sup>	11 029 443	8 980 124
Obrigações de caixa	5 913 198	4 905 583
Certificados de depósitos	5 899 817	4 737 685
Outros <sup>a)</sup>	1 471 133	407 077
	<b>24 313 591</b>	<b>19 030 469</b>

a) Em 31 de Dezembro de 2007, as rubricas de EMTN e de Outros incluem 200,4 milhões de euros e 681,9 milhões de euros, respectivamente, de *extendible notes*.

O justo valor da carteira de Débitos representados por títulos encontra-se apresentada na Nota 42.

Durante o exercício de 2007 o Grupo procedeu à emissão de 8 351,4 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 5 650,6 milhões de euros) de títulos, tendo sido reembolsados 3 202,1 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 1 695,2 milhões de euros).

A duração residual de Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Até 3 meses	5 784 477	3 735 843
De 3 meses a um ano	3 904 911	3 293 593
De um a cinco anos	9 061 863	8 267 290
Mais de cinco anos	5 562 340	3 733 743
	<b>24 313 591</b>	<b>19 030 469</b>

# CONTAS CONSOLIDADAS – 2007

As características essenciais destes recursos, para o Grupo, são como segue:

							(milhares de euros)
							31.12.2007
Entidade	Descrição	Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro	
BES	Certificados de depósito	EUR	2007	462 587	2008	3,00% - 5,60%	
BES	Certificados de depósito	a) EUR	2007	2 724	2008	c)	
BES	Certificados de depósito	USD	2007	18 171	2008	4,37% - 5,40%	
BES (sucursal de Londres)	Certificados de depósito	EUR	2007	968 700	2008	4,13% - 4,87%	
BES (sucursal de Londres)	Certificados de depósito	GBP	2007	1 385 421	2008	5,51% - 6,72%	
BES (sucursal de Londres)	Certificados de depósito	USD	2007	1 787 243	2008	4,79% - 5,47%	
BES (sucursal de Londres)	Certificados de depósito	CAD	2007	41 525	2008	4,70%	
BES (sucursal de Londres)	Certificados de depósito	SEK	2007	47 662	2008	4,47%	
BES (sucursal de Londres)	Certificados de depósito	CHF	2007	18 432	2008	2,79%	
BES (sucursal de Nova Iorque)	Certificados de depósito	USD	2006 - 2007	670 613	2008	4,41% - 5,53%	
BES	BES Rendimento Mais – 1ª Série	EUR	2000	10 801	2008	Taxa fixa - 5,80%	
BES	BES Rendimento Mais – 2ª Série	EUR	2000	4 948	2008	Taxa fixa - 5,95%	
BES	BES Rendimento Mais – 3ª Série	EUR	2000	6 865	2008	Taxa fixa - 8,07%	
BES	BES Rendimento Mais – 4ª Série	EUR	2000	7 117	2008	Taxa fixa - 8,14%	
BES	BES Rendimento Mais – 5ª Série	EUR	2000	5 142	2008	Taxa fixa - 8,05%	
BES	BES EURO RENDA Agosto 2001	EUR	2001	15 000	2009	Taxa fixa - 5,53%	
BES	BES Euro Renda	EUR	2002	22 306	2010	Taxa fixa - 5,39%	
BES	BES TARGET 10%	EUR	2005	4 776	2013	Taxa fixa - 5,00%	
BES	BES FEV 2009	EUR	2006	6 500	2009	Taxa fixa - 4,00%	
BES	BIC 99 - 3ª emissão	EUR	1999	24 000	2008	Euribor 6 meses + 0,65%	
BES	BIC EURO VALOR	EUR	2005	19 768	2010	l)	
BES	BIC SNOWBL ABR0	EUR	2005	21 059	2012	l)	
BES	BES 12/01/2009	a) USD	2005	634	2009	US Libor 6 meses	
BES	BES 4% DJAL	a) EUR	2006	5 444	2008	4% (50%) + DJ Eurostoxx 50 (50%)	
BES	BES BRIC MAR.06	a) EUR	2006	5 736	2009	d)	
BES	BES CHINA FEV05	a) EUR	2005	8 165	2008	FSTE/Xinhua China 25 Index	
BES	BES COMMODIT 7%	a) EUR	2003	1 744	2014	Taxa fixa - 7,00%	
BES	BES CR_JAP-O PL	a) EUR	2006	4 798	2009	Nikkei 225	
BES	BES ER 4% ABR05	a) EUR	2005	2 009	2013	Taxa fixa 4,08% no 1º, 2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.	
BES	BES ER 4% ABR05	a) EUR	2005	1 511	2013	Taxa fixa 4,14% no 1º, 2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.	
BES	BES ER3,75%0805	a) EUR	2005	2 202	2013	Taxa fixa 3,85% no 1º, 2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.	
BES	BES TARGET 9%	a) EUR	2006	3 289	2010	Euribor 12 meses	
BES	BES TARGET 9% 2	a) EUR	2006	3 086	2010	Euribor 12 meses	
BES	BES-4,25% DJAL	a) EUR	2006	2 918	2008	4,25% (50%) + DJ Eurostoxx 50 (50%)	
BES	BES-CABAZ 2008	a) EUR	2003	9 992	2008	Cabaz de ações internacionais	
BES	BES-E.RENDA 4%	a) EUR	2005	7 484	2013	Taxa fixa 4,15% no 1º, 2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.	
BES	BES-IND.JUN.03	a) EUR	2003	1 040	2008	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500 + Nikkei 225	
BES	BES-IND.M.FEV03	a) EUR	2003	2 358	2008	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500 + Nikkei 225	
BES	BES-IND.MAIO 03	a) EUR	2003	2 955	2008	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500 + Nikkei 225	
BES	BES-LIBOR NOV04	a) USD	2004	557	2008	US Libor 6 meses	
BES	BES-T.14,5%MAIO	a) EUR	2004	4 741	2014	Euribor 12 meses	
BES	BES-TARG.14,5%A	a) EUR	2004	3 657	2014	Euribor 12 meses	
BES	BES-V.SEG.ABR03	a) EUR	2003	2 443	2008	DJ Eurostoxx 50 + HICP Ex-Tobacco	
BES	BES.LIBOR INV04	a) USD	2004	650	2009	US Libor 3 meses	
BES	BIC E.RENDA 4%	a) EUR	2005	2 619	2013	Taxa fixa 4,15% no 1º, 2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.	
BES	BES 4,125% 2010	EUR	2007	49 497	2010	Taxa fixa - 4,125%	
BES	BES DUE 2010	EUR	2007	400 153	2010	Euribor 3 meses + 0,09%	
BES	BES DUE 2012	EUR	2007	999 266	2012	Euribor 3 meses + 0,10%	
BES	BES JAP-O.FEV07	a) EUR	2007	5 809	2010	Nikkei 225	
BES	BES BRIC MAR.07	a) EUR	2007	9 992	2010	S&P BRIC 40 EUR Price Return	
BES	BES DUE 2013	EUR	2007	499 868	2013	Euribor 3 meses + 0,125%	
BES	BES DUE MAIO 10	EUR	2007	499 623	2010	Euribor 3 meses + 0,07%	
BES	BES ENALT.2010	a) EUR	2007	4 810	2010	DAX Global Alternative Energy EUR Price Return	
BES	BES DUE JUN 14	EUR	2007	499 796	2014	Euribor 3 meses + 0,15%	
BES	BES INF. ESTR.07	a) EUR	2007	1 938	2009	Indexada a cabaz de ações (Brisa, Abertis, REW e E.On)	
BES	BES DUE SET.08	b) EUR	2007	200 000	2008	Indexada a Euribor 1 mês + 0,04%	
BES (SFE)	BES I.EST. 07	a) EUR	2007	2 931	2009	Indexada a cabaz de ações (Brisa, Abertis, REW e E.On)	
BES (SFE)	BES SFE 27/11/2008	EUR	2003	45 078	2008	Taxa swap 10 anos EUR	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN 5,22%	USD	2001	34 858	2011	Taxa fixa - 5,22%	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN 5,22%	USD	2001	34 885	2011	Taxa fixa - 5,22%	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2002	55 366	2027	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,90%	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2002	91 225	2027	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,90%	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2002	116 395	2027	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,74%	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN 4,82% 01/28/13	USD	2003	53 645	2013	Taxa fixa - 4,82%	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN 4,83% 02/05/13	USD	2003	53 667	2013	Taxa fixa - 4,83%	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN 5,06% 02/11/15	USD	2003	53 364	2015	Taxa fixa - 5,06%	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2003	68 030	2028	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,50%	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN 5,01% 02/18/15	USD	2003	53 961	2015	Taxa fixa - 5,01%	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN 5,37% 03/12/18	USD	2003	50 948	2018	Taxa fixa - 5,37%	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 07/15/13	USD	2003	50 948	2013	StepUp (1º cupão 1,25%)	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 07/25/13	USD	2003	50 948	2013	StepUp (1º cupão 1,50%)	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 07/28/10	USD	2003	50 948	2010	StepUp (1º cupão 3,50%)	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2003	12 964	2028	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,75%	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 08/27/13	EUR	2003	75 700	2013	StepUp (1º cupão 3,00%)	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 09/02/13	EUR	2003	75 735	2013	StepUp (1º cupão 3,00%)	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 09/16/13	EUR	2003	75 000	2013	StepUp (1º cupão 2,90%)	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 10/07/13	EUR	2003	75 787	2013	StepUp (1º cupão 3,10%)	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2003	79 261	2028	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,81%	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - FIXED NOTE	EUR	2003	22 643	2013	Cupão único e pago à cabeça	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 02/02/17	USD	2004	33 965	2017	StepUp (1º cupão 1,87%)	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 02/11/19	USD	2004	33 965	2019	StepUp (1º cupão 1,78%)	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - FIXED NOTE	EUR	2004	26 140	2014	Cupão único e pago à cabeça	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - FIXED NOTE	EUR	2004	26 140	2014	Cupão único e pago à cabeça	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - FIXED NOTE	EUR	2004	6 261	2014	Cupão único e pago à cabeça	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - FIXED NOTE	EUR	2004	5 218	2014	Cupão único e pago à cabeça	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 07/21/14	USD	2004	50 949	2014	StepUp (1º cupão 2,07%)	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - 4% Mais R.E.	a) EUR	2004	4 415	2009	Euribor 6 meses	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - 4% Mais R.E.	a) EUR	2004	1 601	2009	Euribor 6 meses	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - 4% Mais R.E.	a) EUR	2004	527	2009	Euribor 6 meses	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - BES Libor 4%	USD	2005	648	2008	Euribor 6 meses + 0,51%	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - BES Libor 4%	USD	2005	775	2008	Taxa fixa - 4,00%	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 06/30/08	USD	2005	1 470	2008	StepUp (1º cupão 4,00%)	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 07/11/08	USD	2005	1 512	2008	StepUp (1º cupão 3,60%)	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 08/08/08	USD	2005	1 453	2008	StepUp (1º cupão 3,60%)	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 08/09/08	USD	2005	584	2008	StepUp (1º cupão 3,75%)	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 10/14/08	USD	2005	1 209	2008	StepUp (1º cupão 3,75%)	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 11/10/08	USD	2005	1 284	2008	StepUp (1º cupão 3,75%)	
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 12-15-08	USD	2005	1 408	2008	StepUp (1º cupão 4,25%)	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 1 2001	EUR	2001	49 999	2008	Taxa fixa - 5,48%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 2 2001	EUR	2001	49 983	2011	Taxa fixa - 5,68%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 3 2001	EUR	2001	49 999	2008	Taxa fixa - 5,40%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 4 2001	EUR	2001	49 998	2008	Taxa fixa - 5,46%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 5 2001	EUR	2001	49 998	2008	Taxa fixa - 5,48%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 6 2001	EUR	2001	49 992	2009	Taxa fixa - 5,43%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 7 2001	EUR	2001	49 991	2009	Taxa fixa - 5,41%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 8 2001	EUR	2001	49 991	2009	Taxa fixa - 5,45%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 9 2001	EUR	2001	49 991	2009	Taxa fixa - 5,42%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 10 2001	EUR	2001	49 986	2010	Taxa fixa - 5,53%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 11 2001	EUR	2001	49 986	2010	Taxa fixa - 5,57%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 12 2001	EUR	2001	49 986	2010	Taxa fixa - 5,58%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 13 2001	EUR	2001	49 986	2010	Taxa fixa - 5,73%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 14 2001	EUR	2001	49 981	2011	Taxa fixa - 5,80%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 15 2001	EUR	2001	50 249	2011	Taxa fixa - 5,79%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 16 2001	EUR	2001	50 236	2011	Taxa fixa - 5,80%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 17 2001	EUR	2001	50 293	2012	Taxa fixa - 5,89%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 18 2001	EUR	2001	49 978	2012	Taxa fixa - 5,83%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 19 2001	EUR	2001	49 978	2012	Taxa fixa - 5,96%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 20 2001	EUR	2001	49 978	2012	Taxa fixa - 5,94%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 21 2001	EUR	2001	49 975	2013	Taxa fixa - 6,03%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 22 2001	EUR	2001	74 962	2013	Taxa fixa - 6,08%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 23 2001	EUR	2001	75 401	2013	Taxa fixa - 6,03%	
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 24 2001	EUR	2001	74 958	2014	Taxa fixa - 6,01%	

CONTAS CONSOLIDADAS – 2007

(milhares de euros)

		31.12.2007				
Entidade	Descrição	Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 25 2001	EUR	2001	75 415	2014	Taxa fixa - 6,02%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 26 2001	EUR	2001	74 955	2015	Taxa fixa - 6,16%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 27 2001	EUR	2001	75 411	2015	Taxa fixa - 6,09%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 29 2001	EUR	2001	50 268	2011	Taxa fixa - 5,28%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 30 2001	EUR	2001	50 684	2011	Taxa fixa - 5,42%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 1 2002	EUR	2002	70 474	2012	Taxa fixa - 5,92%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 2 2002	EUR	2002	5 962	2012	Taxa fixa - 4,65%
BES Açores	Certificados de depósito	a) EUR	2007	123	2008	c)
BES Açores	BES Açores Outubro 2006	EUR	2006	25 000	2009	Euribor 6 meses + 0,35%
BES Açores	BES Açores Dezembro 2006	EUR	2006	32 223	2009	Euribor 6 meses + 0,35%
BES Açores	BES AÇORES 2007	EUR	2007	25 726	2010	Euribor 6 meses + 0,35%
BES Finance	EMTN 23	CZK	2003	18 777	2008	Taxa fixa - 3,75%
BES Finance	EMTN 24	a) EUR	2003	296 367	2008	HICP Ex-Tobacco
BES Finance	EMTN 25	a) EUR	2003	64 043	2008	HICP Ex-Tobacco
BES Finance	EMTN 27	a) EUR	2003	123 666	2008	DJ Eurostoxx 50
BES Finance	EMTN 29	EUR	2004	599 661	2009	Euribor 3 meses + 0,15%
BES Finance	EMTN 30	EUR	2004	299 611	2011	Euribor 3 meses + 0,20%
BES Finance	EMTN 33	EUR	2004	299 977	2008	Euribor 3 meses + 0,15%
BES Finance	EMTN 36	EUR	2004	599 890	2009	Euribor 3 meses + 0,19%
BES Finance	BEF 2005/2012	EUR	2005	21 000	2012	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,30%
BES Finance	EMTN 39	EUR	2005	100 000	2015	Euribor 3 meses + 0,23%
BES Finance	EMTN 41	EUR	2005	499 940	2010	Euribor 3 meses + 0,15%
BES Finance	EMTN 44	EUR	2005	299 860	2010	Euribor 3 meses + 0,13%
BES Finance	EMTN 46	EUR	2005	299 955	2008	Euribor 3 meses + 0,10%
BES Finance	EMTN 47	EUR	2005	500 000	2008	Euribor 3 meses + 0,05%
BES Finance	EMTN 40	a) EUR	2005	188 011	2035	e)
BES Finance	EMTN 48	EUR	2006	749 755	2011	Euribor 3 meses + 0,12%
BES Finance	EMTN 49	a) GBP	2006	76 592	2011	Libor 3 meses + 0,072%
BES Finance	EMTN 50	EUR	2006	299 999	2009	Euribor 3 meses + 0,11%
BES Finance	EMTN 51	CZK	2006	15 512	2011	Taxa fixa - 3,65%
BES Finance	EMTN 52	EUR	2006	499 861	2019	Euribor 3 meses + 0,15%
BES Finance	EMTN 54	EUR	2006	749 715	2009	Euribor 3 meses + 0,10%
BES Finance	Extendible Notes	b) USD	2007	116 840	2008	Libor 1 mês + 0,05% (Extendible notes)
BES Finance	Extendible Notes	b) USD	2007	169 517	2008	Libor 1 mês + 0,05% (Extendible notes)
BES Finance	Extendible Notes	b) USD	2007	392 636	2008	Libor 1 mês + 0,05% (Extendible notes)
Besleasing e Factoring	BLI/99	EUR	1999	999	2009	Euribor 6 Meses + 0,70%
Besleasing e Factoring	BLI/2000	EUR	2000	1 667	2010	Euribor 6 Meses + 0,67%
Besleasing e Factoring	BEF 2004/2014	EUR	2004	99 988	2014	Euribor 6 Meses + 0,75%
Besleasing e Factoring	BEF 2005/2008	EUR	2005	120 754	2008	Euribor 3 Meses + 0,65%
Besleasing e Factoring	BEF 2005/2011	EUR	2005	100 000	2011	Euribor 3 Meses + 0,715%
Besleasing e Factoring	BEF 2005/2012	EUR	2005	81 000	2012	Euribor 3 Meses + 0,73%
Besleasing e Factoring	BEF 2005/2010	EUR	2005	49 991	2010	Euribor 6 Meses + 0,70%
Besleasing e Factoring	Papel comercial	EUR	1998	28 000	2010	4,50%
Besleasing e Factoring	Papel comercial	EUR	2006	20 000	2011	4,74%
BESNAC LLC	Papel comercial	USD	2007	217 377	2008	4,69% - 5,28%
ES Plc	Papel comercial	EUR	2007	193 103	2008	4,55% - 4,94%
BESIL	BESIL STEP UP 08/27/13	EUR	2003	25 000	2013	Taxa fixa - 4,75%
BESIL	BESIL STEP UP 09/02/13	EUR	2003	25 000	2013	Taxa fixa - 4,74%
BESIL	BESIL STEP UP 09/16/13	EUR	2003	25 000	2013	Taxa fixa - 4,84%
BESIL	BESIL STEP UP 10/07/13	EUR	2003	25 000	2013	Taxa fixa - 4,84%
BESIL	BESIL STEP UP 02/02/17	USD	2004	16 983	2017	Taxa fixa - 5,42%
BESIL	BESIL STEP UP 02/11/19	USD	2004	16 983	2019	Taxa fixa - 5,37%
BESIL	BESIL STEP UP 07/21/14	USD	2004	16 983	2014	Taxa fixa - 6,06%
BESIL	BESIL LTD 5.41% 21/07/14	USD	2004	67 930	2014	Taxa fixa - 5,41%
BESIL	BESIL LTD 5.7065% 11/02/19	USD	2004	50 947	2019	Taxa fixa - 5,7065%
BESIL	BESIL LTD 5.515% 02/02/17	USD	2004	50 947	2017	Taxa fixa - 5,515%
BESI	Certificados de depósito	BRL	2007	411 879	2008 - 2009	0,00% - 10,94%
BESI	BESI CAIXA (BEST) TX F JUN08 PLUS	EUR	2004	3 346	2008	Snowball I)
BESI	BESI CAIXA (BEST) TX FIXA	EUR	2004	218	2008	Taxa Fixa Crescente
BESI	BESI RENDIM PLUSII TX VAR AGO08	EUR	2004	1 119	2008	Snowball I)
BESI	BESI CAIXA BEST ACCOES EUROPA 4%	a) EUR	2005	2 500	2010	j)
BESI	BESI MULTISTRATEGIA MAR2010	a) EUR	2005	2 537	2010	k)
BESI	BESI OBRIG RENDIMENT 20% MAY2015	EUR	2005	2 298	2015	Taxa Fixa 5% + Indexada a CMS
BESI	BESI OBRIG BULLBEAR JUN10	a) EUR	2005	1 451	2010	Indexada a DJ Eurostoxx 50
BESI	BESI CX RANGE ACCR AND FX NOV11	EUR	2005	4 110	2011	q)
BESI	BESI OBCX R ACCRUAL TARN MAR2016	EUR	2006	2 982	2016	Taxa Fixa 6% + Range Accrual
BESI	BESI OB CX RENDIM STEP UP APR14	EUR	2006	3 280	2014	Taxa Fixa Crescente
BESI	BESI CAIXA 6.15% NIKKEI JAN2011	a) EUR	2006	3 982	2011	Indexada a Nikkei 225
BESI	BESI CERT DUAL5%+SXSE JUN09	a) EUR	2006	2 331	2009	Taxa Fixa 5% + Indexada a DJ Eurostoxx 50
BESI	BESI VMOP OREY JUN2009	EUR	2006	7 446	2009	Taxa Fixa 14,75%
BESI	BESI CERT DUALREND+EUSTOXX AUG14	a) EUR	2006	3 018	2014	Taxa Fixa 6.6743% + Indexada a DJ Eurostoxx 50
BESI	BESI CERT INDEX BASKET JUL2008	a) EUR	2006	10 235	2008	s)
ES Investment Plc	ES INVESTPLC SEP09 EURIBOR CAPII	EUR	1999	2 541	2009	Euribor 6M (Capped 8%)
ES Investment Plc	ESIP APR11 INDX BASQ LINQ 90%	a) EUR	2003	6 328	2017	Taxa Fixa 6% + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP JUL03/JUL11 LINKED CMS	a) EUR	2003	14 607	2011	Taxa Fixa + Indexada a CMS+CLN
ES Investment Plc	ESIP NOV2011 CMS LINKED EUR 5M	EUR	2003	4 945	2011	Taxa Fixa + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP DEC2011 CMS LINKED EUR 6.5M	EUR	2003	6 358	2011	Taxa Fixa + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP JUL2012 CMS LINKED EUR 5.5M	EUR	2004	5 435	2012	Taxa Fixa + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP OUT24 ESFP LINKED CMS NOTE	EUR	2004	10 013	2024	Taxa Fixa + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP EURCRE CRDLINK NOV09	a) EUR	2004	3 538	2009	g)
ES Investment Plc	ESIP CMS LINKED NOV2014	EUR	2004	4 653	2014	Taxa Fixa 6% + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP EUR SNOWBALL FLOAT NOV2012	EUR	2004	4 921	2012	Taxa Fixa + Snowball I)
ES Investment Plc	ESIP JAN01/JAN11 CRDLINK USD 11.85	a) USD	2001	2 164	2011	Taxa Fixa 5% + Indexada a Evento de Crédito
ES Investment Plc	ESIP EUR SNOWBALL FLOAT FEB2010	EUR	2005	57	2010	Taxa Fixa + Snowball I)
ES Investment Plc	ESIP EUR SNOWB FLOAT FEB2010 II	EUR	2005	145	2010	Taxa Fixa + Snowball I)
ES Investment Plc	ESIP EUR SNOWBALL FLOAT APR2010	EUR	2002	795	2010	Taxa Fixa + Snowball I)
ES Investment Plc	ESIP EUR12M+14 BPS APR2008	EUR	2005	15 000	2008	Euribor 12 meses
ES Investment Plc	ESIP AMORTIZING MAY2010 ESTOXX50	a) EUR	2005	1 289	2010	Indexada ao DJ Eurostoxx 50
ES Investment Plc	ESIP ASIAN BASKET EURO MAY2008	a) EUR	2005	140	2008	h)
ES Investment Plc	ESIP CALL RANGE ACCRUAL MAY2015	EUR	2005	2 313	2015	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP RANGE ACCRUAL JUN15	EUR	2005	168	2015	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP RANGE ACCRUAL AUG2013	EUR	2005	3 685	2013	Taxa Fixa 4,75% + Range accrual
ES Investment Plc	ESIP BESLEAS&INFLAT LINK MAY15	a) EUR	2005	6 525	2015	Indexada a HICP Ex-Tobacco + g)
ES Investment Plc	ESIP EURIBOR 12M+13 BP MAY2008	EUR	2005	8 100	2008	Euribor 12M
ES Investment Plc	ESIP EUR LEVERAGE SNOWBALL JUL15	EUR	2005	1 485	2015	Taxa Fixa + Snowball I)
ES Investment Plc	ESIP AGO05 AGO08 FTD USD 1M	a) USD	2005	605	2008	l)
ES Investment Plc	ESIP AGO05 SEP3S CALLABLE INV FL	EUR	2005	8 551	2035	Euribor 12 meses + p)
ES Investment Plc	ESIP SEP17 RANGE ACC TARN	EUR	2005	1 871	2017	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP EURBRL LNQ NOTE SEP13	a) EUR	2005	2 466	2013	Taxa Fixa 15% + Indexada a Câmbio
ES Investment Plc	ESIP LEVERAGE SNOWBALL SEP2015	EUR	2005	4 449	2015	Taxa Fixa + Snowball I)
ES Investment Plc	ESIP CALL RANGE ACCRUAL OCT2008	EUR	2005	6 085	2008	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP CALL RANGE ACCRUAL NOV2017	EUR	2005	867	2017	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP HYBRID (FX AND EUR6M) OCT09	a) EUR	2005	3 445	2009	Taxa Fixa + q)
ES Investment Plc	ESIP 30CMS-2CMS LKD NOTE NOV2036	EUR	2005	10 725	2036	Taxa Fixa 7,44% + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP RANGE ACCRUAL AND FX NOV11	EUR	2005	76	2011	r)
ES Investment Plc	ESIP ZERO COUPON DEC08	EUR	2005	1 929	2008	Cupão Zero
ES Investment Plc	ESIP INDEX BASKET LINKED APR2008	a) EUR	2006	7 472	2008	n)
ES Investment Plc	ESIP EUR12M+16 BP APR2016	EUR	2006	3 995	2016	Euribor 12M
ES Investment Plc	ESIP CALLABLE EUR SNOWBALL MAY10	EUR	2006	2 671	2010	Taxa Fixa + Snowball I)
ES Investment Plc	ESIP CALLABLE EUR FLIPPER MAY11	EUR	2006	4 914	2011	Taxa Fixa + Cupão Variável
ES Investment Plc	ESIP IDX BSKT LINKED AUG2009 EUR	a) EUR	2006	1 923	2009	n)
ES Investment Plc	ESIP IDX BSKT LINKED AUG2009 USD	a) USD	2006	553	2009	n)
ES Investment Plc	ESIP PORTUGAL TELECOM FIN LINKED	a) EUR	2006	8 699	2012	g)
ES Investment Plc	ESIP 5% EUR6M DIGITAL SEP2011	EUR	2006	1 461	2011	r)
ES Investment Plc	ESIP INDEX BASKET LINKED SEP2011	a) EUR	2006	6 905	2011	o)
ES Investment Plc	ESIP FX BASKET LINKED MAR2008	a) USD	2006	1 853	2008	Indexada a Câmbio
ES Investment Plc	ESIP EURTRY LINKED NOV2009	a) EUR	2006	2 112	2009	Indexada a Câmbio
ES Investment Plc	ESIP NOV09 STOCK BASKET LKD USD	a) USD	2006	1 679	2009	i)
ES Investment Plc	ESIP RANGE ACCRUAL USD NOV2021	USD	2006	5 637	2021	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP USD RANGE ACCRUAL NOV2021	USD	2006	3 367	2021	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP 4% MAY 2008	EUR	2006	24 908	2008	Taxa Fixa 4%

# CONTAS CONSOLIDADAS – 2007

(milhares de euros)

Entidade	Descrição	Moeda	31.12.2007				Taxa de juro
			Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade		
ES Investment Plc	ESIP JUN08 STOCK BASKET LKD	a) EUR	2006	4 191	2008	t)	
ES Investment Plc	ESIP 4.08% COMPOUND JUN2008	EUR	2006	14 930	2008	Taxa Fixa 4.08%	
ES Investment Plc	ESIP EUR3M+9BPS JAN2009	EUR	2007	199 941	2009	Euribor 3M	
ES Investment Plc	ESIP 1% DEC2011	EUR	2006	4 380	2011	Taxa Fixa 1%	
ES Investment Plc	ESIP JAN2010 INDEX BASKET LKD	a) EUR	2007	1 018	2010	k)	
ES Investment Plc	ESIP JAN2017 INDEX BASKET LKD	a) EUR	2007	6 596	2017	k)	
ES Investment Plc	ESIP 4.1094% JAN2008	EUR	2007	111 341	2008	Taxa Fixa 4.1094%	
ES Investment Plc	ESIP FEB2008 INDEX BASKET LKD	a) USD	2007	6 543	2008	u)	
ES Investment Plc	ESIP CIMFOR FIN CRD LKD MAY2011	a) EUR	2007	13 994	2011	g)	
ES Investment Plc	ESIP FEB2012 DEUTSCHE BANK LKD	a) EUR	2007	5 389	2012	Indexada a Deutsche Telecom	
ES Investment Plc	ESIP FX EURUSD LINKED MAR2008	a) EUR	2007	1 401	2008	Indexada a Câmbio	
ES Investment Plc	ESIP MAR08 REPSOL LINKED	a) EUR	2007	1 591	2008	Indexada a Repsol	
ES Investment Plc	ESIP JUL2010 EQUITY BASKET LKD	a) EUR	2007	1 692	2010	v)	
ES Investment Plc	ESIP 5% RANGE ACCRUAL APR2008	EUR	2007	1 001	2008	Range accrual	
ES Investment Plc	ESIP 5.5% RANGE ACCRUAL OCT2008	EUR	2007	1 010	2008	Range accrual	
ES Investment Plc	ESIP APR08 BBVA LINKED	a) EUR	2007	995	2008	Indexada a BBVA	
ES Investment Plc	ESIP EURIBOR12M APRIL2009	EUR	2007	15 000	2009	Euribor 12M	
ES Investment Plc	ESIP MAY12 EQUIT BASKT ENERGY	a) EUR	2007	6 635	2012	ag)	
ES Investment Plc	ESIP 5.95% JUL2008	EUR	2007	984	2008	Taxa Fixa 5.95%	
ES Investment Plc	ESIP MAY08 NOKIA LINKED REVERSE	a) EUR	2007	2 437	2008	Indexada a NOKIA	
ES Investment Plc	ESIP MAY2009 TOPIX LINKED	a) EUR	2007	3 308	2009	Indexada a Topix	
ES Investment Plc	ESIP JUN2012 BASKET LINKED	a) EUR	2007	1 068	2012	x)	
ES Investment Plc	ESIP MAY14 EQUIT BASKT LINKED	a) USD	2007	3 013	2014	y)	
ES Investment Plc	ESIP ZERO COUPON 05 DEC 2008	EUR	2007	31 922	2008	Cupão Zero	
ES Investment Plc	ESIP JUN2011 INDEX BASKET LKD	a) EUR	2007	5 854	2011	w)	
ES Investment Plc	ESIP JUN2011 INDEX BASKET LINKED	a) EUR	2007	15 659	2011	z)	
ES Investment Plc	ESIP JUL2012 LUSITANO BSK LINKED	a) EUR	2007	4 457	2008	af)	
ES Investment Plc	ESIP ZERO COUPON JUN2008	EUR	2007	114 534	2008	Cupão Zero	
ES Investment Plc	ESIP JUL2009 SXSE LINKED	EUR	2007	1 498	2009	Indexada a Eurostoxx50	
ES Investment Plc	ESIP AUG2009 EQL BASKET	EUR	2007	1 998	2009	aa)	
ES Investment Plc	ESIP 7% RANGE ACC SEPTEMBER2017	USD	2007	3 022	2017	Range accrual	
ES Investment Plc	ESIP 5.12% RANGE ACC SEP2008	EUR	2007	1 057	2008	Range accrual	
ES Investment Plc	ESIP EURTRY LINKED OCT2012	EUR	2007	4 731	2012	Indexada a Câmbio	
ES Investment Plc	ESIP 5.50% RANGE ACCRUAL OCT2008	EUR	2007	1 060	2008	Range accrual	
ES Investment Plc	ESIP WHEAT+CORN LINKED OCT2008	EUR	2007	2 129	2008	Commodity Linked	
ES Investment Plc	ESIP APR2009 WRC BZ SHARE LKD 3	EUR	2007	3 233	2009	ac)	
ES Investment Plc	ESIP 23OCT2008 ESTOXX50 LINKED	EUR	2007	6 463	2008	Indexada a Eurostoxx50	
ES Investment Plc	ESIP METAL INVESTMENT OCT2012	EUR	2007	3 036	2012	Commodity Linked	
ES Investment Plc	ESIP ZERO COUPON JUN2008	EUR	2007	2 871	2009	Range accrual	
ES Investment Plc	ESIP 5.25% SWITCHABLE RA OCT2009	EUR	2007	1 498	2009	Range accrual	
ES Investment Plc	ESIP 4.804% OCT2008	EUR	2007	182 500	2008	Taxa Fixa 4.804%	
ES Investment Plc	ESIP NOV08 FX BASKET LINKED USD	USD	2007	637	2008	Indexada a Câmbio	
ES Investment Plc	ESIP MAY2009 WRC BZ SHARE LKD	EUR	2007	998	2009	ac)	
ES Investment Plc	ESIP CALL COMPOUND COUPON NOV37	EUR	2007	3 017	2037	Juro composto	
ES Investment Plc	ESIP CMS LINKED JUN2019	EUR	2007	20 150	2019	Taxa Fixa + Indexada a CMS	
ES Investment Plc	ESIP JUN2009 WRC BZ SHARE LKD 2	USD	2007	3 393	2009	ac)	
ES Investment Plc	ESIP DEC08 DT LINKED REVERSE	EUR	2007	3 771	2008	Indexada a Deutsche Telecom	
ES Investment Plc	ESIP JUN2009 WRC BZ SHARE LKD 3	EUR	2007	2 419	2009	ac)	
ES Investment Plc	ESIP DEC2011 BBVA POP LINKED	EUR	2007	3 182	2011	Indexada a BBVA e Banco Popular	
ES Investment Plc	ESIP ZERO COUPON JAN2008	EUR	2007	17 000	2008	Cupão Zero	
ES Investment Plc	ESIP BCP FIN CRD LKD JUN2008	EUR	2007	20 049	2008	g)	
ES Investment Plc	ESIP ZERO COUPON JUN2008 2	EUR	2007	29 375	2008	Cupão Zero	
ES Investment Plc	ESIP JUN2009 WRC BZ SHARE LKD	USD	2007	470	2009	ad)	
ES Investment Plc	ESIP MAR08 CIT LINKED REVERSE	USD	2007	1 670	2008	Indexada a Citigroup	
ES Investment Plc	ESIP JUN2009 WRC SHARE LKD	USD	2007	867	2009	ae)	
ES Investment Plc	ESIP BCP FIN CRD LKD DEC2015	EUR	2007	4 374	2015	g)	
ES Investment Plc	ESIP ML CRD LKD DEC2008	USD	2007	10 163	2008	g)	
ES Investment Plc	ESIP DEC2010 CLOQUET MSCI BRAZIL	USD	2007	1 286	2010	Indexada a MSCI Brasil	
ES Investment Plc	ESIP DEC2015 BASKET LINKED	EUR	2007	3 091	2015	ab)	
ES Investment Plc	ESIP JUN2009 WRC BZ SHARE LKD 4	USD	2007	1 729	2009	ac)	
Lusitano Mortgages n.º 6	Class A Mortgage Backed Floating Rate Notes	EUR	2007	892 749	2060	Euribor + 0,20%	
Lusitano Mortgages n.º 6	Class B Mortgage Backed Floating Rate Notes	EUR	2007	65 450	2060	Euribor + 0,30%	
Lusitano Mortgages n.º 6	Class C Mortgage Backed Floating Rate Notes	EUR	2007	41 800	2060	Euribor + 0,45%	
Lusitano Mortgages n.º 6	Class D Mortgage Backed Floating Rate Notes	EUR	2007	17 600	2060	Euribor + 0,85%	
Lusitano Mortgages n.º 6	Class E Mortgage Backed Floating Rate Notes	EUR	2007	31 900	2060	Euribor + 2,70%	
Lusitano SME n.º 1	Class A asset backed floating rate notes	EUR	2006	759 525	2028	Euribor + 0,15%	
Lusitano SME n.º 1	Class B asset backed guaranteed floating rate notes	EUR	2006	40 974	2028	Euribor + 0,05%	
Lusitano SME n.º 1	Class C asset backed floating rate notes	EUR	2006	34 073	2028	Euribor + 2,20%	
				<b>24 038 940</b>			
Juro corrido				274 651			
				<b>24 313 591</b>			

a) passivos designados ao justo valor através de resultados

b) Extendible notes: emissões com vencimento a 1 ano, com opção por parte do detentor de prorrogação da maturidade por 1 ano adicional com aumento do spread, até um máximo de 5 anos

c) Indexado a cabaz composto pelas ações Continental AG, Accor, KPN NV e Vivendi

d) Indexado a cabaz composto pelos índices Nifty India + RDX Russia + HK Hang Seng + Bovespa

e) Indexado do 1º ao 4º ano a taxa fixa 6,00% e indexado à taxa swap após 4º ano

f) indexado a cabaz composto pelos índices EUGATR, Eurostoxx 50, Short EUR/Long USD, Goldman Sachs Commodity Index Excess Return

g) Indexado a risco de crédito

h) Indexado a cabaz composto pelos índices Nifty India Index, REX Russia Index e China HSCE Index

i) Indexado a cabaz composto pelos índices DJ Eurostoxx 50; Standard & Poors 500 e Nasdaq 100

j) Indexado a cabaz composto pelas ações Altadis, Deutsche Bank, Deutsche Telecom, Inditex, Nokia, Banco Popular

k) Indexado a cabaz composto pelos índices Dow Jones Eurostoxx 50, S&P 500 e Nikkei 225

l) Indexado a Cupão Anterior + Spread - Euribor

m) Indexado a cabaz composto pelos índices DJ Eurostoxx 50, S&P 500, Nasdaq

n) Indexado a cabaz composto pelos índices S&P 500 e Nikkei

o) Indexado a cabaz composto pelos índices DJ Eurostoxx 50, S&P 500, Nasdaq, Hang Seng e Topix

p) Indexado a Reverse Floater

q) Indexado a Câmbio e Taxa de Juro

r) Indexado a Taxa de Juro Digital

s) Indexado a cabaz composto pelos índices DJ Eurostoxx50, SP500, Nikkei 225, SP BRIC 40, HONGKONG HANG SENG, MSCI TAIWAN, MSCI SINGAPORE, KOREA STOCK EXCHANGE 200

t) Indexado a cabaz composto por ações ABN, BBVA, BSCH, BCP e COMMERZBANK

u) Indexado a cabaz composto pelos índices Topix, Hang Seng Index, Hang Seng China Enterprises Index e Nifty

v) Indexado a cabaz composto pelas ações AXA, Allianz e ING

w) Indexado a cabaz composto pelas ações EDP, Iberdrola, FPL Group, Gamesa, Vestas Wind Systems e Solarworld

x) Indexado a cabaz composto pelos índices DJ Eurostoxx 50, SP500 e Topix

y) Indexado a cabaz composto pelas ações BBVA e BSCH

z) Indexado a cabaz composto pelos índices DJ Eurostoxx 50, SP500, BOVESPA, iShares MSCI Pacific ex-Japan

aa) Indexado a cabaz composto pelos índices DJ Eurostoxx 50, SP500, TOPIX, BOVESPA, Hang Seng China

ab) Indexado a cabaz composto pelas ações BBVA, Credit Agricole e Fortis

ac) Indexado a cabaz composto pelas ações Petroleo Brasileiro, Banco Bradesco, Companhia de Vale de Rio Doce

ad) Indexado a cabaz composto pelas ações Petroleo Brasileiro, Banco Bradesco, Companhia de Vale de Rio Doce e Companhia Siderurgica Nacional

ae) Indexado a cabaz composto pelas ações Petroleo Brasileiro, Unibanco, Companhia de Vale de Rio Doce e Apple

af) Indexado a cabaz composto pelas ações BCP, EDP, Brisa e PT

ag) Indexado a cabaz composto pelas ações Marubeni Corp, Solarworld e VestasWind Systems

Esta rubrica inclui 1 101 126 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 987 318 milhares de euros) de recursos registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 23).

**Nota 32 – Provisões**

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

(milhares de euros)

	<b>Provisão para reestruturação</b>	<b>Outras Provisões</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2005</b>	<b>49 662</b>	<b>107 665</b>	<b>157 327</b>
Dotações	10 810	45 297	56 107
Utilizações	( 57 986)	( 4 342)	( 62 328)
Reversões	-	( 3 526)	( 3 526)
Transferências	( 800)	( 3 166)	( 3 966)
Alterações no perímetro de consolidação	-	( 3 513)	( 3 513)
Diferenças de câmbio e outras	-	( 219)	( 219)
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2006</b>	<b>1 686</b>	<b>138 196</b>	<b>139 882</b>
Dotações	23 437	7 024	30 461
Utilizações	( 848)	( 7 560)	( 8 408)
Reversões	( 74)	( 4 979)	( 5 053)
Diferenças de câmbio e outras	-	( 12 932)	( 12 932)
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>24 201</b>	<b>119 749</b>	<b>143 950</b>

Em Maio de 2006 procedeu-se à fusão da Crediflash – Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S.A. no Banco Espírito Santo, S.A., tendo sido preparado e aprovado um plano de reestruturação, no âmbito do qual foi constituída uma provisão de 10,8 milhões de euros para encargos com o referido processo. À data de 31 de Dezembro de 2007 encontra-se por utilizar 1,4 milhões de euros desta provisão.

Em Abril de 2007, no âmbito do processo de fusão do BESSA, e sua transformação em sucursal do BES, foi constituída uma provisão no valor de 23,4 milhões de euros para encargos com o referido processo. À data de 31 de Dezembro de 2007, encontram-se por utilizar 22,8 milhões de euros desta provisão.

As outras provisões, cujo valor ascende a 119 749 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 138 196 milhares de euros), visam a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrentes da actividade do Grupo, sendo as mais relevantes as seguintes:

- Contingências decorrentes do processo de permuta de acções do Banco Boavista Interatlântico, por acções do Bradesco, ocorrida durante o exercício de 2000. O Grupo constituiu provisões no valor de 38,6 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 25,9 milhões de euros) para cobertura de eventuais perdas com o referido processo;

- Contingências associadas a processos de falência de clientes que poderão implicar perdas para o Grupo. As provisões registadas com vista à cobertura destas perdas ascendem a cerca de 7,5 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2007 (31 de Dezembro de 2006: 9,8 milhões de euros);
- Contingências associadas a processos em curso relativos a matérias fiscais. Para fazer face a estas contingências, o Grupo mantém provisões de cerca de 52,4 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 51,4 milhões de euros); e
- O valor remanescente, de cerca de 21,2 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 50,4 milhões de euros), destina-se à cobertura de potenciais perdas decorrentes da actividade normal do Grupo tais como, entre outras, fraudes, roubos e assaltos e processos judiciais em curso.

### **Nota 33 – Impostos**

A Sociedade e as subsidiárias com sede em Portugal estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama. O cálculo do imposto corrente e diferido do exercício de 2007 e do imposto diferido de 2006 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, de acordo com a Lei nº 107-B/2003, de 31 de Dezembro, e a Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais). O cálculo do imposto corrente de 2006 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 27,5%.

As declarações de autoliquidação, da Sociedade e das subsidiárias com sede em Portugal ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Sociedade e das subsidiárias com sede em Portugal que, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)					
	Activo		Passivo		Líquido	
	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006
Instrumentos financeiros derivados	9 654	34 404	( 73 588)	( 50 183)	( 63 934)	( 15 779)
Activos financeiros disponíveis para venda	7 945	2 975	( 271 747)	( 181 856)	( 263 802)	( 178 881)
Crédito a clientes	101 770	62 800	-	-	101 770	62 800
Outros activos tangíveis	-	813	( 8 922)	( 9 692)	( 8 922)	( 8 879)
Activos intangíveis	197	1 051	-	-	197	1 051
Investimentos em subsidiárias e associadas	2 361	-	( 28 923)	( 22 648)	( 26 562)	( 22 648)
Provisões	24 025	28 332	( 4 327)	( 72)	19 698	28 260
Pensões	16 111	1 210	( 37 941)	( 46 971)	( 21 830)	( 45 761)
SAMS	21 812	21 263	-	-	21 812	21 263
Prémios de antiguidade	6 470	5 525	-	-	6 470	5 525
Outros	5 481	1 672	( 4 025)	( 2 652)	1 456	( 980)
Créditos fiscais resultantes de dupla tributação	-	19 958	-	-	-	19 958
Prejuízos fiscais reportáveis	1 690	45 168	-	-	1 690	45 168
<b>Imposto diferido activo/(passivo)</b>	<b>197 516</b>	<b>225 171</b>	<b>( 429 473)</b>	<b>( 314 074)</b>	<b>( 231 957)</b>	<b>( 88 903)</b>
Compensação de activos/passivos por impostos diferidos	( 173 570)	( 145 404)	173 570	145 404	-	-
<b>Imposto diferido activo/(passivo) líquido</b>	<b>23 946</b>	<b>79 767</b>	<b>( 255 903)</b>	<b>( 168 670)</b>	<b>( 231 957)</b>	<b>( 88 903)</b>

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
<b>Saldo inicial</b>	( 88 903)	31 533
Reconhecido em resultados	( 65 630)	( 49 522)
Reconhecido em reservas de justo valor	( 83 689)	( 42 901)
Reconhecido em outras reservas	7 771	5 343
Alteração de perímetro de consolidação	-	( 35 734)
Variação cambial e outros	( 1 506)	2 378
<b>Saldo final (Activo / (Passivo))</b>	<b>( 231 957)</b>	<b>( 88 903)</b>

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2007

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante os exercícios de 2007 e 2006 teve as seguintes origens:

	(milhares de euros)			
	31.12.2007		31.12.2006	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Instrumentos financeiros derivados	48 155	-	8 850	-
Activos financeiros disponíveis para venda	1 232	83 689	( 5 752)	42 901
Crédito a clientes	( 38 970)	-	( 14 289)	-
Outros activos tangíveis	43	-	( 1 861)	-
Activos intangíveis	854	-	4 046	-
Investimentos em subsidiárias e associadas	3 914	-	12 267	-
Provisões	8 562	-	( 802)	-
Pensões	( 18 918)	( 5 013)	( 10 738)	( 157)
SAMS	( 549)	-	( 809)	-
Prémios de antiguidade	( 945)	-	925	-
Outros	( 1 184)	( 2 758)	7 105	( 5 186)
Créditos fiscais resultantes de dupla tributação	19 958	-	( 1 246)	-
Prejuízos fiscais reportáveis	43 478	-	51 826	-
	<b>65 630</b>	<b>75 918</b>	<b>49 522</b>	<b>37 558</b>
Imposto Diferido				
Impostos Correntes	86 916	5 720	104 148	157
<b>Total do imposto reconhecido</b>	<b>152 546</b>	<b>81 638</b>	<b>153 670</b>	<b>37 715</b>

O imposto corrente reconhecido em reservas inclui 5 013 milhares de euros relativos a pensões de reforma e 372 milhares de euros relativos ao plano de incentivos baseado em acções.

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)			
	31.12.2007		31.12.2006	
	%	Valor	%	Valor
<b>Resultado antes de impostos e Interesses Minoritários</b>		<b>786 773</b>		<b>1 053 139</b>
Taxa de imposto da BESPAR	26,5		27,5	
Imposto apurado com base na taxa de imposto da BESPAR		208 495		289 613
Diferença na taxa de imposto das subsidiárias	(1,3)	( 9 913)	(0,9)	( 9 252)
Dividendos excluídos de tributação	(2,4)	( 19 105)	(0,6)	( 6 215)
Lucros em unidades com regime de tributação mais favorável	(4,9)	( 38 566)	(2,3)	( 23 990)
Mais-valias não tributadas	(1,6)	( 12 482)	(11,3)	( 119 284)
Menos-valias não dedutíveis	-	-	0,3	2 651
Mais-valias geradas no estrangeiro	-	-	1,3	14 000
Alterações de estimativas	2,4	18 566	(0,7)	( 7 089)
Alteração da taxa de imposto	-	-	0,3	3 554
Imposto diferido activo não reconhecido sobre prejuízos fiscais gerados no período	0,7	5 866	0,1	1 048
Resultado de associadas não sujeitos a tributação	(1,1)	( 8 455)	-	-
Custos não dedutíveis	0,6	4 487	0,6	6 693
Prejuízos fiscais utilizados relativamente aos quais não havia sido reconhecido imposto diferido activo	-	-	(0,2)	( 2 001)
Outros	0,5	3 653	0,4	3 942
	<b>19,4</b>	<b>152 546</b>	<b>14,6</b>	<b>153 670</b>

**Nota 34 – Passivos subordinados**

A rubrica Passivos subordinados decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Obrigações	886 815	1 002 230
Empréstimos	159 319	183 202
Obrigações perpétuas	1 048 681	1 054 384
	<b>2 094 815</b>	<b>2 239 816</b>

O justo valor dos passivos subordinados encontra-se apresentado na Nota 42.

As principais características dos passivos subordinados são apresentadas como seguem:

		31.12.2007				
Empresa emitente	Designação	Data de emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro actual	Maturidade
BES (sucursal de Cayman)	Empréstimos Subordinados	2005	213 068	159 319	3,95%	2015
BES Finance	Obrigações Subordinadas	1999	43 022	34 269	7,80%	2009
BES Finance	Obrigações Subordinadas	2000	300 000	316 135	6,63%	2010
BES Finance	Obrigações Subordinadas	2001	400 000	413 901	6,25%	2011
BES Finance	Obrigações Perpétuas Subordinadas	2002	500 000	518 126	6,63%	2012 a)
BES Finance	Obrigações Perpétuas Subordinadas	2004	500 000	515 528	4,50%	2015 a)
Besleasing e Factoring	Obrigações Subordinadas	2001	7 000	7 066	5,39%	2011
Besleasing e Factoring	Obrigações Subordinadas	2004	25 000	25 291	5,36%	2014 b)
Besleasing e Factoring	Obrigações Perpétuas Subordinadas	2005	15 000	15 027	6,41%	2015 a)
BESI	Obrigações Subordinadas	2003	10 000	9 149	5,50%	2033
BESI	Obrigações Subordinadas	2005	60 000	59 810	3,20%	2015
BESI	Obrigações Subordinadas	2007	21 134	21 194	1,30%	2014
			<b>2 094 224</b>	<b>2 094 815</b>		

a) Data da call option.

b) Pode ser exercida a call option em 2009.

Durante o exercício de 2007 o Grupo procedeu à emissão de 21,1 milhões de euros (em 2006 não houve emissões) e ao reembolso de 129,7 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 59,9 milhões de euros).

**Nota 35 – Outros passivos**

A rubrica de Outros passivos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
<b>Credores e outros recursos</b>		
Sector público administrativo	49 531	31 420
Cauções recebidas pela realização de contratos de futuros	48 527	28 334
Credores diversos		
Credores por benefícios de saúde - SAMS (ver Nota 12)	87 176	82 785
Credores por operações sobre valores mobiliários	204 522	138 665
Credores por fornecimento de bens	106 068	84 149
Credores por contratos de <i>factoring</i>	9 369	7 425
Outros credores	183 499	212 240
	<b>688 692</b>	<b>585 018</b>
<b>Custos a pagar</b>		
Prémios por antiguidade (ver Nota 12)	23 625	23 627
Outros custos a pagar	130 405	125 359
	<b>154 030</b>	<b>148 986</b>
<b>Receitas com proveito diferido</b>	<b>10 347</b>	<b>22 855</b>
<b>Outras contas de regularização</b>		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	466 435	377 675
Operações cambiais a liquidar	27 306	22 288
Outras operações a regularizar	178 217	131 694
	<b>671 958</b>	<b>531 657</b>
	<b>1 525 027</b>	<b>1 288 516</b>

Os montantes relativos a operações sobre valores mobiliários a regularizar reflectem as operações realizadas com títulos, registadas na *trade date*, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, a aguardar liquidação.

**Nota 36 – Capital e prémios de emissão**

**Capital e prémios de emissão**

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital social da BESPARG encontrava-se representado por 136 612 407 acções, com um valor nominal de 5 euros cada, as quais encontram-se totalmente subscritas e realizadas por diferentes accionistas, dos quais se destacam as seguintes entidades:

	% Capital	
	31.12.2007	31.12.2006
Espírito Santo Financial (Portugal), SGPS, S.A.	67,40%	67,40%
Credit Agricole, S.A.	22,88%	22,88%
Predica - Prevoyance Dialogue du Crédit Agricole, S.A.	9,72%	9,72%
	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Os prémios de emissão foram gerados nos aumentos de capital verificados nos exercícios de 1999, 2000 e de 2002.

**Nota 37 – Reservas de justo valor, outras reservas e resultados transitados e interesses minoritários**

**Reserva legal**

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital e, em conformidade com a legislação aplicável às Sociedades Gestoras de Participações Sociais, terá de ser reforçada anualmente por uma percentagem não inferior à vigésima parte dos lucros da Sociedade, até que aquela represente a quinta parte do capital social.

**Reservas de justo valor**

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido e de interesses minoritários.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	(milhares de euros)					
	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados		
	Activos financeiros disponíveis para venda	Reservas por impostos diferidos	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Res.Trans.
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2005</b>	<b>269 649</b>	<b>( 70 442)</b>	<b>199 207</b>	<b>16 089</b>	<b>( 164 486)</b>	<b>( 148 397)</b>
Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)	-	-	-	-	1 019	1 019
Custos com aumento de capital em subsidiárias	-	-	-	-	( 4 727)	( 4 727)
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-	-	( 14 244)	( 14 244)
Alterações de justo valor	9 212	( 1 254)	7 958	-	-	-
Diferenças de câmbio e outras reservas de consolidação	-	-	-	-	5 184	5 184
Constituição de reservas	-	-	-	1 790	18 281	20 071
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2006</b>	<b>278 861</b>	<b>( 71 696)</b>	<b>207 165</b>	<b>17 879</b>	<b>( 158 973)</b>	<b>( 141 094)</b>
Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)	-	-	-	-	416	416
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-	-	( 13 528)	( 13 528)
Alterações de justo valor	82 332	( 29 002)	53 330	-	-	-
Diferenças de câmbio e outras reservas de consolidação	-	-	-	-	1 399	1 399
Constituição de reservas	-	-	-	27 024	483 609	510 633
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>361 193</b>	<b>( 100 698)</b>	<b>260 495</b>	<b>44 903</b>	<b>312 923</b>	<b>357 826</b>

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2007

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	5 353 586	4 618 102
Imparidade acumulada reconhecida	( 64 101)	( 57 498)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquido de imparidade	5 289 485	4 560 604
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	6 238 889	5 251 684
Ganhos potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	949 404	691 080
Impostos diferidos	( 260 898)	( 177 209)
Ganhos/(Perdas) potenciais de empresas associadas reconhecidos na reserva de justo valor	( 11 885)	11 890
Reserva de justo valor total	676 621	525 761
Interesses minoritários	( 416 126)	( 318 596)
<b>Reserva de justo valor atribuível aos accionistas da BESPAP</b>	<b>260 495</b>	<b>207 165</b>

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos, de imparidade e de interesses minoritários, pode ser assim analisado:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>207 165</b>	<b>199 207</b>
Varição de justo valor	169 205	124 882
Alienações do exercício	( 93 469)	( 53 326)
Realização de reservas de justo valor	( 1 033)	( 48 583)
Imparidade reconhecida no exercício	8 009	2 177
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas (ver Nota 33)	( 29 382)	( 17 192)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>260 495</b>	<b>207 165</b>

### Interesses minoritários

O detalhe da rubrica de Interesses minoritários por subsidiária é como segue:

	(milhares de euros)			
	31.12.2007		31.12.2006	
	Balanço	Resultados	Balanço	Resultados
No BES	2 791 730	363 361	2 462 556	247 690
Nas subsidiárias do BES				
BES Finance - Acções preferenciais	600 000	-	600 000	-
Outras subsidiárias	141 131	28 004	86 579	13 692
Na BES-Vida	-	-	-	20 553
Na BES-Seguros	-	-	-	1 709
	<b>3 532 861</b>	<b>391 365</b>	<b>3 149 135</b>	<b>283 644</b>

O movimento de interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 pode ser assim analisado:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
<b>Interesses minoritários no início do exercício</b>	<b>3 149 135</b>	<b>1 923 254</b>
Alterações de perímetro de consolidação	15 759	84 362
Aumentos de capital de subsidiárias	-	868 166
Dividendos distribuídos de acções ordinárias	( 123 881)	( 67 962)
Dividendos distribuídos de acções preferenciais	( 19 952)	( 19 236)
Varição da reserva de justo valor	98 981	90 734
Movimentos decorrentes da compra e venda de acções próprias e outros	21 454	( 13 827)
Resultado líquido do ano	391 365	283 644
<b>Interesses minoritários no final do exercício</b>	<b>3 532 861</b>	<b>3 149 135</b>

### Nota 38 – Passivos contingentes e compromissos

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
<b>Passivos e avales prestados</b>		
Garantias e avales prestados	5 370 597	4 782 409
Activos financeiros dados em garantia	711 451	558 689
Créditos documentários abertos	1 073 334	778 408
Outros	103 121	123 356
	<b>7 258 503</b>	<b>6 242 862</b>
<b>Compromissos</b>		
Compromissos revogáveis	27 587 481	23 296 421
Compromissos irrevogáveis	3 933 336	2 095 432
	<b>31 520 817</b>	<b>25 391 853</b>

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Grupo.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Grupo, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Grupo (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o

pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Grupo requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica de activos dados em garantia inclui:

- Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 156 987 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 156 584 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 53 209 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 51 293 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 62 408 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 61 814 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia ao Banco Europeu de Investimento no montante de 287 000 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 287 000 milhares de euros); e
- Títulos dados em garantia à Bovespa no âmbito da actividade do BES Securities Brasil no montante de 94 374 milhares de euros.

Estes títulos dados em garantia encontram-se registados na carteira de activos financeiros disponíveis para venda e podem ser executados em caso de incumprimento, por parte do Grupo, das obrigações contratuais assumidas nos termos e condições dos contratos celebrados.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Depósito e guarda de valores	67 905 088	59 339 734
Valores recebidos para cobrança	249 453	503 532
Crédito securitizado sob gestão ( <i>servicing</i> )	4 228 346	4 793 720
Outras responsabilidades por prestação de serviços	4 844 388	3 587 209
	<b>77 227 275</b>	<b>68 224 195</b>

### Nota 39 – Activos sob gestão

De acordo com a legislação em vigor, as sociedades gestoras em conjunto com o banco depositário, respondem solidariamente perante os participantes dos fundos pelo incumprimento das obrigações assumidas nos termos da lei e nos regulamentos dos fundos geridos.

À data de 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o valor dos fundos de investimento geridos pelas empresas do Grupo é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Fundos de investimento mobiliários	4 966 403	5 540 393
Fundos de investimento imobiliários	1 288 683	1 468 761
Fundos de pensões	2 800 088	2 608 495
Outros activos sob gestão	9 330 399	8 019 790
	<b>18 385 573</b>	<b>17 637 439</b>

### Nota 40 – Transacções com partes relacionadas

O valor das transacções do Grupo com partes relacionadas em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício, resume-se como segue:

	31.12.2007					31.12.2006				
	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos
<b>Empresas associadas</b>										
ESUMÉDICA	1 850	37	-	58	11	1 546	56	-	22	35
EUROP ASSISTANCE	68	1 787	7	1	65	11	1 926	13	33	59
FIDUPRIVATE	828	773	-	-	10	9	475	-	-	-
BES VÉNÉTIE	315 607	647	-	10 872	80	300 574	601	-	11 691	53
BES SEGUROS	3	7 518	-	8 098	36	3	11 374	-	6 741	75
ESEGUR	399	233	1 887	10	149	399	243	2 749	8	115
BES VIDA	29 514	181 118	8	38 974	3 516	26 908	445 065	8	33 718	1 196
LOCARENT	123 657	2 066	-	5 529	6 705	97 175	-	-	3 494	3 497
OUTRAS	2 598	658	-	144	187	2 129	1 270	255	78	168
	<b>474 524</b>	<b>194 837</b>	<b>1 902</b>	<b>63 686</b>	<b>10 759</b>	<b>428 754</b>	<b>461 010</b>	<b>3 025</b>	<b>55 785</b>	<b>5 198</b>

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2007

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o montante global dos activos e passivos do Grupo BESPARG que se referem a operações realizadas com entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG (*holding* da BESPARG), para além das acima referidas, resume-se como segue:

	31.12.2007							31.12.2006							(milhares de euros)	
	Activos					Garantias	Passivos	Activos					Garantias	Passivos		
	Aplicações em Instituições crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total			Aplicações em Instituições crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total				
ES FINANCIAL GROUP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2 571	-	2 571	-	-		
ESF PORTUGAL	-	-	59 450	-	59 450	-	148	-	-	63 500	-	63 500	-	221		
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	189	-	-	70 000	-	70 000	-	176		
ESPIRITO SANTO FINANCIERE, SA	-	137 847	-	-	137 847	-	27 299	-	-	137 593	-	137 593	-	35 765		
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	2 990	-	432	3 422	1 257	89 409	-	2 420	-	171	2 591	1 001	123 720		
GRUPO ESPIRITO SANTO INTERNATIONAL	-	153 420	183	7 268	160 871	10 349	15 769	-	237 411	-	7 268	244 679	15 301	12 471		
BANQUE PRIVÉE ESPIRITO SANTO	4 845	-	-	-	4 845	960	145 059	23 815	-	-	-	23 815	1 298	203 446		
ES BANK PANAMA	219 472	-	-	-	219 472	-	9 000	223 593	-	-	-	223 593	-	21 000		
ES SAUDE	-	30 700	15 810	4 009	50 519	3	1 105	-	93 500	15 810	4 000	113 310	1 652	2 312		
OUTRAS	-	12 780	458	1 149	14 387	2 002	24 242	-	40 817	455	1 062	42 334	8 816	10 966		
<b>TOTAL</b>	<b>224 317</b>	<b>337 737</b>	<b>75 901</b>	<b>12 858</b>	<b>650 813</b>	<b>14 571</b>	<b>312 220</b>	<b>247 408</b>	<b>581 741</b>	<b>82 336</b>	<b>12 501</b>	<b>923 986</b>	<b>27 868</b>	<b>410 077</b>		

As transacções efectuadas com o Fundo de Pensões encontram-se analisadas na Nota 12.

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Grupo BESPARG, bem como as transacções efectuadas com os mesmos constam na Nota 11.

Em 31 de Dezembro de 2007, o valor dos créditos concedidos pelo Grupo a Administradores da ESFG ascendia a 10 789 milhares de euros.

### Nota 41 – Securitização de activos

Em 31 de Dezembro de 2007, encontravam-se em curso as seguintes operações de securitização efectuadas pelo Grupo:

Emissão	Data de início	Montante inicial	Montante actual	(milhares de euros)	
				Activo securitizado	
Lusitano Global CDO No.1 plc	Agosto de 2001	1 144 300	128 693	Obrigações domésticas e <i>eurobonds</i>	
Lusitano Mortgages No.1 plc	Dezembro de 2002	1 000 000	594 142	Crédito à habitação (regime bonificado)	
Lusitano Mortgages No.2 plc	Novembro de 2003	1 000 000	602 546	Crédito à habitação (regime geral e bonificado)	
Lusitano Mortgages No.3 plc	Novembro de 2004	1 200 000	847 163	Crédito à habitação (regime geral)	
Lusitano Mortgages No.4 plc	Setembro de 2005	1 200 000	950 719	Crédito à habitação (regime geral)	
Lusitano Mortgages No.5 plc	Setembro de 2006	1 400 000	1 233 776	Crédito à habitação (regime geral)	
Lusitano SME No.1 plc	Outubro de 2006	862 607	800 740	Crédito a pequenas e médias empresas	
Lusitano Mortgages No.6 plc	Julho de 2007	1 122 000	1 037 383	Crédito à habitação (regime geral)	
Lusitano Project Finance No.1 plc	Dezembro de 2007	1 079 100	1 060 239	Crédito <i>Project Finance</i>	

As principais características destas operações, com referência a 31 de Dezembro de 2007, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal inicial	Valor nominal actual	Interesse retido pelo Grupo (Valor nominal)	Data de reembolso	Rating das obrigações		
						Fitch	Moody's	S&P
Lusitano Global CDO No.1 plc	Classe A1	350 000	-	-	Dezembro de 2015	-	-	-
	Classe A2	623 800	-	-	Dezembro de 2015	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	42 300	9 997	-	Dezembro de 2015	AAA	Aa1	AA
	Classe C	25 200	25 200	15 300	Dezembro de 2015	AA	A1	A+
	Classe D	103 000	103 000	25 900	Dezembro de 2015	-	-	-
Lusitano Mortgages No.1 plc	Classe A	915 000	505 975	-	Dezembro de 2035	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	32 500	32 500	-	Dezembro de 2035	AA	Aa3	AA
	Classe C	25 000	25 000	-	Dezembro de 2035	A	A2	A
	Classe D	22 500	22 500	-	Dezembro de 2035	BBB	Baa2	BBB
	Classe E	5 000	5 000	-	Dezembro de 2035	BB	Ba1	BB
	Classe F	10 000	10 000	-	Dezembro de 2035	-	-	-
Lusitano Mortgages No.2 plc	Classe A	920 000	537 175	8 229	Dezembro de 2036	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	30 000	30 000	-	Dezembro de 2046	AA	Aa3	AA
	Classe C	28 000	28 000	-	Dezembro de 2046	A	A3	A
	Classe D	16 000	16 000	-	Dezembro de 2046	BBB	Baa3	BBB
	Classe E	6 000	6 000	-	Dezembro de 2046	BBB-	Ba1	BB
	Classe F	9 000	9 000	-	Dezembro de 2046	-	-	-
Lusitano Mortgages No.3 plc	Classe A	1 140 000	779 944	-	Dezembro de 2047	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	27 000	27 000	-	Dezembro de 2047	AA	Aa2	AA
	Classe C	18 600	18 600	-	Dezembro de 2047	A	A2	A
	Classe D	14 400	14 400	-	Dezembro de 2047	BBB	Baa2	BBB
	Classe E	10 800	10 800	-	Dezembro de 2047	-	-	-
Lusitano Mortgages No.4 plc	Classe A	1 134 000	897 426	5 540	Dezembro de 2048	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	22 800	22 800	-	Dezembro de 2048	AA	Aa2	AA
	Classe C	19 200	19 200	-	Dezembro de 2048	A+	A1	A+
	Classe D	24 000	24 000	-	Dezembro de 2048	BBB+	Baa1	BBB+
	Classe E	10 200	10 200	-	Dezembro de 2048	-	-	-
Lusitano Mortgages No.5 plc	Classe A	1 323 000	1 156 773	-	Dezembro de 2059	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	26 600	26 600	-	Dezembro de 2059	AA	Aa2	AA
	Classe C	22 400	22 400	-	Dezembro de 2059	A+	A1	A+
	Classe D	28 000	28 000	-	Dezembro de 2059	BBB+	Baa1	BBB+
	Classe E	11 900	11 900	-	Dezembro de 2059	-	-	-
Lusitano SME No.1 plc	Classe A	759 525	759 525	-	Dezembro de 2028	AAA	-	AAA
	Classe B	40 974	40 974	-	Dezembro de 2028	AA	-	AA
	Classe C	34 073	34 073	-	Dezembro de 2028	A+	-	A+
	Classe D	28 035	28 035	28 035	Dezembro de 2028	BBB+	-	BBB+
	Classe E	8 626	8 626	8 626	Dezembro de 2028	-	-	-
Lusitano Mortgages No.6 plc	Classe A	943 250	892 749	-	Março de 2060	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	65 450	65 450	-	Março de 2060	AA	Aa3	AA
	Classe C	41 800	41 800	-	Março de 2060	A	A3	A
	Classe D	17 600	17 600	-	Março de 2060	BBB	Baa3	BBB
	Classe E	31 900	31 900	-	Março de 2060	BB	NR	BB
	Classe F	22 000	22 000	22 000	Março de 2060	-	--	-
Lusitano Project Finance No.1 plc	Classe A	890 256	890 256	890 256	Dezembro de 2037	AAA	-	AAA
	Classe B	35 610	35 610	35 610	Dezembro de 2037	AA	-	AA
	Classe C	39 926	39 926	39 926	Dezembro de 2037	A+	-	A+
	Classe D	23 741	23 741	23 741	Dezembro de 2037	BBB	-	BBB
	Classe E	11 871	11 871	11 871	Dezembro de 2037	BB	-	BB
	Classe F	77 696	77 696	77 696	Dezembro de 2037	-	-	-

De acordo com a opção permitida pelo IFRS 1, o Grupo decidiu aplicar os requisitos de desreconhecimento do IAS 39 para as operações realizadas a partir de 1 de Janeiro de 2004. Assim, os activos desreconhecidos até essa data, de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, não foram reexpressos no balanço.

Os activos cedidos no âmbito das operações de securitização Lusitano Mortgages No.3, Lusitano Mortgages No.4 e Lusitano Mortgages No.5, realizadas após 1 de Janeiro de 2004, foram desreconhecidos uma vez que o Grupo transferiu substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

De acordo com o previsto na SIC 12, o Lusitano SME No.1 plc, o Lusitano Mortgages No.6 plc e o Lusitano Project Finance No.1 plc são consolidados pelo método integral desde a data da sua constituição, uma vez que o Grupo detém a maioria dos riscos e benefícios decorrentes da sua actividade, encontrando-se os respectivos saldos integrados nas demonstrações financeiras consolidadas. Por não deter a maioria dos riscos e benefícios associados à actividade dos outros veículos de securitização, os mesmos não foram incluídos nas contas consolidadas do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2007, a consolidação destas entidades teve os seguintes impactos nas contas do Grupo:

	(milhares de euros)	
	<b>31.12.2007</b>	<b>31.12.2006</b>
Crédito a Clientes (líquido de imparidade)	2 903 355	786 600
Responsabilidades representadas por títulos	1 897 325	837 194
Capital próprio	( 15 993)	( 7 500)
Resultado Líquido	( 8 493)	( 7 500)

---

## Nota 42 – Justo valor dos activos e passivos financeiros

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Grupo é como segue:

	(milhares de euros)							
	Negociação	Designado ao Justo valor	Detido até à Maturidade	Empréstimos e Aplicações	Disponível para Venda	Outros ao Custo Amortizado	Total Valor de Balanço	Justo Valor
<b>31 de Dezembro de 2007</b>								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	-	-	-	1 361 218	-	-	1 361 218	1 361 218
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	720 452	-	-	720 452	720 452
Activos financeiros detidos para negociação	3 847 233	-	-	-	-	-	3 847 233	3 847 233
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	1 426 704	-	-	-	-	1 426 704	1 426 704
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	6 238 889	-	6 238 889	6 238 889
Aplicações em instituições de crédito	-	559 687	-	7 650 644	-	-	8 210 331	8 210 331
Crédito a clientes	-	163 726	-	42 006 537	-	-	42 170 263	42 471 075
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	407 842	-	-	-	407 842	401 898
Derivados para gestão de risco	211 890	-	-	-	-	-	211 890	211 890
<b>Activos financeiros</b>	<b>4 059 123</b>	<b>2 150 117</b>	<b>407 842</b>	<b>51 738 851</b>	<b>6 238 889</b>	<b>-</b>	<b>64 594 822</b>	<b>64 889 690</b>
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	-	1 887 622	1 887 622	1 887 622
Passivos financeiros detidos para negociação	1 257 201	-	-	-	-	-	1 257 201	1 257 201
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	7 197 715	7 197 715	7 197 715
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	191 345	-	-	-	23 581 815	23 773 160	23 773 160
Responsabilidades representadas por títulos	-	1 101 126	-	-	-	23 212 465	24 313 591	23 807 850
Derivados para gestão de risco	286 940	-	-	-	-	-	286 940	286 940
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	2 094 815	2 094 815	2 068 599
<b>Passivos financeiros</b>	<b>1 544 141</b>	<b>1 292 471</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>57 974 432</b>	<b>60 811 044</b>	<b>60 279 087</b>
<b>31 de Dezembro de 2006</b>								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	-	-	-	1 084 927	-	-	1 084 927	1 084 927
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	672 985	-	-	672 985	672 985
Activos financeiros detidos para negociação	4 171 407	-	-	-	-	-	4 171 407	4 171 407
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	1 498 592	-	-	-	-	1 498 592	1 498 592
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	5 251 684	-	5 251 684	5 251 684
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	7 588 049	-	-	7 588 049	7 588 049
Crédito a clientes	-	-	-	34 882 505	-	-	34 882 505	35 416 961
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	593 171	-	-	-	593 171	595 035
Derivados de cobertura (activos)	199 704	-	-	-	-	-	199 704	199 704
<b>Activos financeiros</b>	<b>4 371 111</b>	<b>1 498 592</b>	<b>593 171</b>	<b>44 228 466</b>	<b>5 251 684</b>	<b>-</b>	<b>55 943 024</b>	<b>56 479 344</b>
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	-	1 043 175	1 043 175	1 043 175
Passivos financeiros detidos para negociação	1 284 376	-	-	-	-	-	1 284 376	1 284 376
Recursos de outras instituições de crédito	-	386 997	-	-	-	6 541 238	6 928 235	6 928 235
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	55 899	-	-	-	21 933 511	21 989 410	21 989 410
Responsabilidades representadas por títulos	-	987 318	-	-	-	18 043 151	19 030 469	19 216 170
Derivados de cobertura (passivos)	262 760	-	-	-	-	-	262 760	262 760
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	2 239 816	2 239 816	2 348 267
<b>Passivos financeiros</b>	<b>1 547 136</b>	<b>1 430 214</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>49 800 891</b>	<b>52 778 241</b>	<b>53 072 393</b>

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

*Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito*

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

*Crédito a clientes*

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de *portfolio*. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

### *Investimentos detidos até à maturidade*

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

### *Recursos de bancos centrais e Recursos de outras instituições de crédito*

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

### *Recursos de clientes e outros empréstimos*

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais praticadas para instrumentos com características similares. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

### *Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados*

Para os instrumentos que se encontram cobertos por derivados (conforme descrito na Nota 23), o seu justo valor já se encontra reflectido nas demonstrações financeiras. Para os instrumentos remanescentes, o justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

## **Nota 43 – Gestão dos riscos de actividade**

O Grupo está exposto aos seguintes riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco operacional.

### *Risco de crédito*

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes – e em produtos de negociação – *swaps*, *forwards* e opções (risco de contraparte).

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuado regularmente pelo Comité de Risco. São igualmente objecto de análise regular o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correcto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da actividade corrente das áreas comerciais.

A repartição por sectores de actividade, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, encontra-se apresentada conforme segue:

	(milhares de euros)										
	31.12.2007										
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação		Outros activos fin. ao justo valor através de resultados		Activos financeiros detidos para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados
Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade		
Agricultura, Silvicultura e Pesca	501 661	( 12 360)	1 052	-	-	-	-	-	-	-	47 202
Indústrias Extractivas	241 823	( 3 649)	8 781	-	543	-	37 018	-	-	-	13 172
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	648 532	(16 004)	3 436	-	-	-	63 247	( 48)	-	-	126 891
Têxteis e Vestuário	364 912	( 37 439)	1 435	-	-	-	24 484	( 2 238)	-	-	31 739
Curtumes e Calçado	76 665	( 6 720)	127	-	-	-	501	( 499)	-	-	3 310
Madeira e Cortiça	166 716	(11 156)	308	-	-	-	-	-	-	-	8 994
Papel e Indústrias Gráficas	221 892	( 7 103)	6 876	-	-	-	33 043	( 10)	-	-	38 212
Refinação de Petróleo	115 156	( 871)	-	-	-	-	-	-	-	-	4 031
Produtos Químicos e de Borracha	531 766	( 6 018)	1 400	-	-	-	35 772	( 5)	-	-	38 383
Produtos Minerais não Metálicos	295 945	( 9 889)	221	-	-	-	10 041	-	-	-	48 059
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	411 273	(11 447)	316	-	-	-	8 365	-	-	-	53 053
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	405 325	( 7 533)	411	-	-	-	7 762	( 1 356)	-	-	154 321
Fabricação de Material de Transporte	355 909	( 6 210)	1 050	-	-	-	87 691	-	-	-	100 631
Outras Indústrias Transformadoras	295 975	( 8 283)	2 876	-	-	-	6 444	( 72)	-	-	25 693
Electricidade, Gás e Água	832 713	( 5 885)	57 396	-	48 279	-	344 273	-	-	-	307 482
Construção e Obras Públicas	4 928 484	(118 576)	18 472	-	-	-	28 712	( 1 691)	-	-	1 351 652
Comércio por Grosso e a retalho	2 853 008	(126 160)	13 114	-	-	-	59 330	( 852)	-	-	427 496
Turismo	793 279	(17 691)	2 250	-	-	-	8 783	( 171)	-	-	78 382
Transportes e Comunicações	1 918 958	( 32 845)	130 421	-	-	-	793 516	( 3)	-	-	698 020
Actividades Financeiras	1 512 187	( 22 324)	2 088 574	-	1 149 476	-	2 055 160	( 13 843)	12 907	-	285 769
Actividades Imobiliárias	5 252 041	( 95 474)	6 519	-	-	-	127 451	( 591)	-	-	497 082
Serviços Prestados às Empresas	3 952 450	( 53 297)	11 410	-	143 916	-	986 225	( 23 810)	-	-	554 675
Administração e Serviços Públicos	736 175	(11 265)	1 366 949	-	-	-	802 707	-	394 935	-	34 750
Outras actividades de serviços colectivos	1 638 881	( 46 902)	49 024	-	84 490	-	579 122	( 17 050)	-	-	159 343
Crédito à Habitação	10 140 949	(181 985)	192	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito a Particulares	2 714 160	(107 249)	-	-	-	-	-	-	-	-	78 180
Outros	1 253 823	( 26 060)	74 623	-	-	-	203 343	( 1 862)	-	-	204 075
<b>TOTAL</b>	<b>43 160 658</b>	<b>( 990 395)</b>	<b>3 847 233</b>	<b>-</b>	<b>1 426 704</b>	<b>-</b>	<b>6 302 990</b>	<b>( 64 101)</b>	<b>407 842</b>	<b>-</b>	<b>5 370 597</b>

**CONTAS CONSOLIDADAS – 2007**

(milhares de euros)

	31.12.2006										
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação		Outros activos fin. ao justo valor através de resultados		Activos financeiros detidos para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avals prestados
	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	366 285	(12 609)	(41)	-	-	-	4 065	-	-	-	46 121
Indústrias Extractivas	146 818	(3 313)	9 669	-	1 246	-	110 035	-	-	-	8 445
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	357 610	(13 250)	2 735	-	6 259	-	28 507	(34)	-	-	101 684
Têxteis e Vestuário	381 638	(21 664)	79	-	-	-	26 079	(3 422)	-	-	47 729
Curtumes e Calçado	76 670	(5 312)	28	-	-	-	499	(499)	-	-	5 080
Madeira e Cortiça	156 399	(11 531)	159	-	-	-	-	-	-	-	11 182
Papel e Indústrias Gráficas	189 899	(6 723)	16 810	-	10 566	-	18 015	-	-	-	34 043
Refinação de Petróleo	75 077	(1 510)	3 147	-	-	-	-	-	-	-	252 134
Produtos Químicos e de Borracha	470 693	(5 755)	572	-	-	-	5 555	(68)	-	-	45 003
Produtos Minerais não Metálicos	228 129	(8 726)	605	-	-	-	14 401	(469)	-	-	43 698
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	400 796	(10 703)	52	-	-	-	5 926	(6)	762	-	41 789
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	193 596	(6 412)	70	-	5 256	-	20 055	(1 445)	-	-	118 290
Fabricação de Material de Transporte	225 358	(3 557)	1 463	-	-	-	91 267	-	-	-	80 778
Outras Indústrias Transformadoras	208 334	(7 658)	2 731	-	-	-	9 284	(72)	-	-	20 785
Electricidade, Gás e Água	571 734	(6 714)	56 127	-	8 084	-	340 070	-	-	-	258 257
Construção e Obras Públicas	4 535 520	(106 257)	4 678	-	3 039	-	34 575	(1 691)	-	-	1 088 823
Comércio por Grosso e a Retalho	2 730 327	(108 196)	2 194	-	-	-	128 220	(633)	777	-	461 562
Turismo	660 662	(15 837)	1 109	-	-	-	1 682	(171)	-	-	83 079
Transportes e Comunicações	1 816 692	(42 344)	113 901	-	76 717	-	798 393	(3)	-	-	607 548
Actividades Financeiras	912 594	(12 207)	2 213 221	-	1 080 392	-	2 060 713	(19 858)	2 278	-	117 518
Actividades Imobiliárias	4 463 771	(82 204)	1 170	-	-	-	1 502	(387)	-	-	400 053
Serviços Prestados às Empresas	2 635 909	(60 789)	26 785	-	175 894	-	902 104	(18 090)	-	-	580 318
Administração e Serviços Públicos	903 756	(14 047)	1 539 079	-	-	-	349 643	(594)	589 354	-	41 317
Outras actividades de serviços colectivos	1 391 864	(38 176)	13 533	-	131 139	-	331 179	(8 059)	-	-	131 866
Crédito à Habitação	8 499 855	(137 443)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito a Particulares	2 309 217	(104 552)	-	-	-	-	-	-	-	-	59 285
Outros	842 829	(21 838)	161 531	-	-	-	27 413	(1 997)	-	-	96 022
<b>TOTAL</b>	<b>35 751 832</b>	<b>(869 327)</b>	<b>4 171 407</b>	<b>-</b>	<b>1 498 592</b>	<b>-</b>	<b>5 309 182</b>	<b>(57 498)</b>	<b>593 171</b>	<b>-</b>	<b>4 782 409</b>

**Risco de mercado**

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através da estrutura ALCO (*Asset and Liability Committee*) constituída ao mais alto nível da instituição. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afectação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O Grupo utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano. Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

(milhões de euros)

	31.12.2007				31.12.2006			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	11	13	17	10	15	16	23	12
Risco taxa de juro	4	8	6	6	5	14	22	6
Acções	21	9	16	2	14	7	6	9
Commodities	2	3	3	3	-	-	-	-
Efeito da diversificação	-14	-13	-13	-7	-10	-11	-16	-8
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>20</b>	<b>29</b>	<b>14</b>	<b>24</b>	<b>26</b>	<b>35</b>	<b>19</b>

O Grupo apresenta um valor em risco (VaR) de 24 milhões de euros para as suas posições de negociação, não tendo sofrido alterações face a 31 de Dezembro de 2006.

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o Grupo calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do Bank of International Settlements (BIS) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

	31.12.2007							31.12.2006						
	Valor de balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Valor de balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	277	277	-	-	-	-	-	311	311	-	-	-	-	-
Aplicações e disp. em ICs	9 617	-	8 961	359	50	79	168	8 592	-	8 289	59	13	154	76
Crédito a clientes	42 424	-	27 512	10 903	2 158	1 171	680	35 116	-	24 237	8 451	1 426	758	243
Títulos	10 531	3 691	4 840	986	553	268	192	10 340	3 585	4 478	620	681	761	215
Fora de balanço			84	53	-	( 82)	( 56)			16	( 13)	-	( 4)	-
<b>Total</b>			<b>41 398</b>	<b>12 301</b>	<b>2 761</b>	<b>1 436</b>	<b>984</b>			<b>37 021</b>	<b>9 118</b>	<b>2 120</b>	<b>1 669</b>	<b>534</b>
Recursos de outras ICs	9 462	-	7 177	1 084	210	715	279	8 338	-	6 419	912	129	716	162
Depósitos	21 197	-	19 139	904	768	19	368	19 427	-	17 494	876	678	7	371
Repo's com clientes	1 427	-	1 412	0	14	-	-	1 452	-	1 437	14	0	-	-
Títulos Emitidos*	26 153	-	17 777	1 805	727	2 736	3 887	21 026	-	12 663	1 659	203	2 911	4 546
Acções Preferenciais	600	-	-	-	-	-	600	600	-	-	-	-	-	600
Fora de Balanço			1 423	1 216	( 186)	( 1 205)	( 1 214)			912	912	( 15)	( 1 335)	( 410)
<b>Total</b>			<b>46 929</b>	<b>5 008</b>	<b>1 533</b>	<b>2 265</b>	<b>3 920</b>			<b>38 926</b>	<b>4 373</b>	<b>995</b>	<b>2 300</b>	<b>5 270</b>
<b>GAP (Activos - Passivos)</b>			<b>( 5 531)</b>	<b>7 293</b>	<b>1 227</b>	<b>( 828)</b>	<b>( 2 936)</b>			<b>( 1 905)</b>	<b>4 744</b>	<b>1 125</b>	<b>( 631)</b>	<b>( 4 736)</b>

\* Os montantes em risco estão ao valor nominal.

O modelo utilizado para o cálculo da análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária baseia-se numa aproximação ao modelo da duração, sendo efectuados cenários paralelos e não paralelos.

	31.12.2007				31.12.2006			
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50pb	Diminuição depois de 1 ano de 50pb	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50pb	Diminuição depois de 1 ano de 50pb
Em 31 de Dezembro	108	(108)	70	(70)	250	(250)	138	(138)
Média do exercício	169	(169)	98	(98)	218	(218)	124	(124)
Máximo para o exercício	255	(255)	138	(138)	250	(250)	138	(138)
Mínimo para o exercício	108	(108)	70	(70)	192	(192)	112	(112)

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2007

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Grupo, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, bem assim como os respectivos saldos médios e os juros do exercício:

(milhares de euros)

	31.12.2007			31.12.2006		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Activos monetários	7 899 595	364 124	4,61%	5 663 364	215 141	3,80%
Crédito a clientes	39 108 815	2 278 474	5,83%	33 354 454	1 672 613	5,01%
Aplicações em títulos	6 692 630	506 016	7,56%	7 609 335	494 275	6,50%
<b>Activos financeiros</b>	<b>53 701 040</b>	<b>3 148 614</b>	<b>5,86%</b>	<b>46 627 153</b>	<b>2 382 029</b>	<b>5,11%</b>
Recursos monetários	8 618 177	458 143	5,32%	7 850 875	319 704	4,07%
Recursos de clientes	19 603 022	536 694	2,74%	18 407 175	392 783	2,13%
Outros recursos	24 564 566	1 204 644	4,90%	19 582 007	753 180	3,85%
Recursos diferenciais	1 036 775	-	-	787 096	-	-
<b>Passivos financeiros</b>	<b>53 822 540</b>	<b>2 199 481</b>	<b>4,09%</b>	<b>46 627 153</b>	<b>1 465 667</b>	<b>3,14%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>949 133</b>	<b>1,78%</b>		<b>916 362</b>	<b>1,97%</b>

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, por moeda, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007						
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Yenes Japoneses	Reais Brasileiros	Outras Moedas Estrangeiras	Valor Total
<b>Activo por moeda</b>							
Caixa e disponibilidades bancos centrais	1 221 043	76 623	2 731	20	2 419	58 382	1 361 218
Disponibilidades em outras instituições de crédito	657 034	43 203	6 502	1 950	2 634	9 129	720 452
Activos financeiros detidos para negociação	2 499 668	297 732	130 136	11 748	876 705	31 244	3 847 233
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	845 031	562 459	15 253	-	3 744	217	1 426 704
Activos financeiros disponíveis para venda	4 116 019	687 246	22 152	-	1 255 596	157 876	6 238 889
Aplicações em Instituições de crédito	2 891 666	3 568 419	1 159 858	69 849	80	520 459	8 210 331
Crédito a clientes	38 428 641	2 170 368	1 209 982	9 203	26 709	325 360	42 170 263
Investimentos detidos até à maturidade	-	407 842	-	-	-	-	407 842
Activos com acordo de recompra	-	-	-	-	-	-	-
Derivados para gestão de risco	73 408	19 895	65 357	46 758	-	6 472	211 890
Activos não correntes detidos para venda	279 408	-	-	-	-	-	279 408
Investimentos em associadas	412 915	-	-	-	-	-	412 915
Outros activos não financeiros	1 694 095	767 585	281 734	695	21 432	750 743	3 516 284
	<b>53 118 928</b>	<b>8 601 372</b>	<b>2 893 705</b>	<b>140 223</b>	<b>2 189 319</b>	<b>1 859 882</b>	<b>68 803 429</b>
<b>Passivo por moeda</b>							
Recursos de bancos centrais	1 478 127	237 467	171 044	-	-	984	1 887 622
Passivos financeiros detidos para negociação	747 045	319 709	155 720	2 963	14 339	17 425	1 257 201
Recursos de outras instituições de crédito	2 002 888	3 476 440	1 192 917	244	330 928	194 298	7 197 715
Recursos de clientes e outros empréstimos	21 010 822	1 910 642	609 673	9 354	-	232 669	23 773 160
Responsabilidades representadas por títulos	21 138 744	2 510 970	76 592	-	439 164	148 121	24 313 591
Derivados para gestão de risco	279 112	5 221	-	-	-	2 607	286 940
Passivos subordinados	1 879 272	34 909	-	159 440	21 194	-	2 094 815
Outros passivos não financeiros	50 146	136 946	835 550	44 430	115 685	1 046 448	2 229 205
	<b>48 586 156</b>	<b>8 632 304</b>	<b>3 041 496</b>	<b>216 431</b>	<b>921 310</b>	<b>1 642 552</b>	<b>63 040 249</b>
<b>Activo/(Passivo) líquido por moeda</b>	<b>4 532 772</b>	<b>( 30 932)</b>	<b>( 147 791)</b>	<b>( 76 208)</b>	<b>1 268 009</b>	<b>217 330</b>	<b>5 763 180</b>
<b>Situação Líquida</b>	<b>4 532 772</b>	<b>( 54 761)</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>636 667</b>	<b>128 992</b>	<b>5 243 676</b>
<b>Exposição Líquida</b>	<b>-</b>	<b>23 829 -</b>	<b>( 147 797)</b>	<b>( 76 208)</b>	<b>631 342</b>	<b>88 338</b>	<b>519 504</b>

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2007

(milhares de euros)							
31.12.2006							
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Yenes Japoneses	Reais Brasileiros	Outras Moedas Estrangeiras	Valor Total
<b>Activo por moeda</b>							
Caixa e disponibilidades bancos centrais	988 131	90 844	3 457	18	901	1 576	1 084 927
Disponibilidades em outras instituições de crédito	607 005	27 698	2 560	30 725	1 456	3 541	672 985
Activos financeiros detidos para negociação	2 909 387	484 614	112 886	19 508	627 120	17 892	4 171 407
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 077 087	404 231	17 274	-	-	-	1 498 592
Activos financeiros disponíveis para venda	3 668 852	650 736	-	-	907 793	24 303	5 251 684
Aplicações em Instituições de crédito	3 353 252	3 188 426	630 665	61 252	22 519	331 935	7 588 049
Crédito a clientes	32 254 014	1 465 011	1 123 700	9 743	-	30 037	34 882 505
Investimentos detidos até à maturidade	-	592 390	-	-	-	781	593 171
Activos com acordo de recompra	-	-	-	-	-	-	-
Derivados para gestão de risco	54 202	8 465	65 551	63 997	-	7 489	199 704
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em associadas	408 600	-	-	-	-	-	408 600
Outros activos não financeiros	136 079	1 405 248	1 284 755	17 707	20 240	21 882	2 885 911
	<b>45 456 609</b>	<b>8 317 663</b>	<b>3 240 848</b>	<b>202 950</b>	<b>1 580 029</b>	<b>439 436</b>	<b>59 237 535</b>
<b>Passivo por moeda</b>							
Recursos de bancos centrais	125 891	811 657	104 745	-	-	882	1 043 175
Passivos financeiros detidos para negociação	861 302	288 272	85 496	4 424	10 011	34 871	1 284 376
Recursos de outras instituições de crédito	3 040 453	2 712 160	763 802	83 207	219 344	109 269	6 928 235
Recursos de clientes e outros empréstimos	19 091 294	1 764 139	714 586	43 325	317 952	58 114	21 989 410
Responsabilidades representadas por títulos	14 952 257	2 146 824	1 894 446	-	-	36 942	19 030 469
Derivados para gestão de risco	251 070	8 609	-	-	-	3 081	262 760
Passivos subordinados	1 979 992	76 469	-	183 355	-	-	2 239 816
Outros passivos não financeiros	1 116 083	429 387	93 638	( 176 689)	34 131	374 773	1 871 323
	<b>41 418 342</b>	<b>8 237 517</b>	<b>3 656 713</b>	<b>137 622</b>	<b>581 438</b>	<b>617 932</b>	<b>54 649 564</b>
<b>Activo/(Passivo) líquido por moeda</b>	<b>4 038 267</b>	<b>80 146</b>	<b>( 415 865)</b>	<b>65 328</b>	<b>998 591</b>	<b>( 178 496)</b>	<b>4 587 971</b>
<b>Situação Líquida</b>	<b>4 038 267</b>	<b>66 626</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>505 310</b>	<b>70 460</b>	<b>4 680 663</b>
<b>Exposição Líquida</b>	<b>-</b>	<b>13 520</b>	<b>( 415 865)</b>	<b>65 328</b>	<b>493 281</b>	<b>( 248 956)</b>	<b>( 92 692)</b>

### Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas significativas.

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento por parte do Grupo dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores da liquidez do Grupo:

	31.12.2007	31.12.2006
Gap de tesouraria (milhões de euros) <sup>(1)</sup>	( 2 302)	( 3 096)
Gap de tesouraria / Activo líquido (%)	3,37	5,24
Rácio de liquidez (%) <sup>(2)</sup>	91	97

(1) Gap de tesouraria - liquidez imediata e créditos interbancários de curto prazo deduzidos dos débitos interbancários até um ano. Numa óptica de necessidades de financiamento, o gap de tesouraria negativo indica níveis de liquidez excedentários.

(2) Rácio de liquidez calculado de acordo com a instrução nº 1/2000 do Banco de Portugal.

### *Risco operacional*

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada no Departamento de Risco Global exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos e subsidiárias considerados relevantes.

### *Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade*

Os principais objectivos da gestão de capital no Grupo são (i) permitir o crescimento sustentado da actividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos activos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital.

A definição da estratégia a adoptar em termos de gestão de capital é da competência da Comissão Executiva, encontrando-se integrada na definição global de objectivos do Grupo.

No seio do Grupo BESPARG o Banco de Portugal apenas procede à análise dos rácios de capital ao nível do Grupo BES. Os rácios de capital do Grupo BESPARG não são analisados pelo Banco de Portugal pelo facto da supervisão consolidada do BES ser feita tendo por referências as contas consolidadas da empresa-mãe da BESPARG, a Espírito Santo Financial Group S.A.. Consequentemente, os elementos que iremos apresentar de seguida reportam-se ao Grupo BES.

Em termos prudenciais, o Grupo está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

Os elementos de capital do Grupo BES dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios de Base (FPB): Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis, os resultados retidos do período, os interesses minoritários e as acções preferenciais. São deduzidos pelo seu valor de balanço os montantes relativos a

“Goodwill” apurado, activos intangíveis e desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor. Em 2007 passaram também a ser deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras;

- Fundos Próprios Complementares (FPC): Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de reavaliação positivas. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor; e
- Deduções (D): Compreendem essencialmente a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado *Lower Tier II*) não podem superar os 50% dos FPB.

No âmbito da implementação do novo acordo de capital, designado Basileia II, o Grupo estabeleceu o objectivo de utilizar as abordagens baseadas no uso de modelos internos (método “Internal Rates Based” – IRB – para o tratamento de risco de crédito e método “Standardized Approach” – TSA – para o tratamento do risco operacional).

Em Abril de 2007, o Banco de Portugal publicou o Aviso nº. 4/2007 que alterou as regras de determinação dos fundos próprios. Este Aviso veio alterar o tratamento das participações em instituições financeiras e entidades seguradoras, que passaram a ser deduzidas em 50% aos FPB e 50% aos FPC. Anteriormente, estas participações eram incluídas nas deduções efectuadas ao total dos fundos próprios.

O reconhecimento prudencial nos fundos próprios do Grupo do impacto da adopção das IFRS em 01 Janeiro de 2005 está a ser efectuado de forma linear (de acordo com o definido nos Aviso nº. 2/2005, nº. 4/2005 e nº. 12/2005 do Banco de Portugal):

- Até 2012 – na componente associada ao impacto da alteração de tábuas de mortalidade (em 31 de Dezembro de 2007 faltam incorporar 70 milhões de euros);
- Até 2011 - na componente associada ao impacto do reconhecimento de benefícios médicos pós-emprego (em 31 de Dezembro de 2007 faltam incorporar 49 milhões de euros);
- Até 2009 – na componente associada ao impacto do reconhecimento de pensões de reforma e sobrevivência (em 31 de Dezembro de 2007 faltam incorporar 33 milhões de euros); e

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2007

- Até 2007 – nas restantes situações (totalmente incorporado em 31 de Dezembro de 2007).

Os principais movimentos ocorridos nos FPB do Grupo BES em 2007 e 2006 apresentam-se no quadro seguinte:

	(milhões de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>3 751</b>	<b>2 372</b>
Aumento de Capital	-	1 380
Incorporação Resultados do Ano	334	187
Variação dos Desvios Actuariais de Benefícios Pós-Emprego fora do corredor	157	212
Goodwill	( 18)	( 267)
Amortização do período transitório dos IFRS e outras	( 141)	( 131)
Dedução de participações em Instituições Financeiras e Entidades Seguradoras	( 133)	-
Outros efeitos	3	( 2)
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b>3 953</b>	<b>3 751</b>

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de adequação de capital do Grupo BES para 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006:

	(milhões de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
<b>A - Fundos Próprios</b>		
Capital ordinário realizado, Prémios de Emissão e Acções Próprias	3 127	3 105
Resultados e Reservas formadas por resultados não distribuídos	630	287
Interesses Minoritários	141	87
Activos Intangíveis, Desvios Actuariais de Balanço, Goodwill e Diversos	( 412)	( 328)
<b>Fundos Próprios para determinação do Rácio Core Tier I ( A1 )</b>	<b>3 486</b>	<b>3 151</b>
Acções Preferenciais e outros elementos	467	600
<b>Fundos Próprios de Base (TIER I) ( A2 )</b>	<b>3 953</b>	<b>3 751</b>
45% das Reservas de Reavaliação de Justo Valor Positivas	428	310
Dívida Subordinada elegível	1 824	1 982
Dedução de Particip. em Instit. Financeiras e Entidades Seguradoras e Diversos	( 133)	( 15)
<b>Fundos Próprios Complementares (TIER II)</b>	<b>2 119</b>	<b>2 277</b>
<b>Deduções</b>	<b>( 5)</b>	<b>( 189)</b>
<b>Fundos Próprios Elegíveis ( A3 )</b>	<b>6 067</b>	<b>5 839</b>
<b>B- Activos de Risco Equivalentes ( B )</b>		
Calculados de Acordo com o Aviso 1/93 (Carteira Bancária)	48 392	41 646
Calculados de Acordo com o Aviso 7/96 (Carteira de Negociação)	4 464	3 092
<b>Total de Activos de Risco Equivalentes</b>	<b>52 856</b>	<b>44 738</b>
<b>C- Rácios Prudenciais</b>		
Rácio Core Tier 1 ( A1 / B )	6,6%	7,0%
Rácio Tier 1 ( A2 / B )	7,5%	8,4%
<b>Rácio de Solvabilidade ( A3 / B )</b>	<b>11,5%</b>	<b>13,1%</b>

*Actividade das sucursais financeiras (off-shores)*

O Grupo dispõe de uma sucursal financeira exterior localizada na Zona Franca da Madeira e uma sucursal financeira internacional localizada nas Ilhas Caimão.

Através da Sucursal Financeira Exterior localizada na Zona Franca da Madeira, o BES desenvolve essencialmente actividades de captação de recursos no exterior, tanto junto de clientes e de instituições de crédito não residentes, como de emigrantes. Estes recursos são por sua vez objecto de aplicação no exterior de forma a salvaguardar os requisitos exigidos pelo estatuto fiscal desta entidade.

Em 31 de Dezembro de 2007, o activo líquido da Sucursal na Zona Franca da Madeira elevava-se a 2 409 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 1 998 milhões de euros), apresentando a seguinte estrutura:

	(milhões de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Activos financeiros de justo valor	156	203
Activos financeiros disponíveis para venda	409	555
Aplicações em Instituições de crédito	1 519	974
Crédito a clientes	289	253
Outros activos	36	13
	<b>2 409</b>	<b>1 998</b>
Recursos de Instituições de crédito	540	610
Recursos de clientes	1 754	1 289
Outros passivos	70	62
Fundos próprios	45	37
	<b>2 409</b>	<b>1 998</b>

A sucursal financeira exterior utiliza as estruturas de serviços partilhados, pelo que os procedimentos de controlo interno usados nesta estrutura são idênticos aos implementados no Banco.

Através da Sucursal das Ilhas Caimão, são desenvolvidas essencialmente actividades de captação de recursos no exterior, junto (i) de clientes não residentes, por via de instrumentos de depósitos a prazo e emissão de obrigações e (ii) do BES Finance, pela captação dos fundos originados pelos programas de dívida de médio e longo prazo, emitidos pelo Grupo no mercado de capitais internacional. Estas duas áreas de actuação, em 31 de Dezembro de 2007, ascendem a 15 015 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 15 128 milhões de euros). Os fundos gerados pelas actividades de captação serve de suporte à actividade global do Grupo e ao desenvolvimento próprio de actividades de investimento, traduzidas numa carteira de crédito e de títulos, que em 31 de Dezembro de 2007 ascendia a 254 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 295 milhões de euros).

Os procedimentos e mecanismos de controlo de risco em vigor na Sucursal das Ilhas Caimão são idênticos aos utilizados na estrutura global do Grupo.

**Nota 44 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas**

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

**IFRS 2 (alterado) – Pagamentos em acções: condições de aquisição**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 uma alteração ao IFRS 2 a qual se torna efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

Não se esperam impactos significativos decorrentes do IFRS 2 alterado.

**IFRS 3 (revisto) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterado) Demonstrações financeiras consolidadas e separadas**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 o IFRS 3 (revisto) *Concentrações de actividades empresarias* e uma alteração ao IAS 27 *Demonstrações financeiras consolidadas e separadas*.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica o reconhecimento total do *goodwill* por contrapartida dos interesses sem controlo) ou como a parcela atribuível do justo valor dos activos líquidos adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

Esta revisão do IFRS 3 e alteração do IAS 27 são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção destas normas alteradas.

### **IFRS 8 – Segmentos operacionais**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 o IFRS 8 *Segmentos operacionais*, o qual foi adoptado para uso na União Europeia em 21 de Novembro de 2007.

O IFRS 8 define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará o IAS 34 *Reporte financeiro interino*, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação mandatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

### **IAS 1 (alterado) – Apresentação das demonstrações financeiras**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Setembro de 2007 o IAS 1 (alterado) *Apresentação de demonstrações financeiras*, o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O IAS 1 (alterado) exige que a informação financeira seja agregada na preparação das demonstrações financeiras, em função das suas características de base e introduz a demonstração de “*comprehensive income*”.

Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios do Grupo decorrentes de transacções com accionistas, enquanto accionistas (ex. dividendos, transacções com acções

próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de “comprehensive income”.

As alterações impostas pelo IAS 1 terão efeito ao nível da apresentação das demonstrações financeiras do Grupo estando actualmente em curso um trabalho com vista à determinação da extensão das modificações necessárias.

### **IAS 23 (alterado) – Custos de empréstimos obtidos**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Março de 2007 o IAS 23 (alterado) *Custos de empréstimos obtidos*, o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta norma exige que as entidades capitalizem os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo qualificável, como parte integrante do custo de aquisição, construção ou produção desse activo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

Activos qualificáveis correspondem àqueles que necessitam de um período substancial de tempo para ficarem prontos para o seu uso pretendido ou para venda.

O Grupo não espera que esta alteração ao IAS 23 tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

### **Alteração ao IAS 32 - Instrumentos financeiros: apresentação – Instrumentos financeiros ‘puttable’ e obrigações decorrentes de liquidação**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 uma alteração ao IAS 32 *Instrumentos financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros ‘puttable’ e Obrigações decorrentes de liquidação* a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração afecta a classificação de instrumentos financeiros ‘puttable’ e de obrigações decorrentes de liquidação. De acordo com os actuais requisitos do IAS 32, os instrumentos financeiros (i) reembolsáveis em dinheiro ou através da entrega de outros activos financeiros ou (ii) que concedem ao detentor um direito de exigir que o emitente proceda a sua reacquirição (instrumentos ‘puttable’), são classificados como passivos financeiros. A alteração agora efectuada a esta norma, implica que alguns instrumentos que actualmente qualificam como passivos financeiros, passem a ser reconhecidos como instrumentos de capital, caso os mesmos representem o interesse residual último nos activos líquidos de uma entidade.

O IASB alterou ainda o IAS 1 *Apresentação de demonstrações financeiras* tendo incluído requisitos adicionais de divulgação relativos a este tipo de instrumentos.

Não se prevê que a presente alteração ao IAS 32 venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

#### **IFRIC 11 – IFRS 2 – Transacções com acções próprias ou acções de outras entidades do Grupo**

O *International Financial Reporting Committee* (IFRIC) emitiu em 2 de Novembro de 2006 a IFRIC 11 IFRS 2 – *Transacções com Treasury shares e Grupo*.

O IFRIC 11 vem esclarecer em que condições os pagamentos com base em acções previstos no IFRS 2, envolvendo acções próprias ou acções de outras entidades do Grupo, deverão ser classificados nas demonstrações financeiras individuais das empresas do Grupo com sendo pagamentos com base em acções com liquidação física ou com liquidação financeira.

Este IFRIC é de aplicação obrigatória para o Grupo a partir de 1 de Janeiro de 2008.

A BESPAR encontra-se a analisar o eventual impacto que este IFRIC terá nas demonstrações financeiras das suas várias subsidiárias.

#### **IFRIC 12 – Contratos de concessão de serviços**

O IFRIC 12 *Contratos de concessão de serviços* entra em vigor em 1 de Janeiro de 2008.

O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente a) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e b) controla, os interesses residuais das infra estruturas, na maturidade dos contratos.

Não se prevê que a presente norma venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

#### **IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes**

O IFRIC 13 *Programas de fidelização de clientes* foi emitido em Julho de 2007 e entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo por isso apenas relevante para o Grupo a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos mesmos como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

**IFRIC 14 – IAS 19 - Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e sua interacção**

O IFRIC 14 IAS 19 - *Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e sua interacção* é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2008.

Esta interpretação define as condições que devem ser consideradas na avaliação do reconhecimento de activos relacionados com planos de pensões à luz dos limites estabelecidos no parágrafo 58 do IAS 19, e discute a interacção destas regras com os eventuais requisitos mínimos de financiamento estabelecidos legal ou contratualmente.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

**Nota 45 – Eventos subsequentes**

- Em Janeiro de 2008, o BES Investimento, adquiriu, através da sua participada a 100%, ESSI Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., uma participação de 6,96% do capital e direitos de voto da sociedade inglesa Evolution Group Plc cotada na Bolsa de Londres, num investimento que totalizou aproximadamente 35,5 milhões de euros, passando a deter 9,95% desta entidade. Este investimento tem como objectivo explorar oportunidades conjuntas nos mercados do Reino Unido e Ásia, que são muito importantes no contexto da actividade internacional da banca de investimento;
- O ESFG (2,5%) e o BES (2,5%) firmaram um acordo para aquisição de 5% do capital social do SAXO BANK A/S, num investimento total de 63 milhões de euros incluindo uma opção para outros 5% adicionais. O acordo contempla igualmente uma parceria estratégica entre o Banco BEST e o SAXO BANK para, entre outras iniciativas, estudo duma oferta integrada de Asset Management e Trading, abordagem conjunta de mercados estrangeiros e desenvolvimento da parceria já existente em Portugal com o BEST;
- No decurso do mês de Janeiro, o BES Angola obteve autorização das entidades oficiais para a constituição de uma sociedade gestora de fundos de investimento;
- No dia 14 de Janeiro de 2008 o Grupo BES efectuou a sua primeira emissão de 25 000 Obrigações Hipotecárias no valor de 1 250 milhões de euros por um prazo de três anos; e

- Em 26 de Janeiro de 2008 foram emitidas 10 000 obrigações permutáveis, indexadas ao valor das acções ordinárias do Banco Bradesco, no valor total de 1 000 milhões de dólares por um prazo de 3 anos.

**5**

**CERTIFICAÇÃO LEGAL  
DAS CONTAS INDIVIDUAIS**

---

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras da **BESPAR – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007, (que evidencia um total de **1.499.534** milhares de euros e um total de capital próprio de **1.398.422** milhares de euros, incluindo um resultado líquido de **74.771** milhares de euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa e a Demonstração de alterações no capital próprio do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas. Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definido no Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - ♦ a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - ♦ a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - ♦ a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- ◆ a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

## OPINIÃO

- 7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **BESPAR – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.** em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definido no Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal.
- 8. É também meu parecer que o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

Lisboa, 22 de Abril de 2008

---

José Manuel Macedo Pereira

**6**

**CERTIFICAÇÃO LEGAL  
DAS CONTAS CONSOLIDADAS**

---

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras consolidadas da **BESPAR – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007, (que evidencia um total de **68.283.925** milhares de euros e um total de capital próprio de **5.243.676** milhares de euros, incluindo um resultado líquido de **242.862** milhares de euros e interesses minoritários de **3.532.861** milhares de euros), a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e a Demonstração consolidada de alterações no capital próprio do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas. Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com as IFRS adoptadas na União Europeia.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - ♦ a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não o tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - ♦ a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
  - ♦ a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - ♦ a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- ♦ a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
  6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

## OPINIÃO

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **BESPAR – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.** em 31 de Dezembro de 2007, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as IFRS adoptadas na União Europeia.
8. É também meu parecer que o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

Lisboa, 22 de Abril de 2008

---

José Manuel Macedo Pereira



## **RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Senhores Accionistas,

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vimos apresentar o Relatório sobre a acção fiscalizadora por nós exercida no decorrer do exercício de 2007, bem como o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da **BESPAR – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.** relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

O Relatório do Conselho de Administração inclui as demonstrações financeiras individuais e as demonstrações financeiras consolidadas, havendo conformidade com os preceitos constantes do artigo 508º-C do Código das Sociedades Comerciais e menciona os factos mais relevantes com o objectivo de esclarecer adequadamente a gestão efectuada no exercício.

Neste exercício registou-se, a nível das contas individuais da sociedade, uma diminuição do activo líquido devido ao reembolso parcial de um empréstimo concedido a uma participada e verificou-se uma redução do passivo explicada pelo efeito do aumento da rubrica de recursos de outras instituições de crédito e pela diminuição dos passivos por impostos correntes.

Destaca-se ainda a evolução favorável da margem financeira face a 2006, embora ainda negativa, devido à redução da rubrica de juros e encargos similares e ao crescimento da rubrica de juros e rendimentos similares.

Examinámos a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, tendo o Conselho de Administração sempre prestado as informações julgadas necessárias.

O Conselho Fiscal não tomou conhecimento de qualquer violação das disposições legais e do contrato de sociedade.

O Conselho Fiscal acompanhou os procedimentos que o seu membro Revisor Oficial de Contas desenvolveu e, no final dos trabalhos, tomou conhecimento das Certificações Legais das Contas Individuais e Consolidadas por este emitidas, com as quais concordou, tendo apreciado o seu Relatório de fiscalização, nos termos do

n.º 1 do art.º 452º do Código das Sociedades Comerciais, e que considera como fazendo parte integrante deste.

Em resultado da verificação efectuada é nossa opinião que as citadas demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) adoptadas pela União Europeia, pelo que representam de forma adequada a situação financeira das Empresas incluídas na consolidação à data de 31 de Dezembro de 2007 e os resultados líquidos do exercício findo naquela data.

O Conselho Fiscal inteirou-se, ao longo do exercício, da auditoria efectuada por uma sociedade internacional de auditoria e tomou conhecimento das suas conclusões constantes do seu Relatório final.

Nestes termos, somos de parecer que:

1. Sejam aprovados o Relatório Consolidado de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da **BESPAR - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.** referentes ao exercício de 2007;
2. Seja aprovada a proposta de aplicação de Resultados Líquidos individuais apresentada, em base estatutária, pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 22 de Abril de 2008

### **O Conselho Fiscal,**

---

Joaquim de Jesus Taveira dos Santos – **Presidente**

---

José Correia Levy Abrantes – **Vogal**

---

José Manuel Macedo Pereira – **R.O.C.**



## **BESPAR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**

### **RELATÓRIO DOS AUDITORES**

#### **Introdução**

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **BESPAR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**, as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um total de 1.499.534 milhares de euros e um total de capital próprio de 1.398.422 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 74.771 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas.

#### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
  - a) a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor tal como adoptadas na União Europeia, com excepção das matérias definidas nos nºs 2º e 3º do Aviso nº 1/2005 e no nº 2º do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal (NCA), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
  - b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; e
  - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

## Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **BESPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.** em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) conforme definidas pelo Banco de Portugal.

Lisboa, 22 de Abril de 2008

**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Representada por

---

Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida  
(ROC n.º 967)



## **BESPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**

### **RELATÓRIO DOS AUDITORES**

#### **Introdução**

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **BESPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**, as quais compreendem: o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um total de 68.283.925 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível aos accionistas da Sociedade de 1.710.815 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas da Sociedade de 242.862 milhares de euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas.

#### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
  - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das Sociedades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;
  - b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; e
  - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

## **Âmbito**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação de as demonstrações financeiras das Sociedades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## **Opinião**

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **BESPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.** em 31 de Dezembro de 2007, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Lisboa, 22 de Abril de 2008

**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Representada por

---

Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida  
(ROC n.º 967)

**10**

**EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA  
GERAL ANUAL QUE APROVOU AS  
CONTAS, REALIZADA EM 30 DE MAIO  
DE 2008**

---

Extracto da acta da Assembleia Geral da "BESPAR – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.", reunida no dia 30 de Maio de 2008, relativo à proposta de aplicação de resultados:

"Passando-se ao ponto número três da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa procedeu à leitura da proposta de aplicação de resultados constante do Relatório do Conselho de Administração da "BESPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A." que se transcreve:

**"PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Ponto 3 da Ordem de Trabalhos

(Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados)

Nos termos da alínea b) do artº 376º do Código das Sociedades Comerciais e em conformidade com a alínea h) do nº 1 do artº 18º do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração da "BESPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A." propõe para aprovação da Assembleia Geral, que o resultado líquido do exercício de 2007, de 74.771.152,90 euros, adicionado aos resultados transitados no valor de 429.116.353,26 euros, o que perfaz um total de 503.887.506,16 euros, tenha a seguinte aplicação:

. Para reforço da reserva legal (5%) .....	3.740.000,00 euros
. Para dividendos (*) .....	118.852.794,09 euros
. Para resultados transitados .....	381.294.712,07 euros"

(\*) Correspondente a um dividendo de 0,87 euros por acção.

Posta à votação a proposta de aplicação de resultados relativa ao exercício de dois mil e sete foi a mesma aprovada por unanimidade de votos pelos representantes das accionistas. O dividendo será liquidado até 27 de Junho de dois mil e oito."